



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso
do Sul

Mensagem
à Assembleia
Legislativa **2019**

Mensagem do Governador

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Conforme o disposto no art. 89 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, encaminhamos à egrégia Assembleia Legislativa mensagem institucional de apresentação das principais ações executadas pelo Poder Executivo Estadual.

Ao contrário dos exercícios anteriores, com coletânea de resultados específicos para cada ano, este documento pretende realizar uma síntese das principais entregas do nosso primeiro mandato, para que possa traduzir, em toda sua dimensão e amplitude, o conjunto das estratégias governamentais, a resolutividade das políticas públicas e aplicação dos princípios orientadores de nossa gestão, como, por exemplo, o requisito da transparência.

É nosso dever destacar que os avanços ocorridos ao longo deste período resultaram de um trabalho de construção conjunta, envolvendo todos os Poderes do Estado, com especial destaque à nossa “Casa de Leis”, cujo posicionamento se manteve absolutamente alinhado com os interesses dos cidadãos. E aqui anoto: mesmo quando foi imprescindível tomar decisões difíceis, mas necessárias, esta Assembleia sempre voltou o seu olhar à sustentabilidade do Estado e ao equilíbrio das contas públicas, sem os quais não há governabilidade e avanços possíveis.

Devemos outro agradecimento especial aos servidores públicos estaduais, que entenderam o momento de dificuldades e intenso questionamento sobre o papel do Estado e a proposta de uma gestão mais participativa. O resultado é que as diferentes áreas do serviço público estão mais integradas e com prioridades mais claras, melhorando a cada dia a performance do Governo, mesmo com todas as restrições estabelecidas pela maior crise econômica da história Brasil.

O momento em que vivemos hoje representa um marco dessa trajetória à frente da gestão do Estado. As eleições de 2018 proporcionaram um denso debate de ideias sobre os nossos problemas atuais e os desafios futuros. Tendo-os como base, as ruas e as urnas democraticamente escolheram um caminho e expressaram o desejo de ver um setor público gerador das transformações que o estado e o país precisam.

Muito além da vitória de um grupo político ou de uma liderança, a população elegeu um modelo de gestão pública, um jeito novo de implementar políticas públicas no Mato Grosso do Sul. Chegamos até aqui pelo mérito de priorizar uma gestão presente, responsável e transparente, que nos permitiu cumprir 86% dos compromissos assumidos com a população no Plano de Governo que venceu o pleito eleitoral de 2014.

Com este expressivo resultado fomos autorizados por nossos cidadãos a seguir em frente, por mais quatro anos, desenvolvendo uma agenda capaz de consolidar um Estado que seja “um bom lugar para viver e investir”.

Para tanto, permanecerá intocado o regime já implantado de máxima austeridade e rigoroso zelo com o gasto público. É nosso dever perseverar na busca obstinada pela melhoria da qualidade dos nossos processos e serviços para que a administração da máquina seja cada vez mais eficiente, ágil e voltada para resultados.

Nesta mensagem, também registramos os números dos indicadores relacionados com o nosso mapa estratégico. Desenvolver um processo de monitoramento de desempenho e avaliar o impacto de nossos projetos para o alcance de metas são premissas que já fazem parte da nossa rotina de trabalho, o que acrescentará mais maturidade na gestão dos próximos quatro anos.

Estamos prontos para enfrentar os grandes desafios do Estado. Eles não são somente do Poder Executivo, mas de toda a nossa sociedade organizada. Para superá-los, será preciso cada vez mais fazer convergir ideias, recursos e trabalho coletivo.

A experiência transformadora e exitosa vivida em nosso primeiro mandato nos gratifica, mas também nos desperta ainda mais vontade de melhorar a vida do nosso povo.

O Mato Grosso do Sul está pronto para avançar mais e dar a sua parcela de contribuição à honrosa tarefa da construção de um novo Brasil.

REINALDO AZAMBUJA SILVA
Governador do Estado

Lista de Autoridades

Autoridades

GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Reinaldo Azambuja

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Rose Modesto

SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA - SEGOV

Eduardo Correa Riedel

CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO - CGE

Carlos Eduardo Girão de Arruda

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA - SEFAZ

Guaraci Luiz Fontana

SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO - SAD

Carlos Alberto de Assis

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO - PGE

Adalberto Neves Miranda

SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SED

Maria Cecília Amendola da Motta

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE - SES

Carlos Alberto Moraes Coimbra

SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

Antônio Carlos Videira

SECRETÁRIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO - SEDHAST

Elisa Cleia Pinheiro Rodrigues Nobre

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E CIDADANIA – SECC

Athayde Nery de Freitas Junior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR - SEMAGRO

Jaime Verruck

SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SEINFRA

Helianey Paulo da Silva

DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MS - AGEPAN

Youssif Domingos

DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE DESPORTO E LAZER DE MS - FUNDESPORTE

Marcelo Ferreira Miranda

DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL JORNALISTA LUIZ CHAGAS DE RÁDIO E TV EDUCATIVA DE MS - FERTEL

João Bosco de Castro Martins

DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO DE MS - ESCOLAGOV

Wilton Paulino Junior

DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MS – AGEPREV/MS

Jorge Oliveira Martins

REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS

Fábio Edir dos Santos Costa

DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MS – FUNSAU

Justiniano Vavas

COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO DO SUL – PMMS

Cel. QOPM Waldir Ribeiro Acosta

COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MS – CBMMS

Cel. QOBM Joílson Alves do Amaral

DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DE MS – DGPC

Marcelo Vargas Lopes

DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO – AGEPEN

Aud de Oliveira Chaves

DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL – DETRAN

Roberto Hashioka Soler

DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO TRABALHO DE MS – FUNTRAB

Clistiano Fernandes Alves

DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE MS – AGEHAB

Maria do Carmo Avezani

DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE CULTURA DO ESTADO DE MS – FCMS

Athayde Nery de Freitas Junior

DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MS – FUNDTUR

Bruno Wendling

DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA DE MS – FUNDECT

Marcio de Araujo Pereira

DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE METROLOGIA DE MS – AEM/MS

Nilton Pinto Rodrigues

DIRETOR-PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – JUCEMS

Augusto César de Castro

DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE GESTÃO DE RECURSOS MINERAIS

Jaime Verruck

DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

Ricardo Éboli Gonçalves Ferreira

DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MS – AGESUL

Emerson Antônio Marques Pereira

DIRETOR-PRESIDENTE DA EMPRESA DE SANEAMENTO DE MS S/A – SANESUL

Luiz Carlos Rocha Lima

DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MS S/A - MSGÁS

Rudel Espíndola Trindade Junior

DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO

Luciano Chiochetta

DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL - AGRAER

André Nogueira Borges

Elaboração

GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Reinaldo Azambuja

SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Eduardo Riedel

SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Thaner Castro Nogueira

COORDENADOR DO NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Celso Fabrício Correia de Souza

ANÁLISE JURÍDICA

Ana Carolina Ali Garcia – Consultoria Legislativa (SEGOV)

REVISÃO, DESIGN E PUBLICAÇÃO

Francisco Carlos Victório da Silva – Subsecretaria de Comunicação (SEGOV)

EQUIPE TÉCNICA

Adriele Stéfani Oliveira dos Santos

Adriney Guimarães Alves

Ana Maria de Almeida Niemeyer

Arthur Reis Rimoldi

Beatriz Hoffmann Silva

Bruno de Paula Lopes

Elizangela Lima Franco Vicari

Geová Ferreira Queiroz

Guilherme Silveira Santana

Livi Gerbase

Luiz Hideo Shimabucuro

Luciene Ferreira da Silva Soares

Marcos Roberto dos Santos Barbosa

Marley Pettengill Galvão Serra

Renato Mello Frey

Renato Augusto Penna Dallora

Walberto Costa Terra

Pontos Focais

Adriano Rampazo e Marcos Takeshita (SEJUSP)

Amanda Cristina Irie (SEMAGRO)

Eduarda Reynaldo A. H. Cavalcanti (SES)

Edgar Nazareth e Claudia Pael (SECC)

Francisco Olazar e Thiago Valério Cardoso (SEINFRA)

Fernando Zanele (PGE)

Hosilene Lubacheski (SAD)

Juris Jankauskis Junior e Amanda Sara Vieira (CGE)

Magda Correa (SEGOV)

Selma Rocha e Leda Moura (SEDHAST)

Silvana Maria Batista (SED)

Lorivaldo de Paula e Tadeu Ferreira (SEFAZ)

Sumário

Contextualização e passo a passo da Mensagem à Assembleia	15
EIXO SOCIAL	21
Diretriz Estratégica 01: Elevar a qualidade da aprendizagem na rede pública de ensino, com foco na formação integrada do cidadão, promovendo o desenvolvimento social	23
Diretriz Estratégica 02: Promover a vida e o patrimônio através de políticas integradas de Segurança Pública	37
Diretriz Estratégica 03: Promover o desenvolvimento sociocultural fortalecendo a identidade regional	50
Diretriz Estratégica 04: Garantir o acesso do cidadão às ações e aos serviços de saúde por meio da regionalização e ampliação da capacidade e diversificação dos serviços	62
Diretriz Estratégica 05: Assegurar o acesso a uma rede de proteção social integral aos cidadãos	72
Diretriz Estratégica 06: Reduzir o déficit e inadequação habitacional	79
EIXO ECONÔMICO E AMBIENTAL	86
Diretriz Estratégica 07: Potencializar a educação e a qualificação profissional para a maior produtividade de mão-de-obra	88
Diretriz Estratégica 08: Fomentar a inovação, a cultura empreendedora e o desenvolvimento científico-tecnológico	97
Diretriz Estratégica 09: Atrair investimentos para o maior dinamismo e diversificação das atividades econômicas	107
Diretriz Estratégica 10: Fomentar o desenvolvimento das cadeias produtivas em bases sustentáveis	120
EIXO INFRAESTRUTURA	141
Diretriz Estratégica 11: Diversificar a matriz energética, priorizando as fontes renováveis.	143
Diretriz Estratégica 12: Desenvolver um sistema de logística intermodal integrado.	150
Diretriz Estratégica 13: Melhorar a estrutura de saneamento ambiental.	162
Diretriz Estratégica 14: Viabilizar e modernizar a infraestrutura em tecnologia da informação e comunicação	171

EIXO GESTÃO **175**

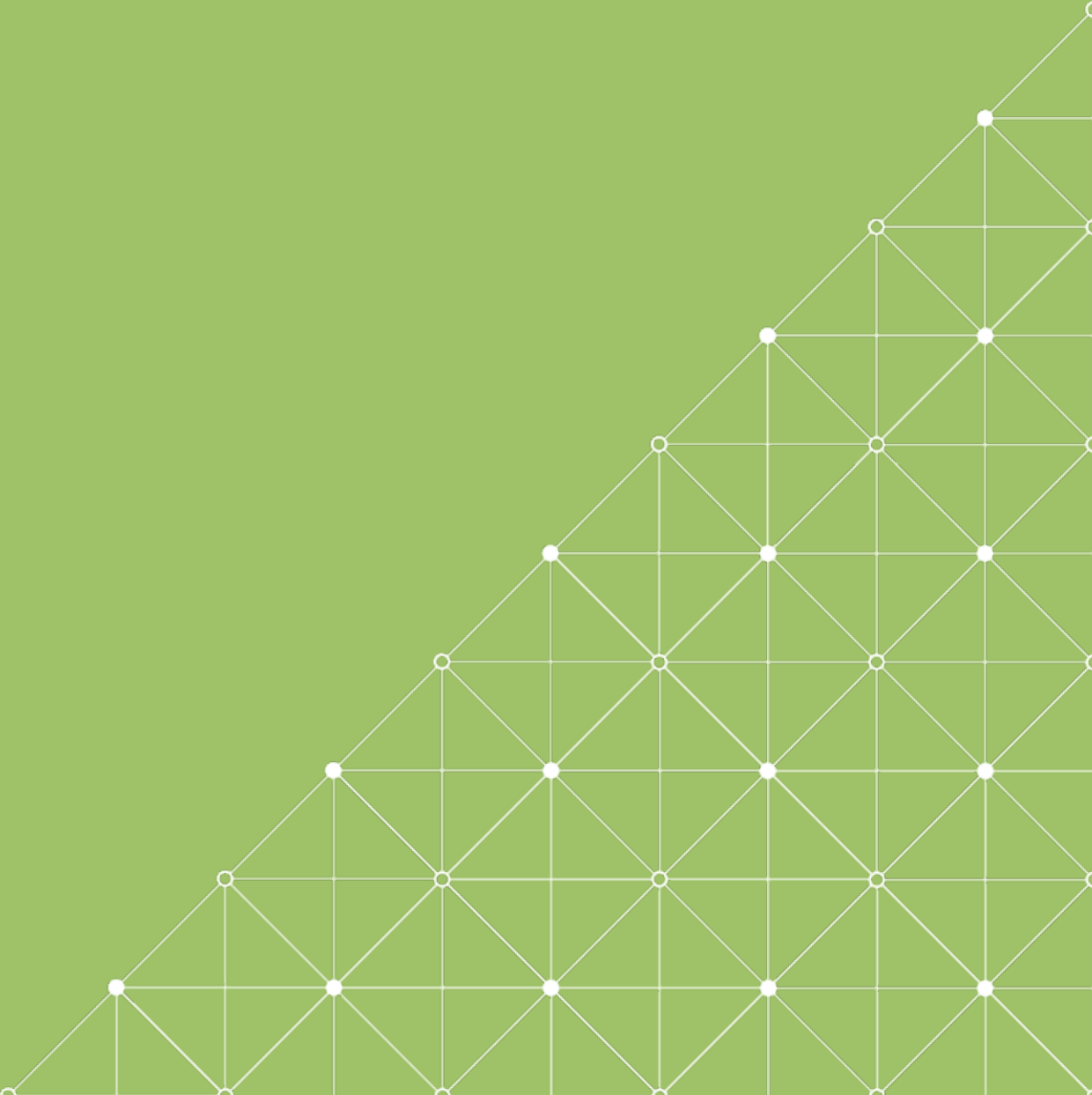
Diretriz Estratégica 15: Promover o desenvolvimento e a valorização dos servidores públicos estaduais 177

Diretriz Estratégica 16: Desenvolver um modelo de gestão participativa, desburocratizada, moderna, transparente e com foco em resultados 185

Diretriz Estratégica 17: Fortalecer a articulação institucional e política, destacando Mato Grosso do Sul no cenário nacional e internacional 203

Diretriz Estratégica 18: Garantir a boa gestão dos recursos públicos 213

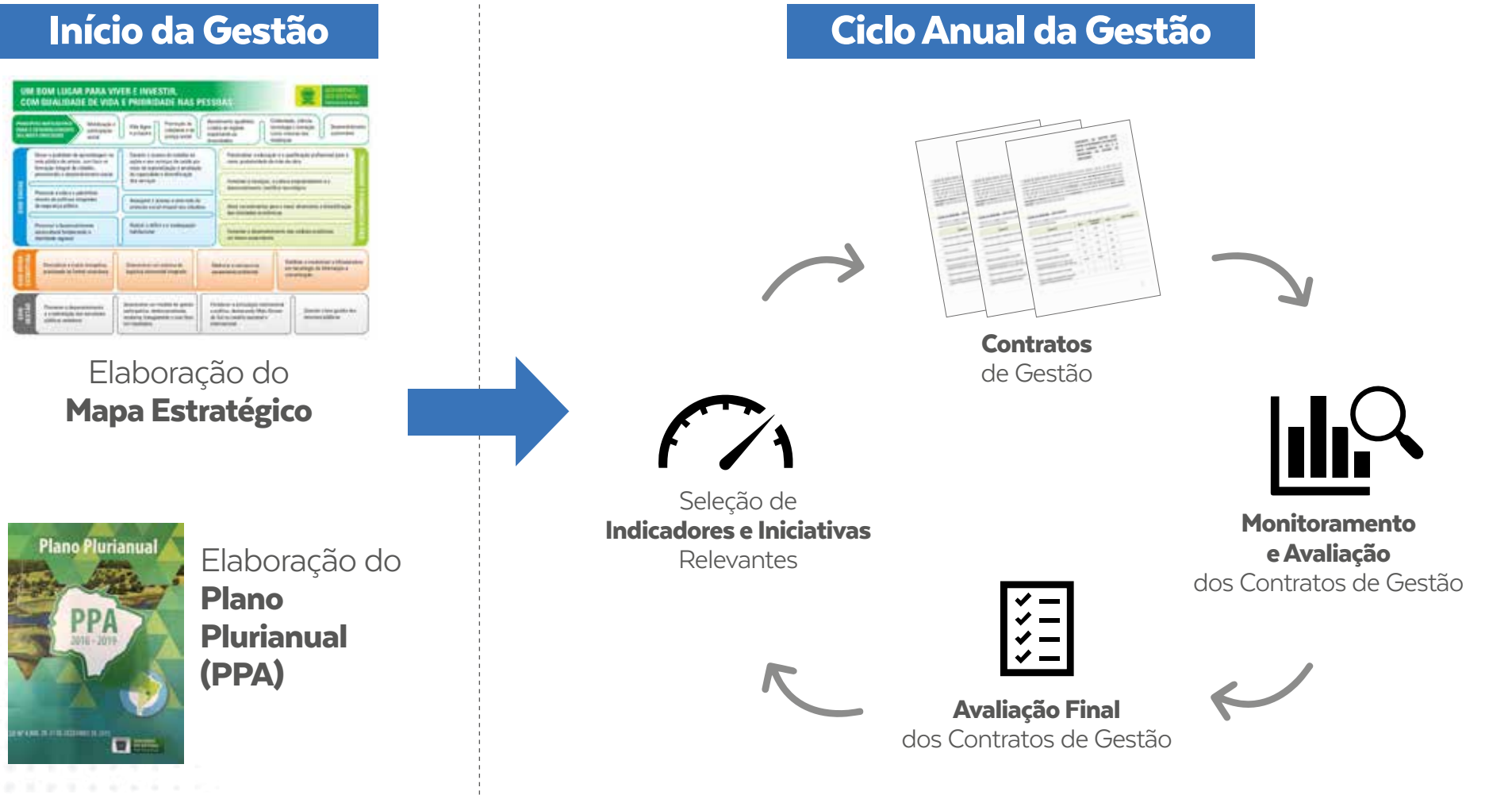
Contextualização e passo a passo da Mensagem à Assembleia



Mapa Estratégico



Gestão e Governança em MS



Passo a passo da Mensagem

- 1. Seleção dos indicadores estratégicos**

Os indicadores estratégicos são aqueles que estão mais diretamente relacionados com o cumprimento da diretriz estratégica. Normalmente eles são mais abrangentes e procuram abarcar diferentes aspectos da diretriz. Contudo, é importante ressaltar que os prazos de publicação de relatórios oficiais e natural defasagem de alguns indicadores impedem a apresentação de dados da gestão 100% atualizados até o fechamento deste documento.
- 2. Análise da gestão à luz dos indicadores estratégicos**

Após a seleção dos indicadores será realizada uma análise sucinta do desempenho dos indicadores estratégicos durante a atual gestão, a partir dos resultados que puderam ser coletados até a data de publicação do relatório.
- 3. Resumo dos principais projetos da gestão**

Em comparação com o desempenho dos indicadores é necessário demonstrar quais foram os principais projetos do governo para o cumprimento da diretriz.
- 4. Indicadores Municipalizados**

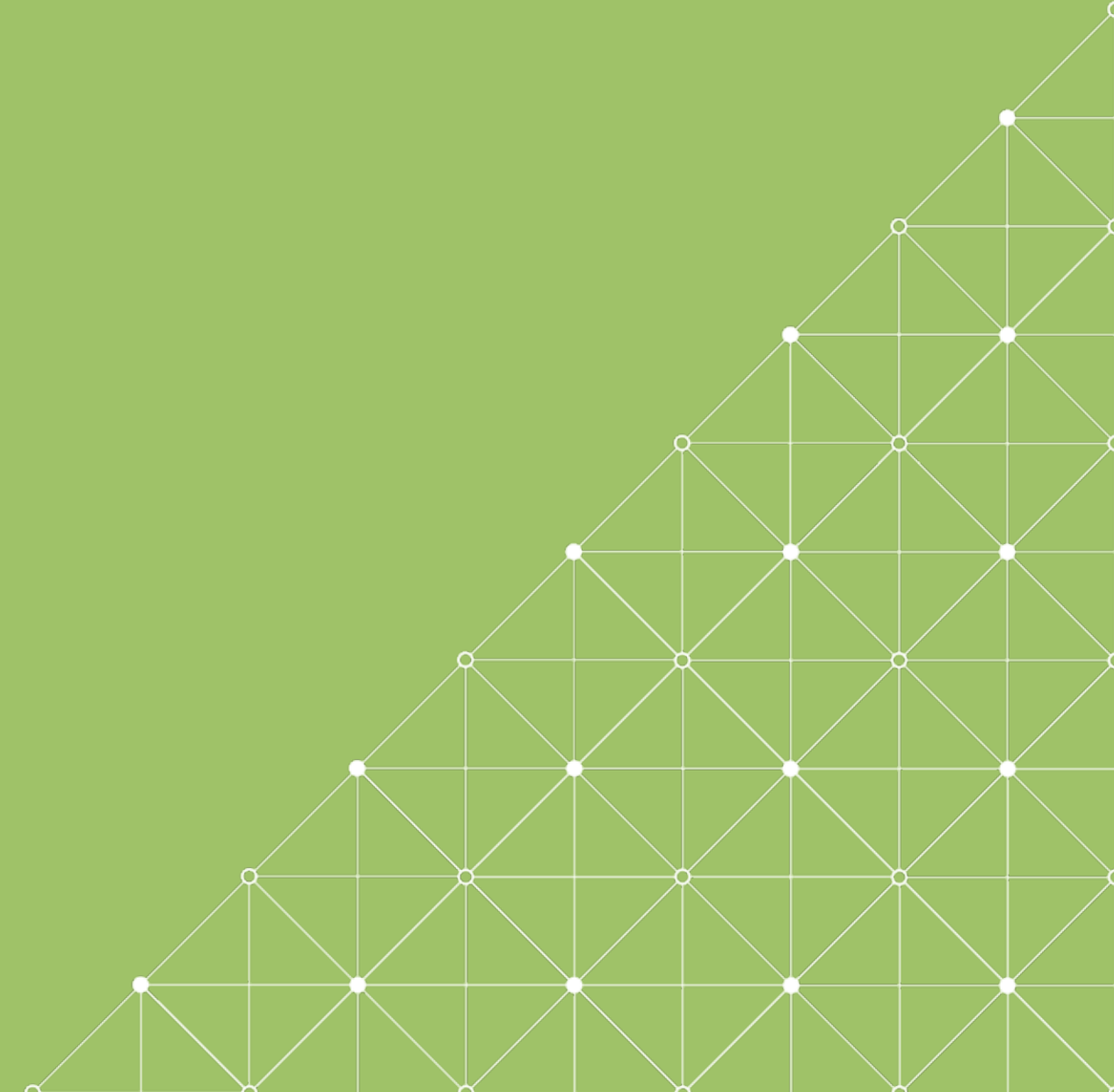
Dada a importância da municipalização, alguns indicadores terão seus resultados municipalizados, com o objetivo de analisar a regionalização das políticas públicas aplicadas.
- 5. Resumo dos gastos da gestão com a diretriz**

É necessário confrontar os resultados e os indicadores com os recursos despendidos para a diretriz. Para o resumo dos gastos, foi utilizado Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

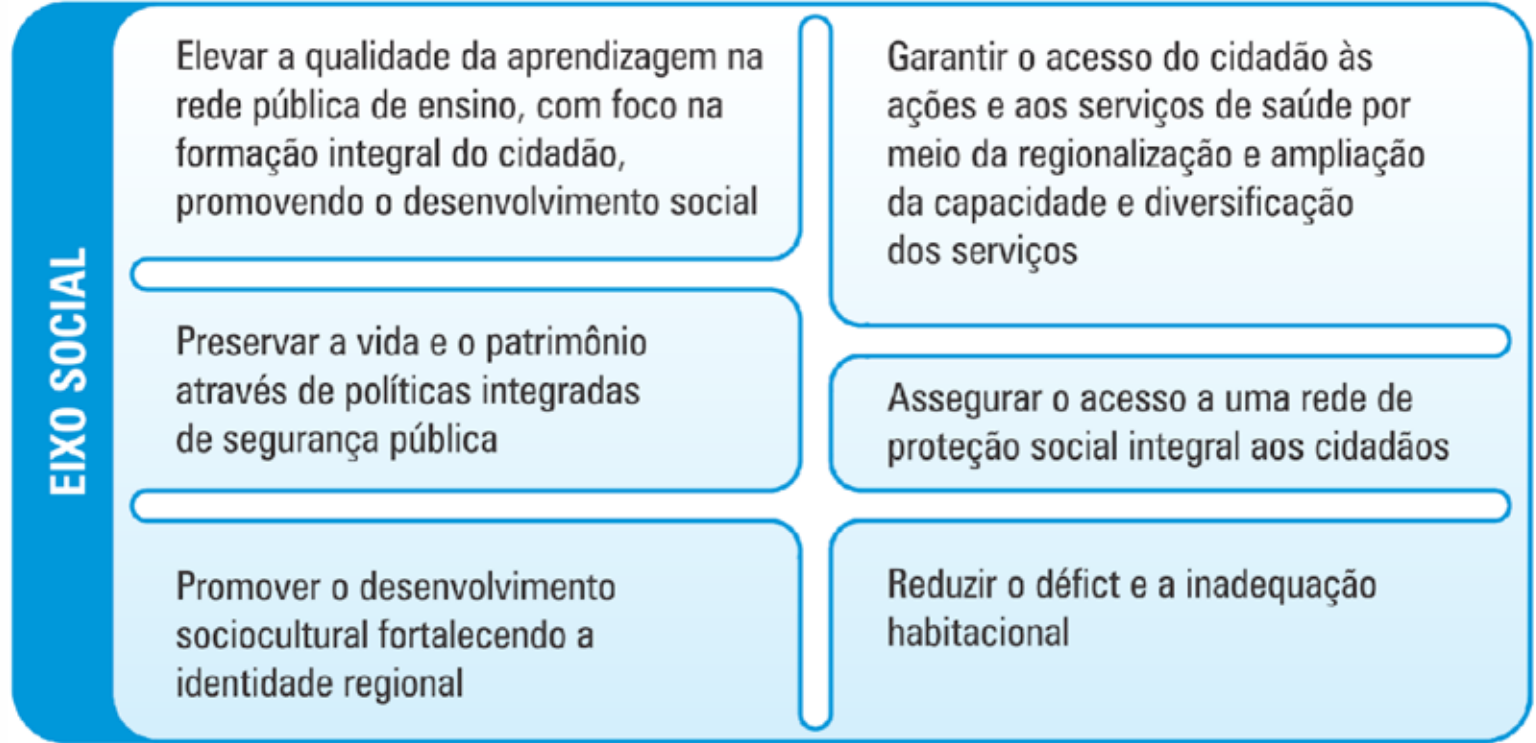
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Mensagem 2019:

EIXO SOCIAL

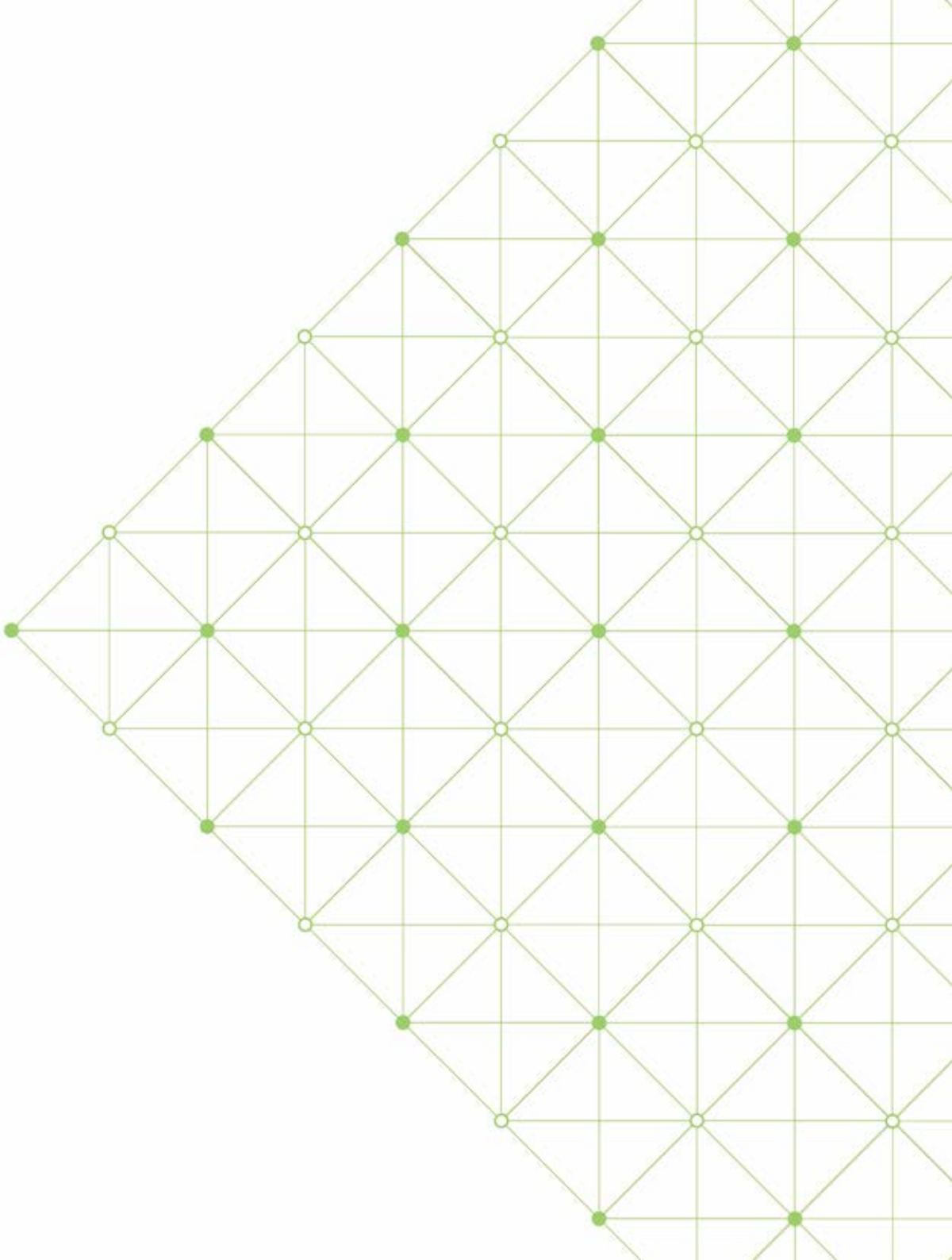


EIXO SOCIAL



Diretriz Estratégica 01:

Elevar a qualidade da aprendizagem na rede pública de ensino, com foco na formação integrada do cidadão, promovendo o desenvolvimento social.



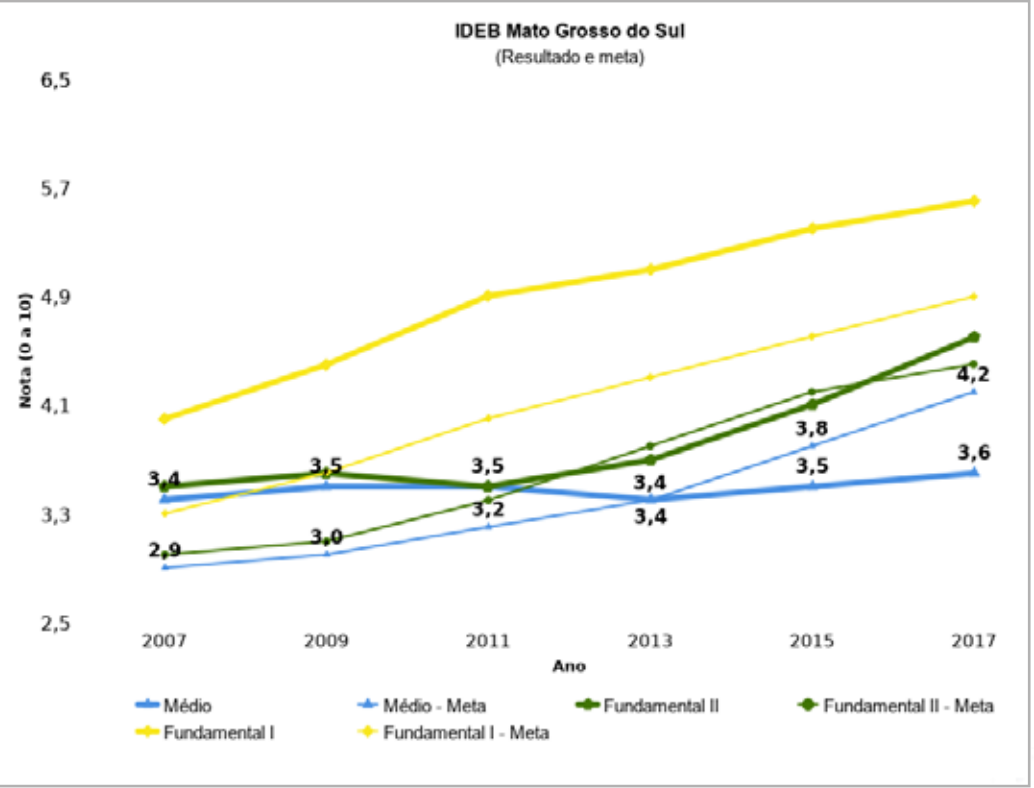
1. Seleção dos indicadores estratégicos

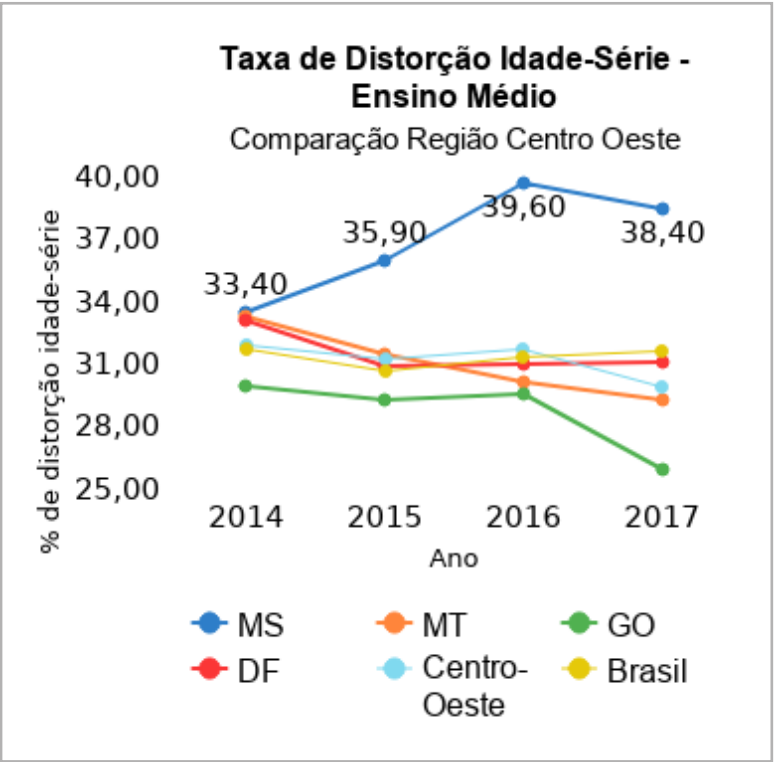
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB-INEP)	Avaliação Institucional Externa da Rede Estadual de Ensino (AIEMS-SED)	Jovens Nem Nem Nem (PNAD-IBGE)
O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos.	Trata-se de processo avaliativo realizado desde 2003 pela SED nas escolas do Sistema Estadual de Ensino. Avalia a qualidade das escolas em todos quatro aspectos de gestão: Administrativo; Pedagógico, Interação e Ambiente Escolar e Infraestrutura.	Jovens de 16 a 29 anos de idade que não estudam, não buscam ocupação e estão fora do mercado de trabalho.

2. Análise de Gestão

A análise da diretriz estratégica da educação inicia-se pela seleção de três indicadores estratégicos: o IDEB, a AIEMS e os Jovens Nem Nem Nem. Enquanto o IDEB e a Avaliação focam nos alunos dentro da rede e avaliam a qualidade da aprendizagem e os recursos disponíveis nas escolas, o terceiro procura abranger os jovens que estão alijados da rede de ensino, mas que devem ser contemplados pelos projetos de governo.

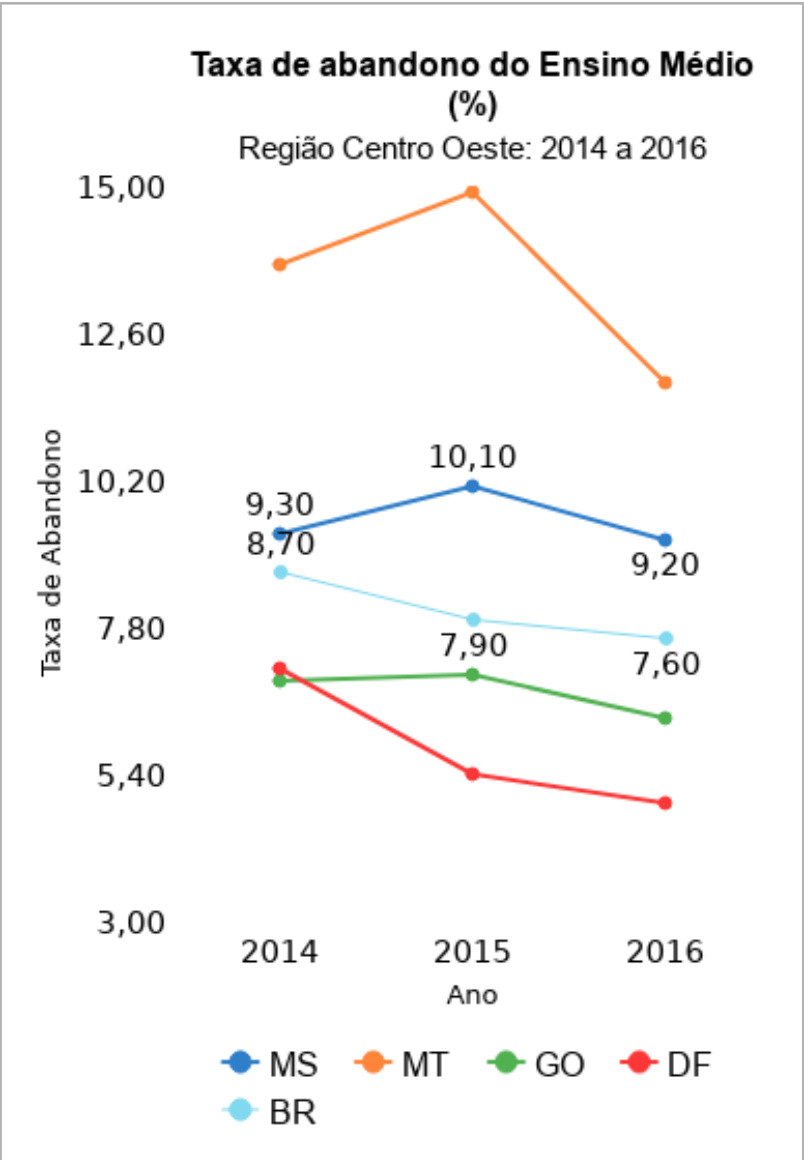
O IDEB, mais importante indicador da educação básica do Brasil, apontou problemas no ensino médio sul-mato-grossense, haja vista seu desempenho estar abaixo da meta estipulada desde o ano de 2013. Os ensinos fundamental I e II apresentam evolução nos indicadores, com uma importante superação da meta no Ensino Fundamental II em 2017. O MS, em geral, segue a tendência dos indicadores brasileiros.





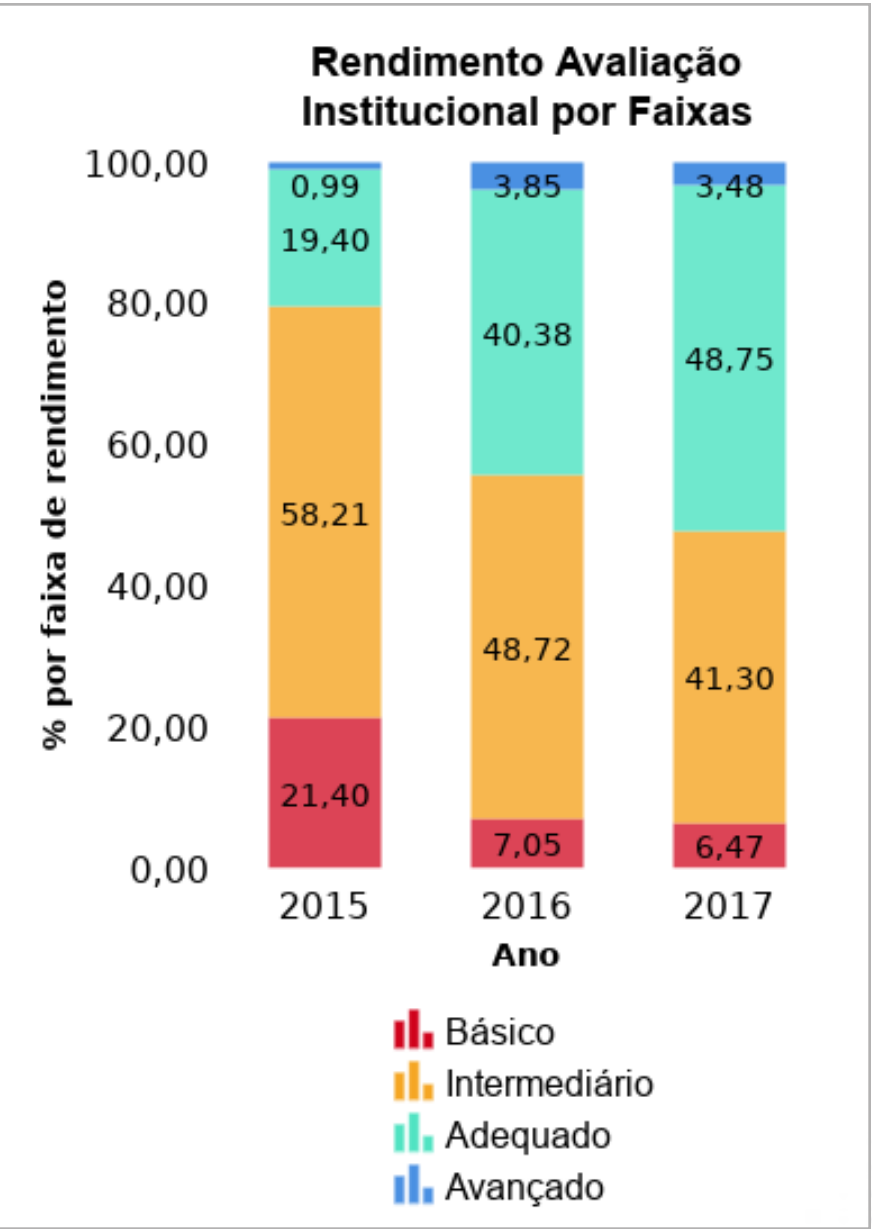
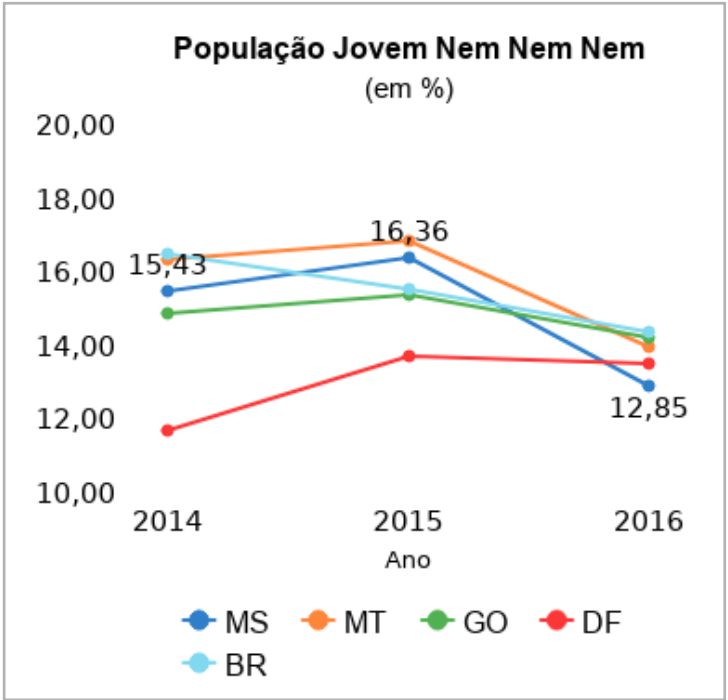
Dois indicadores secundários importantes impactam o IDEB. O nível de Abandono Escolar recuou em 2016, estando, porém, acima da média brasileira e na região Centro-Oeste.

Em respeito à Distorção Idade-Série, o MS está bem acima da média nacional, ocupando a última posição no Centro-Oeste, sinalizando um alerta para os gestores públicos.



Destaca-se o bom desempenho do Estado de MS no indicador População Nem Nem Nem, inferior à média brasileira. O correspondente percentual foi reduzido durante a gestão atual e hoje o MS lidera o ranking na região Centro-Oeste.

Em relação aos resultados da AIEMS, a hodierna gestão obteve um avanço significativo na porcentagem de escolas que migraram do rendimento básico para o adequado.



3. Resumo dos principais projetos da gestão

PROJETO AJA – AVANÇO DO(A) JOVEM NA APRENDIZAGEM

Descrição do Projeto: O Projeto Pedagógico do Curso AJA-MS tem por objetivo proporcionar ao jovem condições de avançar na aprendizagem e **trazer de volta para o ensino adolescentes que não tiveram a oportunidade de concluir o ensino fundamental**, melhorando os indicadores de abandono e a Taxa de Distorção Idade Série.

Período de vigência: a partir de 2015 (em andamento)

Recursos investidos: R\$ 2.371.170,10

Principais entregas: O Projeto AJA-MS está em funcionamento em **51 Escolas** Estaduais da Rede de Ensino de Mato Grosso do Sul, localizadas em **39 municípios**. Atualmente, **5.000 adolescentes fazem parte do AJA**.



CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E INSERIR A ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS

Descrição do Projeto: Realização de reformas, manutenção e obras de acessibilidade nas escolas da rede estadual de ensino. Consta do contrato a elaboração de Planos de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIPs). Tais ações procuram oferecer **espaço físico adequado** aos alunos matriculados na rede.

Período de vigência: a partir de 2015 (em andamento)

Recursos investidos: R\$ 37.806.387,92

Principais entregas: No período de 2015 a 2017 foram executadas e concluídas **200 obras**, somando **um investimento no valor de R\$ 37.806.387,92**. Há 47 obras em execução. Das 247 obras, **40 são de construção e 207 de reforma e manutenção**.

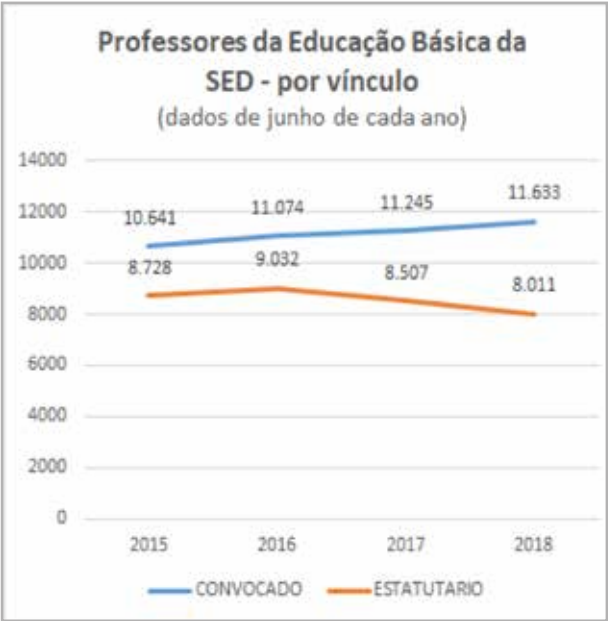


AMPLIAR O CONTINGENTE DE PROFESSORES CONCURSADOS

Descrição do Projeto: A iniciativa é relevante para o Governo devido à relação inerente à demanda de alunos/salas de aula e o número de vagas para professores nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Desse modo, a convocação dos nomeados em concurso amplia o contingente dos professores efetivos, equilibrando a proporção aludida.

Período de vigência: 2015-2018

Recursos investidos: apenas custeio



Principais entregas: 226 professores estatutários em 2016. A diminuição do quadro de estatutários deveu-se ao **aumento do número de aposentadorias**, impossibilitadas as substituições por novos servidores posto que a vigência do último certame expirou-se em 8 de julho de 2017. Um **novo concurso** para mil novas vagas foi autorizado em 2018.

ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL: ESCOLA DA AUTORIA

Descrição do Projeto: Com o objetivo de garantir a qualidade e a equidade na aprendizagem dos estudantes das escolas estaduais de Ensino Médio de MS, a SED implantou na Rede Estadual de Ensino a **Educação em Tempo Integral: Escola da Autoria**, em complemento ao Programa Ensino Médio Inovador, expandindo a oferta da educação em tempo integral.

Período de vigência: 2017-2018.

Recursos investidos: R\$ 180.000 (recursos estaduais) R\$ 2.196.782 (recursos federais).

Municípios beneficiados: Campo Grande, Dourados, Naviraí, Corumbá, Ponta Porã, Maracaju.



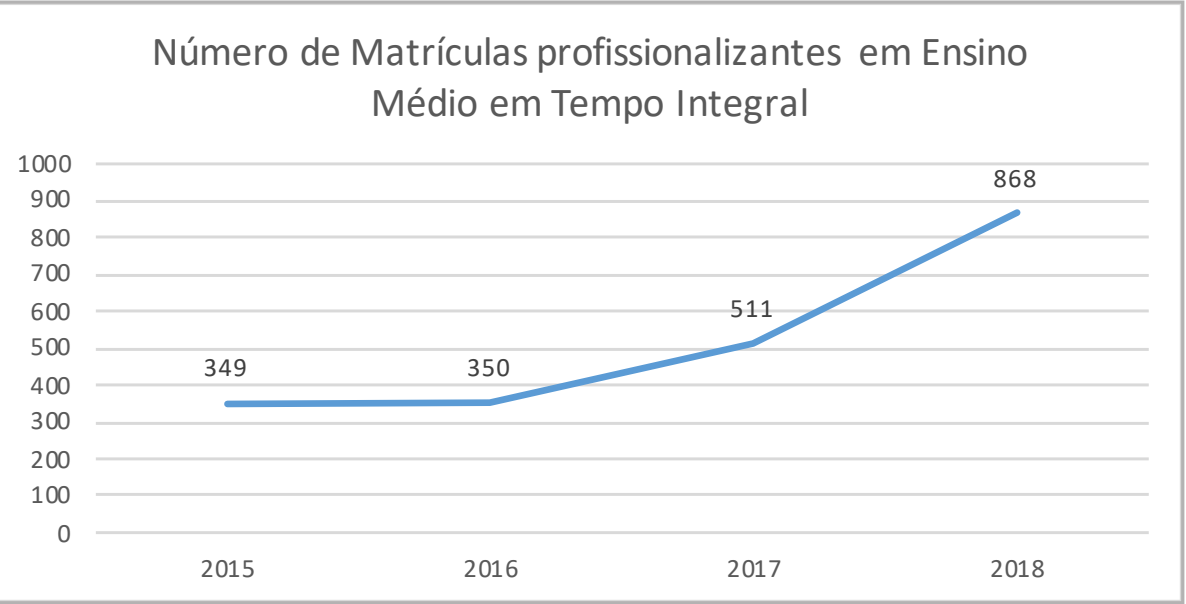
Resultados: As **escolas de autoria** se destacaram entre as **melhores notas do IDEB** do Estado do MS, ainda que o número de matrículas **só represente 5,5%** do número total de matrículas (regular) de Ensino Médio da REE – dados de 2017.

OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL DA REE/MS

Descrição do Projeto: oferecer cursos em tempo integral de educação técnica de nível médio, com a finalidade de proporcionar conhecimentos, saberes e competências necessários ao exercício profissional. Os financiamentos advêm dos repasses de recursos estaduais e federais.

Período de vigência: a partir de 2017 (em andamento)

Recursos investidos: aumento de custeio anual relacionado ao contraturno (aproximadamente 30 milhões de gasto ao longo de 4 anos).



Principais entregas: Atualmente, encontram-se disponíveis na REE/MS **39 cursos técnicos distintos** e **1 curso de Qualificação Profissional** na modalidade presencial.

Em 2017, foram disponibilizadas mais de **6.700 vagas de cursos** – presencial e EAD.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Descrição do Projeto: A Base Nacional Comum Curricular é **referência nacional para os sistemas de ensino** e para as instituições ou redes escolares públicas e privadas da Educação Básica, dos sistemas federal, estadual, distrital e municipal, para construírem ou revisarem os seus currículos.

Período de vigência: 2018 - 2020

Recursos investidos: apenas custeio.



Principais entregas: Implementação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental no Estado de Mato Grosso do Sul, em regime de colaboração com os municípios: construção de um **currículo unificado**.

TEIA DA EDUCAÇÃO

Descrição do Projeto: Encontros com professores e coordenadores com o propósito de **unir esforços em prol da aprendizagem dos estudantes** e fazer com que as ações desenvolvidas estejam em consonância com os anseios da comunidade escolar, estabelecendo um diálogo profícuo e produtivo.

Período de vigência: a partir de 2015 (em andamento).

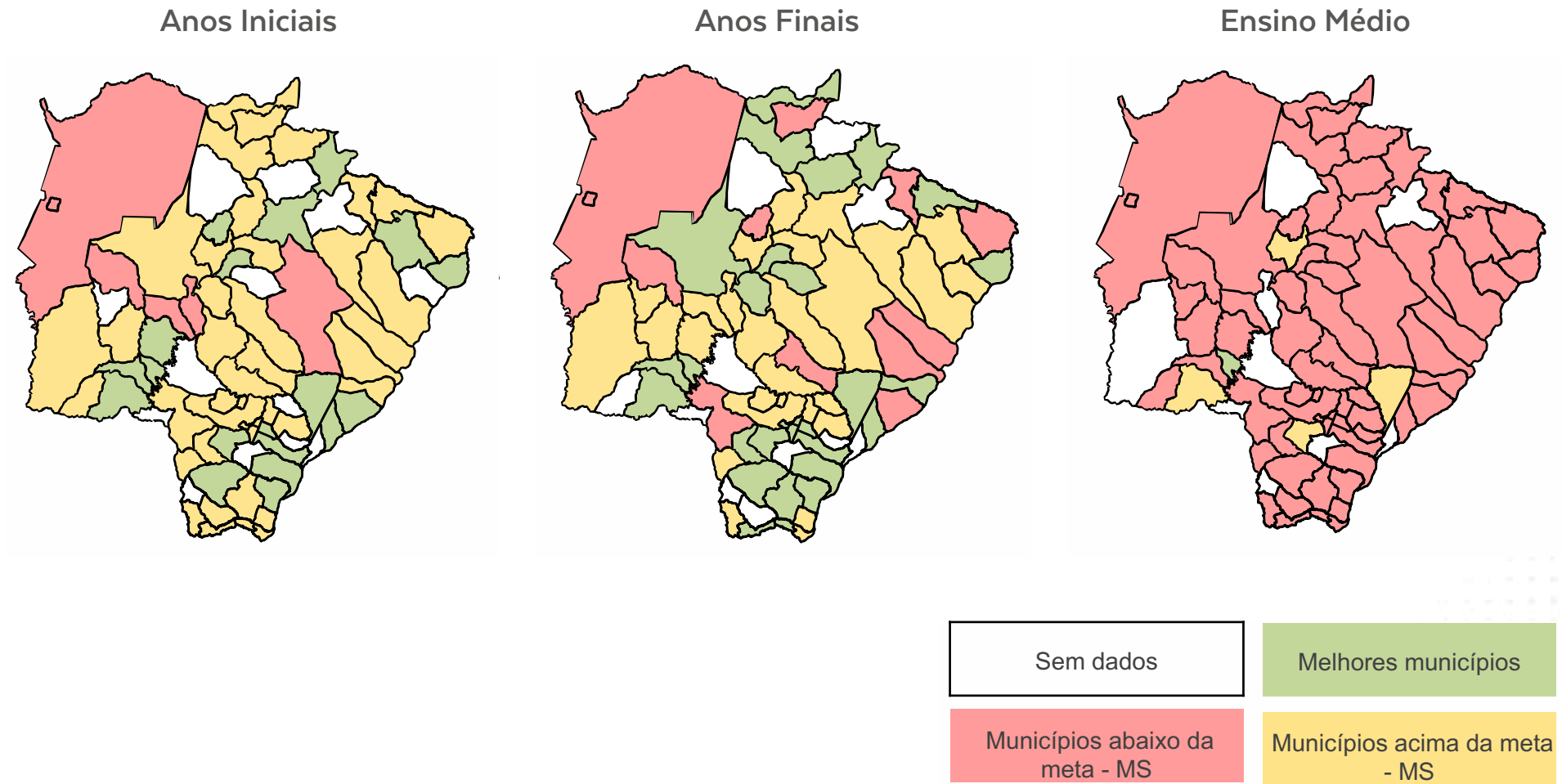
Recursos investidos: apenas custeio.



Principais entregas: Encontros nas 12 regiões do estado de Mato Grosso do Sul: Aquidauana, Campo Grande metropolitano, Campo Grande capital, Corumbá, Coxim, Dourados, Jardim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, Três Lagoas; Formação de: diretores, coordenadores pedagógicos, professores e servidores administrativos. Total de **35 mil servidores participantes**.

4. Indicadores municipalizados

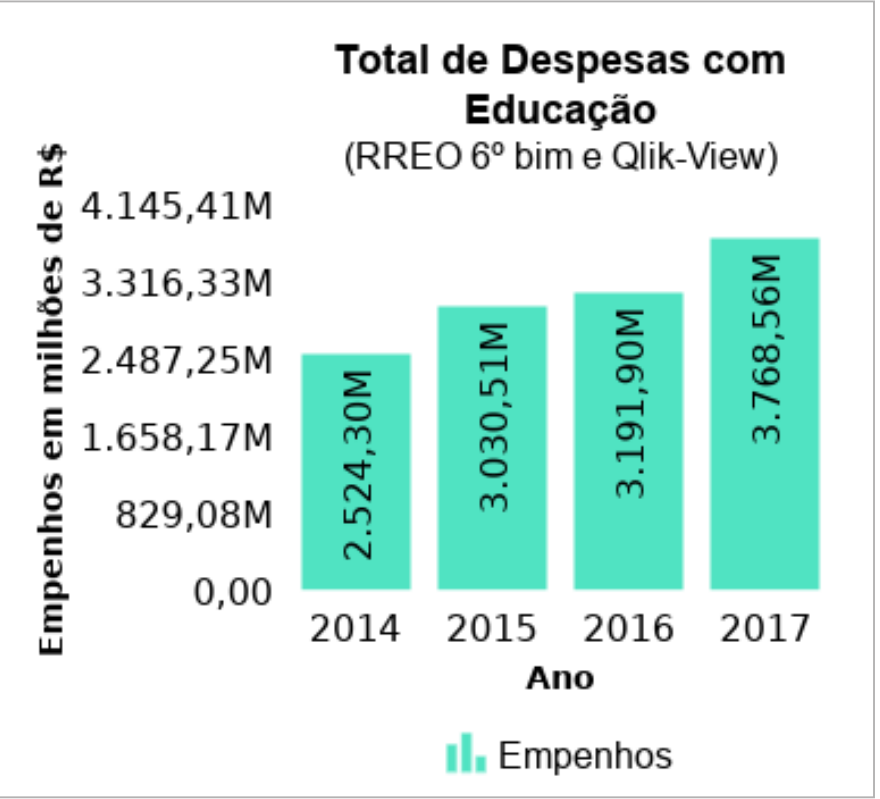
IDEB



Fonte: INEP

5. Resumo dos gastos da gestão com a diretriz

Como forma de melhorar o desempenho escolar do Estado, o governo de Mato Grosso do Sul investiu na área de educação cerca de 3,77 bilhões de reais em 2017, entre investimento e custeio, o que representa um incremento de quase 50% em relação ao ano de 2014.



Diretriz Estratégica 02:

Promover a vida e o patrimônio através de políticas integradas de Segurança Pública.

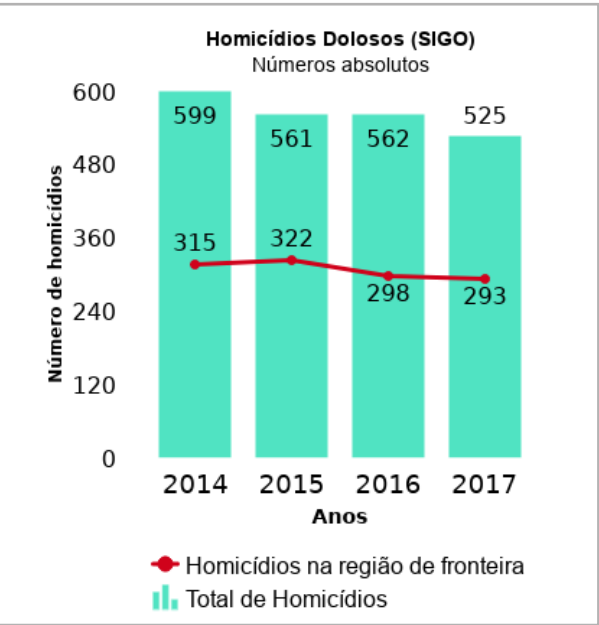
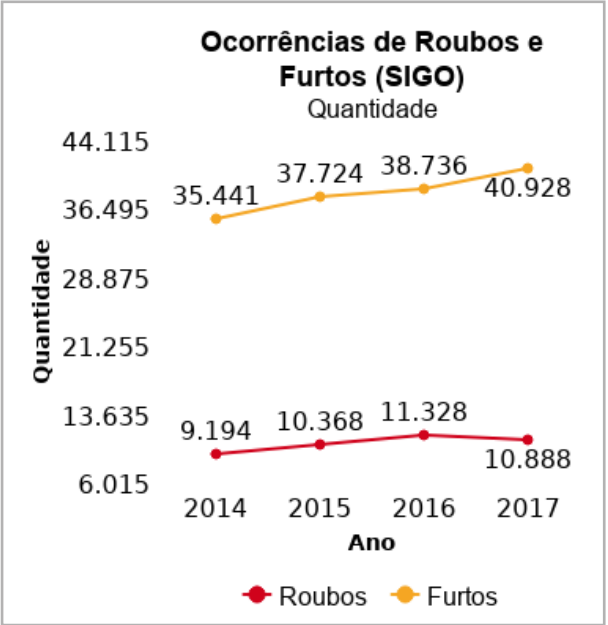
1. Seleção dos indicadores estratégicos

Ocorrências de furtos e roubos (SIGO-MS)	Homicídios Dolosos (SIGO-MS)	Déficit Penitenciário (SIGO-MS)
Demonstra o número total de furtos e roubos registrados em BO, em determinado período.	Indica o número total de homicídios qualificados como dolosos.	Aponta a quantidade de vagas necessárias no sistema penitenciário para atender toda a demanda.

2. Análise de Gestão

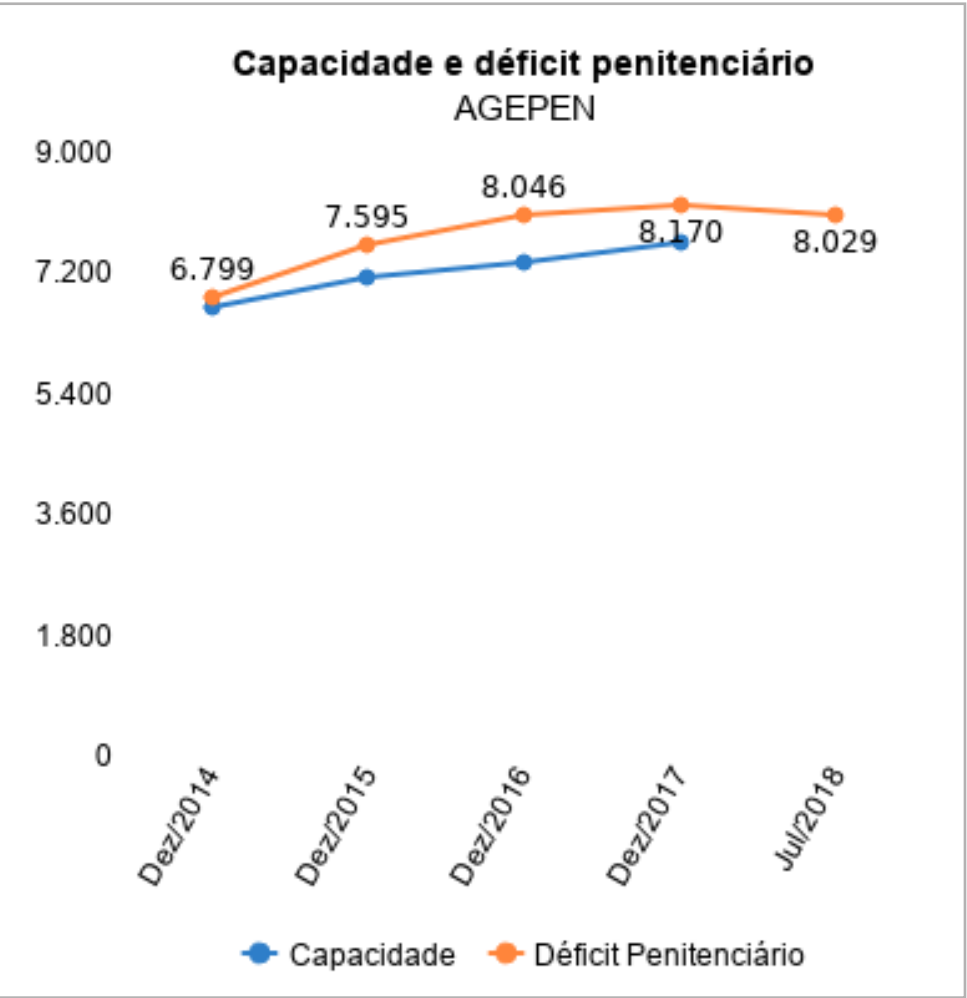
Indicadores demonstram crescente aumento da apreensão de drogas e redução dos homicídios dolosos com especial participação dos municípios nas regiões de fronteira. Portanto, o investimento do estado no sistema de videomonitoramento e radio-telecomunicação demonstra coesão da ação de Mato Grosso do Sul no combate à criminalidade nas regiões foco.

Entretanto, reflexo disso, o crescimento dos indicadores de furto e roubo observado entre 2014 e 2017 demonstra a **necessidade de maiores investimentos no combate a tais delitos.**



O estado de MS enfrenta o problema do crescente déficit penitenciário, entre outros motivos, por localizar-se em uma rota estratégica do tráfico internacional.

A expansão de vagas (capacidade) no sistema penitenciário e o estímulo à utilização de tornozeleiras eletrônicas não estão gerando resultados na melhora do indicador de déficit penitenciário. Como o gráfico indica, o déficit é maior que a atual capacidade das penitenciárias do MS.



3. Resumo dos principais projetos da gestão

PROGRAMA MS MAIS SEGURO

Descrição do Projeto: O programa MS Mais Seguro é considerado o maior programa da segurança pública da história do Estado, com investimentos iniciais de R\$ 96,4 milhões para a reestruturação da segurança pública nas aquisições de 620 viaturas, 755 armas, 903.258 munições e 5.925 equipamentos de proteção pessoal.

Período de vigência: 2016 a 2018

Recursos investidos: R\$ 96.400.000,00



Principais entregas: Aquisição de veículos para a AGEPEM, SAS, DOF, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e material de proteção e segurança para a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil; Aquisição de motocicletas e motonáuticas para o corpo de Bombeiros; Aquisição de armamentos e munição para a Polícia Civil.

PROGRAMA MS MAIS SEGURO

Descrição do Projeto: A Coordenadoria Geral de Policiamento Aéreo atua em todo o Estado, principalmente em Campo Grande, na fronteira com Paraguai e Bolívia e nos municípios que fazem divisa com outros estados, **apoando os órgãos de Segurança Pública no controle de rebeliões, captura de pessoas, proteção ao meio ambiente e defesa civil.**

Principais entregas: Apoio às operações realizadas em todos os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.

O Sistema Aéreo Ostensivo e Preventivo permite **ações de policiamento mais intensas**, com capacidade potencial **na repressão da criminalidade.**

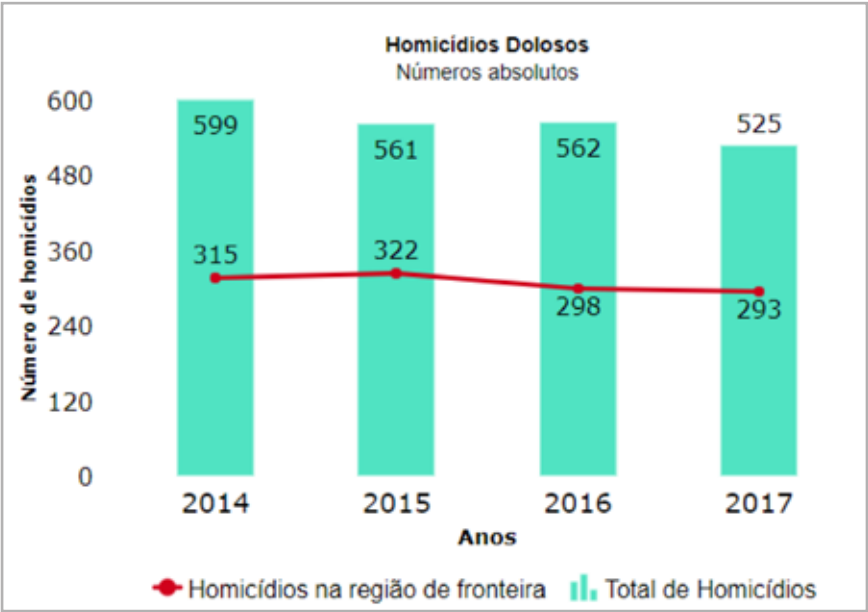


IMPLANTAÇÃO DE SISTEMÁTICA DE VIDEOMONITORAMENTO EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE FRONTEIRA

Descrição do Projeto: implantação de sistemática de videomonitoramento do ENAFRON – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras, nos municípios de fronteira com o Paraguai e com a Bolívia, com investimentos de aproximadamente R\$ 4 milhões destinados à instalação de 90 câmeras.

Recursos investidos: R\$: 3.986.581,63

Principais entregas: videomonitoramento nos municípios de Amambai, Bela Vista, Coronel Sapucaia, Corumbá, Dourados, Mundo Novo, Naviraí e Ponta Porã.

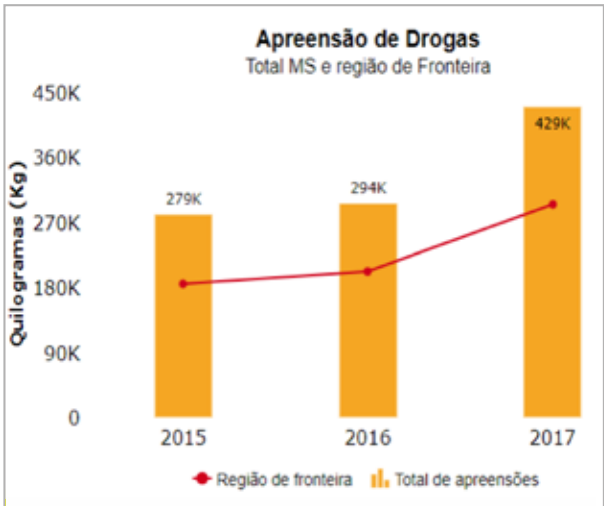


IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO MÓVEL TRONCALIZADO DIGITAL NA FAIXA DE FRONTEIRA

Descrição do Projeto: Implantação do Sistema em 28 municípios da linha de fronteira, com previsão para atender 44 municípios.

Recursos investidos: R\$ 22.621.542,50

Municípios beneficiados: Bela Vista, Bonito, Bodoquena, Caarapó, Caracol, Corumbá, Coronel Sapucaia, Deodápolis, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaquiraí, Itaporã, Japorã, Jateí, Ladário, Laguna Caarapã, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas, Sidrolândia, Tacuru e Vicentina.



Principais entregas: Aquisições: 22 torres auto-portantes de 60 metros; 22 contêineres outdoor para os equipamentos da Estação rádio base; 12 Estações de Rádio Base 04 portadoras; 02 Estações de Rádio Base 02 portadoras; 01 Estação Controladora; 08 Estações de despacho; 952 transceptores portáteis (rádio de mão - HT); 402 transceptores móveis (rádios das viaturas); e 106 transceptores fixos (rádios das bases policiais).

MONITORAMENTO POR TORNOZELEIRA ELETRÔNICA

Descrição do Projeto: Aquisição de tornozeleiras eletrônicas, via convênio com o Governo Federal, para o Monitoramento Eletrônico de presos provisórios, cumpridores de medidas cautelares diversas da prisão, população carcerária vulnerável e cumpridores de medida protetiva de urgência.

Recursos investidos: R\$: 900.000,00 - Governo Federal: RS 100.000,00

Principais entregas: Locação de 130 tornozeleiras eletrônicas



MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA, COM A AMPLIAÇÃO E REFORMA DA UNIDADE PENAL DA AGEPEN

Descrição do Projeto: Modernização da estrutura física, com a ampliação e reforma da unidade penal masculina da AGEPEN, no Município de Ponta Porã.

Período de vigência: 2016

Recursos investidos: R\$ 394.694,00

Principais entregas: Ampliação de 144 vagas do estabelecimento penal masculino de Ponta Porã.



CRIAÇÃO DE DELEGACIAS: DELETRAN - ESPECIALIZADA DE REPRESSÃO AOS CRIMES RELACIONADOS À ATIVIDADE EXECUTIVA DE TRÂNSITO EM CAMPO GRANDE E A DAM - DELEGACIA DA MULHER EM DOURADOS

Descrição do Projeto: A DELETRAN foi inaugurada em 2016 e tem como função desenvolver as atividades de Polícia Judiciária, para apuração dos crimes relacionados à atividade executiva de trânsito. Ela está em funcionamento.

Recursos investidos: R\$ 106.876,11

Descrição do Projeto: Com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento oferecido às mulheres vítimas de violência, foi inaugurada no ano de 2017, em Dourados, a DAM. O MS possui um dos piores desempenhos no Brasil em termos de indicadores de violência contra a mulher. A construção de mais delegacias é fundamental na estratégia de combate a esse crime.

Recursos investidos: R\$ 809.100,11

4. Indicadores municipalizados

Taxa de homicídios – por 100 mil habitantes em 2017



0,00	Melhores Desempenhos
0,1 a 9,0	Bom Desempenho
9,01 a 13,9	Desempenho regular
13,91 a 50,04	Piores Desempenhos

Taxa de Mortes no trânsito – por 100 mil habitantes em 2017



0,00	Melhores Desempenhos
0,1 a 10	Bom Desempenho
10,01 a 20	Desempenho regular
20,01 a 49,50	Piores Desempenhos

Taxa de furto e roubo – por 100 mil habitantes em 2017

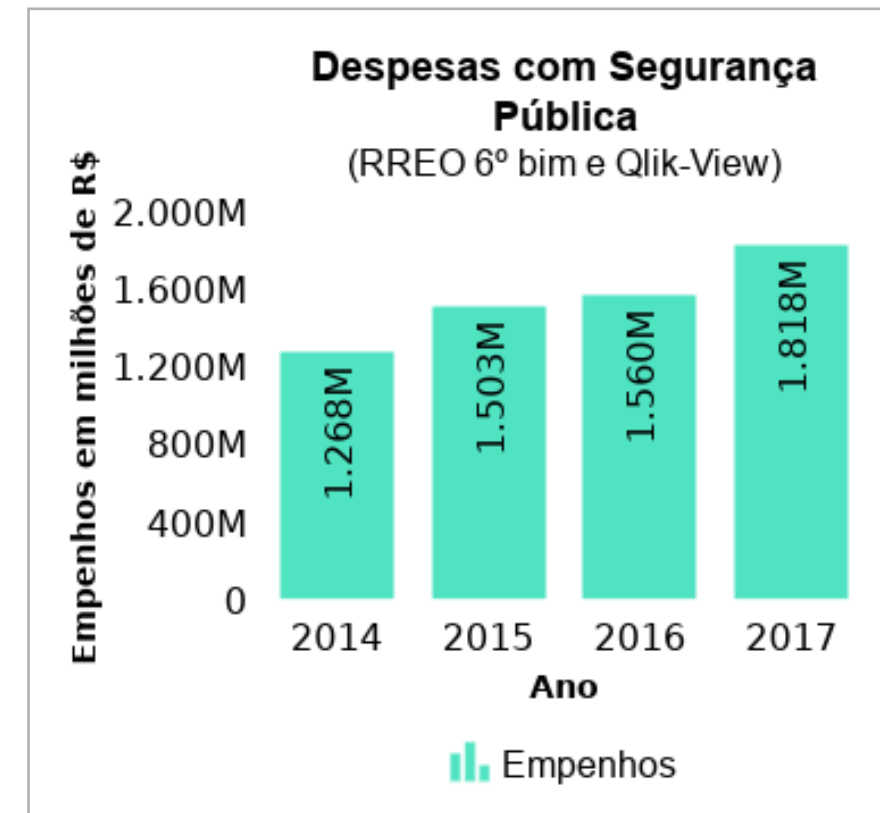


até 450	Melhores Desempenhos
451 a 900	Bom Desempenho
901 a 1350	Desempenho regular
acima de 1350	Piores Desempenhos

Fonte: SIGO

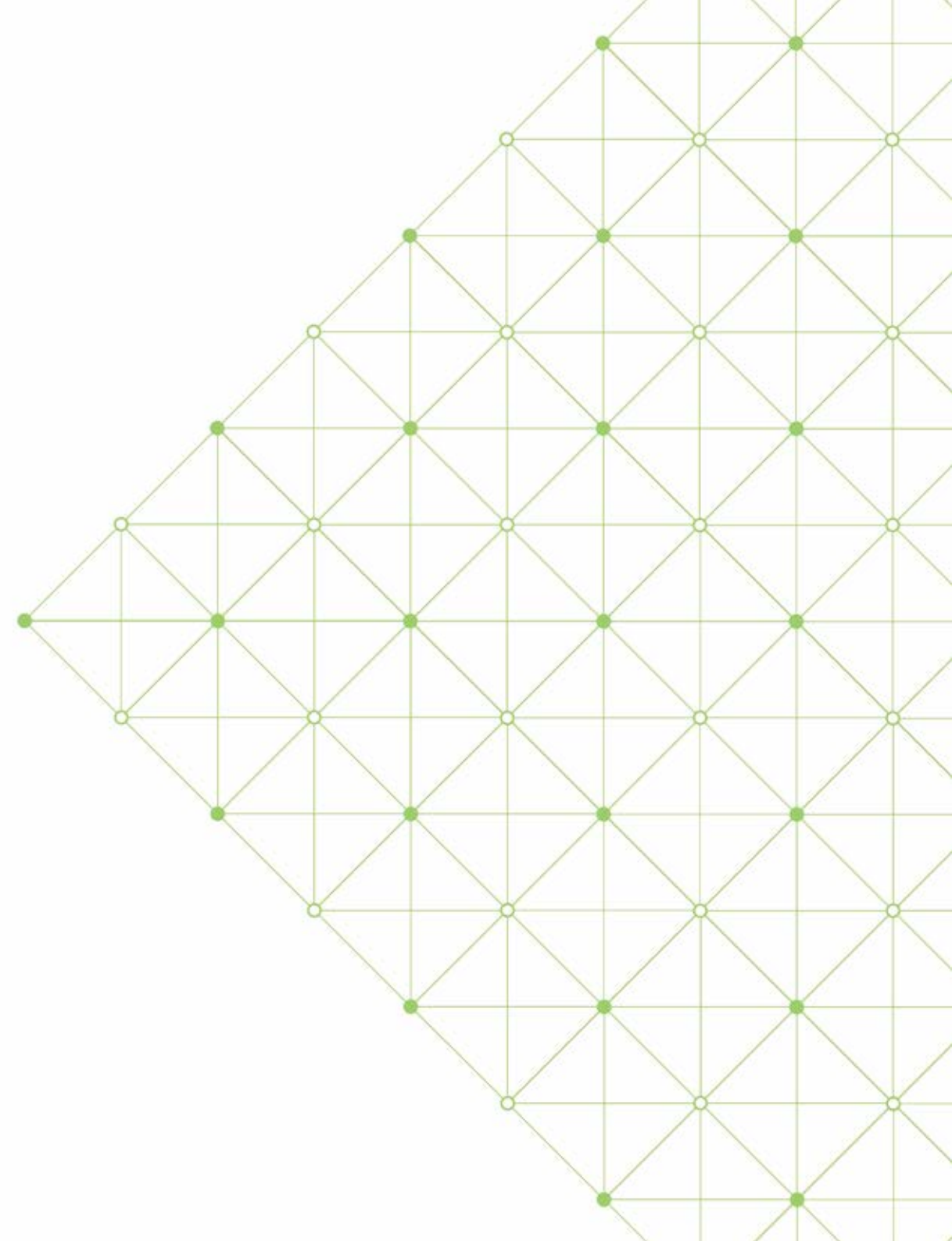
5. Resumo dos gastos da gestão com a diretriz

O gráfico demonstra um aumento constante e considerável de investimentos da atual gestão em segurança pública, com recursos destinados à qualificação dos agentes e em aquisições de equipamentos e viaturas.



Diretriz Estratégica 03:

Promover o desenvolvimento sociocultural fortalecendo a identidade regional.



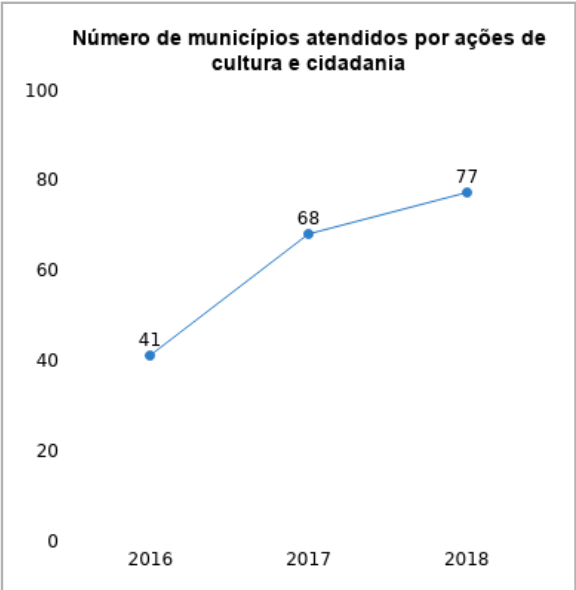
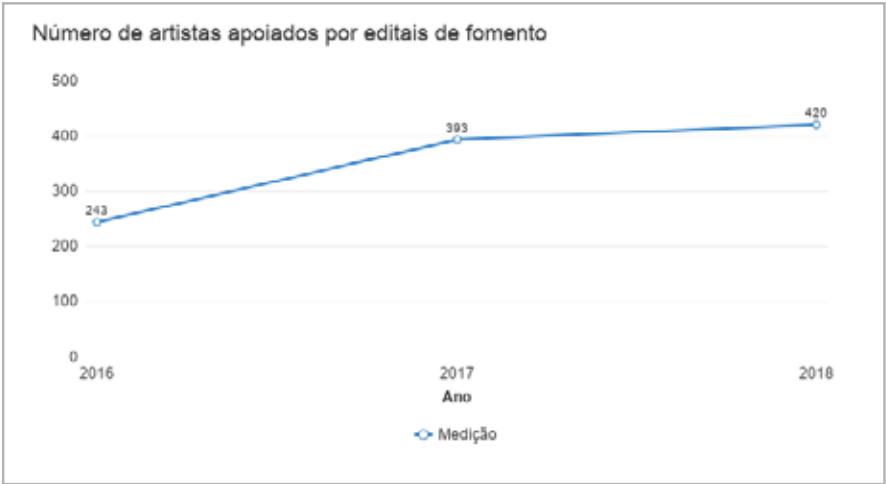
1. Seleção dos indicadores estratégicos

Número de artistas apoiados com editais de fomento (SECC)	Número de municípios atendidos com ações de cultura e cidadania (SECC)	Desempenho de atletas e equipes em competições nacionais (FUNDESPORTE)
Mensura o número de artistas de MS contemplados em atividades culturais financiadas pelo Estado em relação aos artistas nacionais e internacionais.	Aponta o nível de regionalização das ações culturais do governo, com política de atendimento às regiões do estado.	Número de medalhas que os atletas e equipes de Mato Grosso do Sul conquistaram no ano vigente.

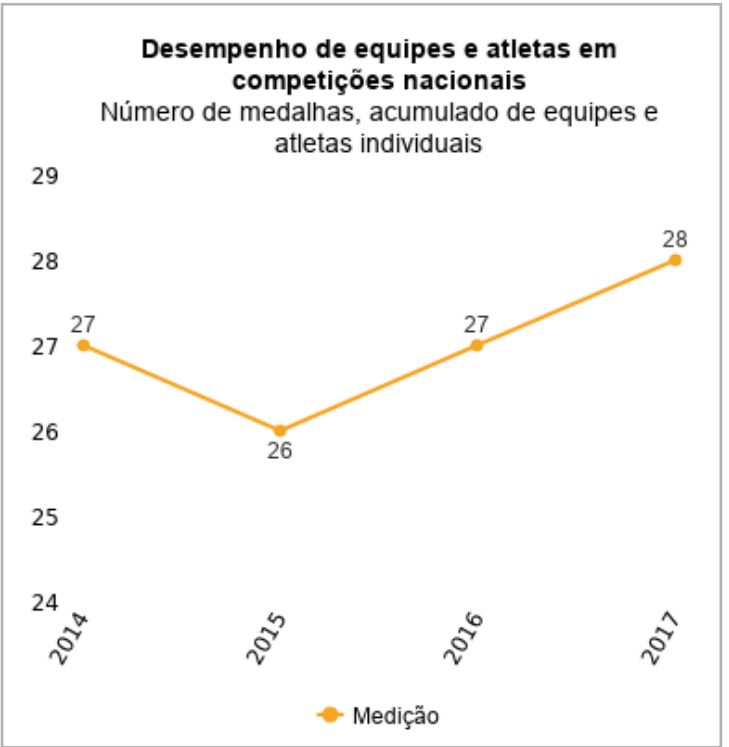
2. Análise de Gestão

O fomento à utilização de indicadores no setor cultural e de lazer é uma **prática inovadora** e incipiente no Brasil. Com série histórica restrita, a atual gestão procurou incentivar o processo de utilização de dados e estruturação de indicadores.

O desempenho nos indicadores culturais foi positivo ao longo da gestão, com **o aumento da regionalização e dos artistas contemplados por editais** – verificada a tendência de aumento do número apresentado de junho até o final do ano.



Em relação aos segmentos de lazer e esporte, o **desempenho de equipes apresentou melhora nos índices** durante o período da atual gestão, ainda que não seja possível uma análise mais acurada, haja vista os **dados não abrangerem o ano de 2018**.



3. Resumo dos principais projetos da gestão

CONCESSÃO DE BOLSA ATLETA

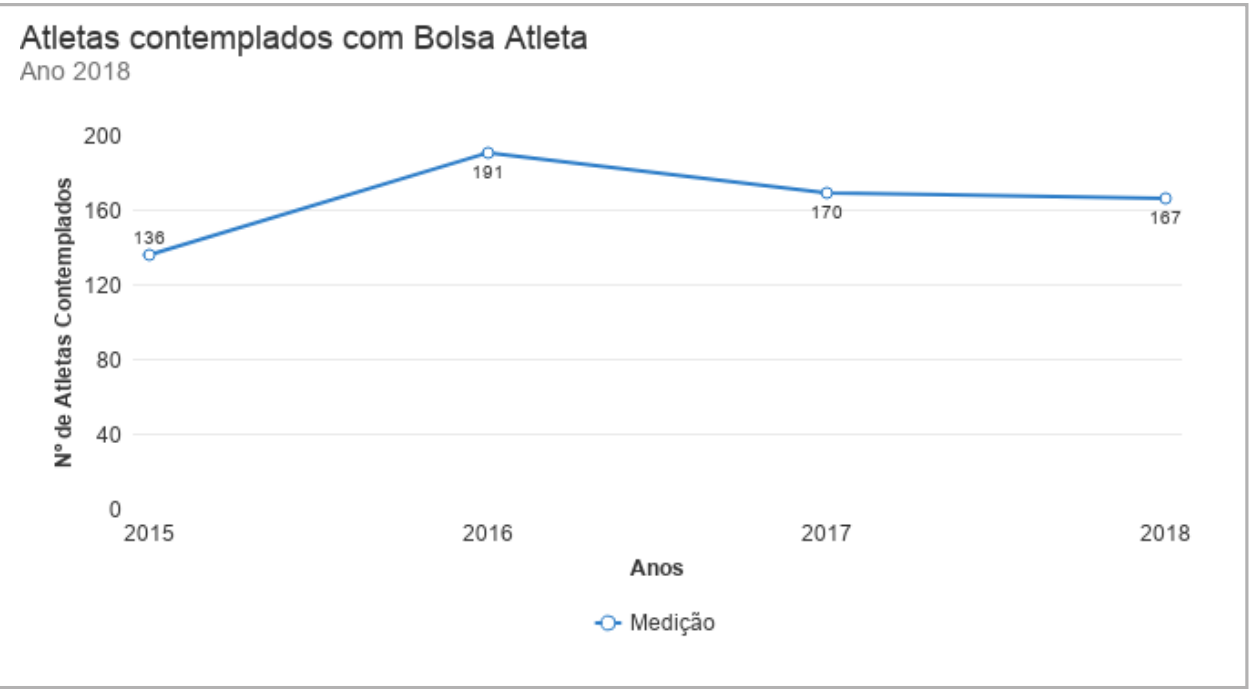
Descrição do Projeto: O bolsa atleta tem por objetivo propiciar as condições adequadas de treinamento, alimentação e logística aos atletas praticantes dos esportes de rendimento.

Período de vigência: 2016 a 2019

Principais entregas: concessão de 664 bolsas ao longo da gestão.

Público Alvo: Atletas de rendimento

Houve um aumento, ainda que pequeno, no número de medalhas conquistadas ao longo da gestão, que podem ser relacionadas à concessão de bolsas atleta. **O projeto agrega valor de promoção à cultura da prática de esportes no estado.**



FESTIVAIS E EVENTOS CULTURAIS

PROGRAMA MS 40 ANOS

Período de vigência: 2017-2018

Descrição do Projeto: Tem-se por objetivo geral comemorar os 40 anos da fundação (nascimento/criação) de Mato Grosso do Sul, com a realização de eventos em todas as regiões, divulgando e fortalecendo a identidade cultural do MS. Foram realizados 360 eventos em 2017, incluindo shows musicais, festivais, peças de teatro, apresentações de dança, palestras culturais, workshops, exposições, oficinas etc.



FESTIVAIS AMÉRICA DO SUL PANTANAL E FESTIVAL DE INVERNO DE BONITO

Período de vigência: a partir de 2015
(em andamento)

Descrição do Projeto: Os festivais promovidos pela SECC envolveram artistas nacionais e regionais para a celebração da cultura do estado, integrando ações de cidadania. Promoveram um rico encontro entre cultura, arte, turismo, meio ambiente e empreendedorismo, valorizando as expressões culturais e a diversidade da região, do país e do continente.



PLANO DE POLÍTICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS

Descrição do Projeto: O Plano foi elaborado em 2018 e estabelece um novo paradigma, por meio da aproximação entre técnicos governamentais e os Povos Indígenas, propiciando a proteção, promoção, fortalecimento e valorização das comunidades indígenas de MS.

Período de vigência: a partir de 2015

Recursos investidos:

aproximadamente R\$ 32.000,00

Principais entregas: Políticas públicas estruturadas em 9 eixos: Educação & Cultura, Saúde, Habitação & Infraestrutura, Segurança Pública, Saúde & Esporte e Lazer, Assistência Social, Mulheres Indígenas, Geração de Renda, Agricultura familiar & Segurança Alimentar e Nutricional.



Municípios beneficiados: Amambai, Anastácio, Antonio João, Aquidauana, Aral Moreira, Bela Vista, Brasilândia, Caarapó, Campo Grande, Coronel Sapucaia, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Douradina, Eldorado, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Japorã, Juti, Laguna Caarapã, Maracaju, Miranda, Nioaque, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho, Rio Brilhante, Rochedo, Sete Quedas, Sidrolândia, Tacuru.

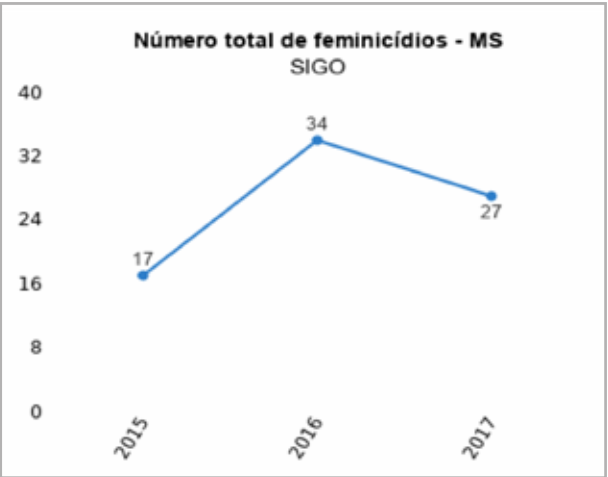
CRIAÇÃO DE ORGANISMOS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Descrição do Projeto: Interiorizar as políticas públicas para mulheres, especialmente quanto ao enfrentamento aos dos preconceitos, discriminações e violências contra mulheres de todas as idades, visando a garantia de cidadania plena.

Período de vigência: A partir de 2015

Recursos investidos: Não informado

Principais entregas: Criação de 35 novos OPMs - Organismos de Políticas Públicas para Mulheres no interior do Estado, até dezembro de 2017, além de capacitação das equipes técnicas responsáveis. Municípios beneficiados: Paranaíba, Anastácio, Bonito, Chapadão do Sul, Mundo Novo, Rochedo.



EVENTOS CULTURAIS

FESTIVAL BOCA DE CENA (2016-2017)

Descrição do Projeto: O Festival visa promover o desenvolvimento das artes cênicas, oferecendo uma programação artística reveladora da expressão estadual, bem como conquistar plateias em ambientes cênicos convencionais ou não.

Recursos investidos: R\$ 50.000,00

Principais entregas: 10 espetáculos de teatro ou circo de grupos/companhias residentes em Mato Grosso do Sul que possam ser apresentados em teatros, espaços alternativos e/ou ruas e praças.

PRÊMIO GUAVIRA (2016-2017)

Descrição do Projeto: Prêmio que incentiva os autores sul-mato-grossenses em cada uma das seguintes categorias literárias: Literatura infantil e ou Juvenil, Romance, Conto; Poesia.

Recursos investidos: R\$ 80.000,00 em premiações

Principais entregas: Seleção e premiação de 04 obras literárias produzidas por autores sul-mato-grossenses.

SOM DA CONCHA (2015-2018)

Descrição do Projeto: Festival que seleciona músicos instrumentistas ou cantores solos, bandas ou grupos musicais residentes em Mato Grosso do Sul, para se apresentarem na Concha Acústica Helena Meirelles em Campo Grande/MS.

Recursos investidos:

R\$ 104.000,00 (2017)

R\$ 162.000,00 (2016)

Principais entregas: 34 atrações musicais em 2017 e 36 em 2018

CARNAVAL

Descrição do Projeto: o carnaval é uma festa popular tradicional que acontece em grande parte dos municípios de Mato Grosso do Sul. O apoio ao projeto visa atender as ligas de Escolas de Samba, os blocos e cordões carnavalescos.

Período de vigência: 2015 - 2018

Principais entregas: Apoio financeiro para o desfile das escolas de samba e/ou blocos carnavalescos e/ou cordões e/ou corsos a se realizarem na capital e nas cidades do interior do Estado de Mato Grosso do Sul.

Recursos investidos:

Carnaval 2017 - R\$ 651.500,00

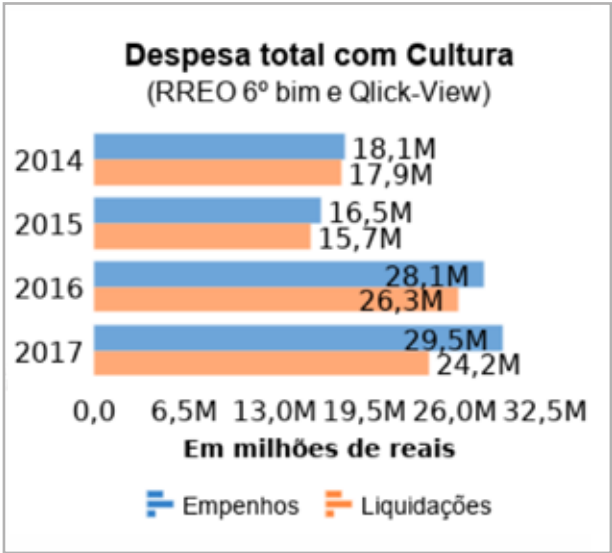
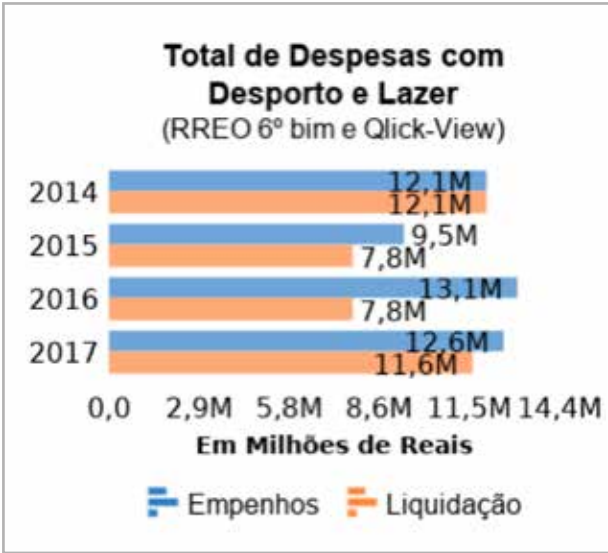
Carnaval 2018 - R\$ 1.540.350,00



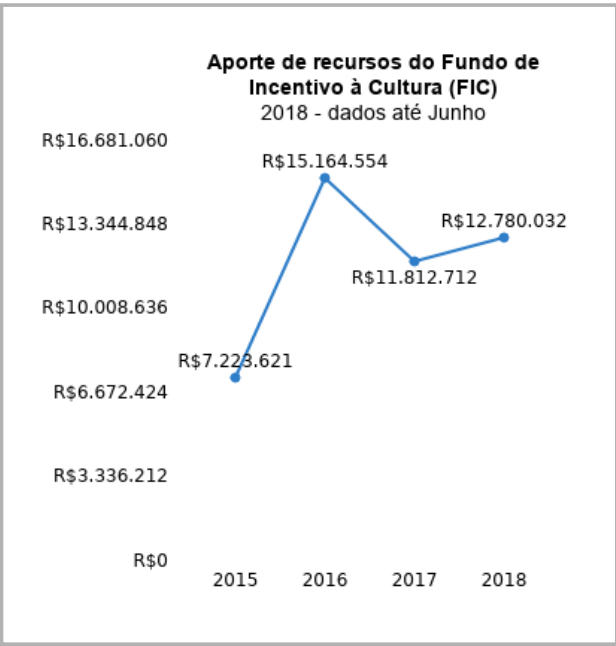
Municípios beneficiados: Paranaíba, Inocência, Maracaju, Pedro Gomes, Aquidauana, Bodoquena, Aral Moreira, Dois Irmãos do Buriti, Rio Verde, Ivinhema, Ladário, Fátima do Sul, Itaporã, Corguinho, Selviria, Bonito, Sonora, Jaraguari, Porto Murtinho, Glória de Dourados, Mundo Novo, Terenos, Corumbá, Caracol, Jardim e Campo Grande.

5. Resumo dos gastos da gestão com a diretriz

As despesas do Estado com as duas áreas contempladas pela diretriz Desporto e Lazer e Cultura, apresentaram **resultados díspares**. Enquanto para a primeira houve uma diminuição, para a segunda houve um aumento.

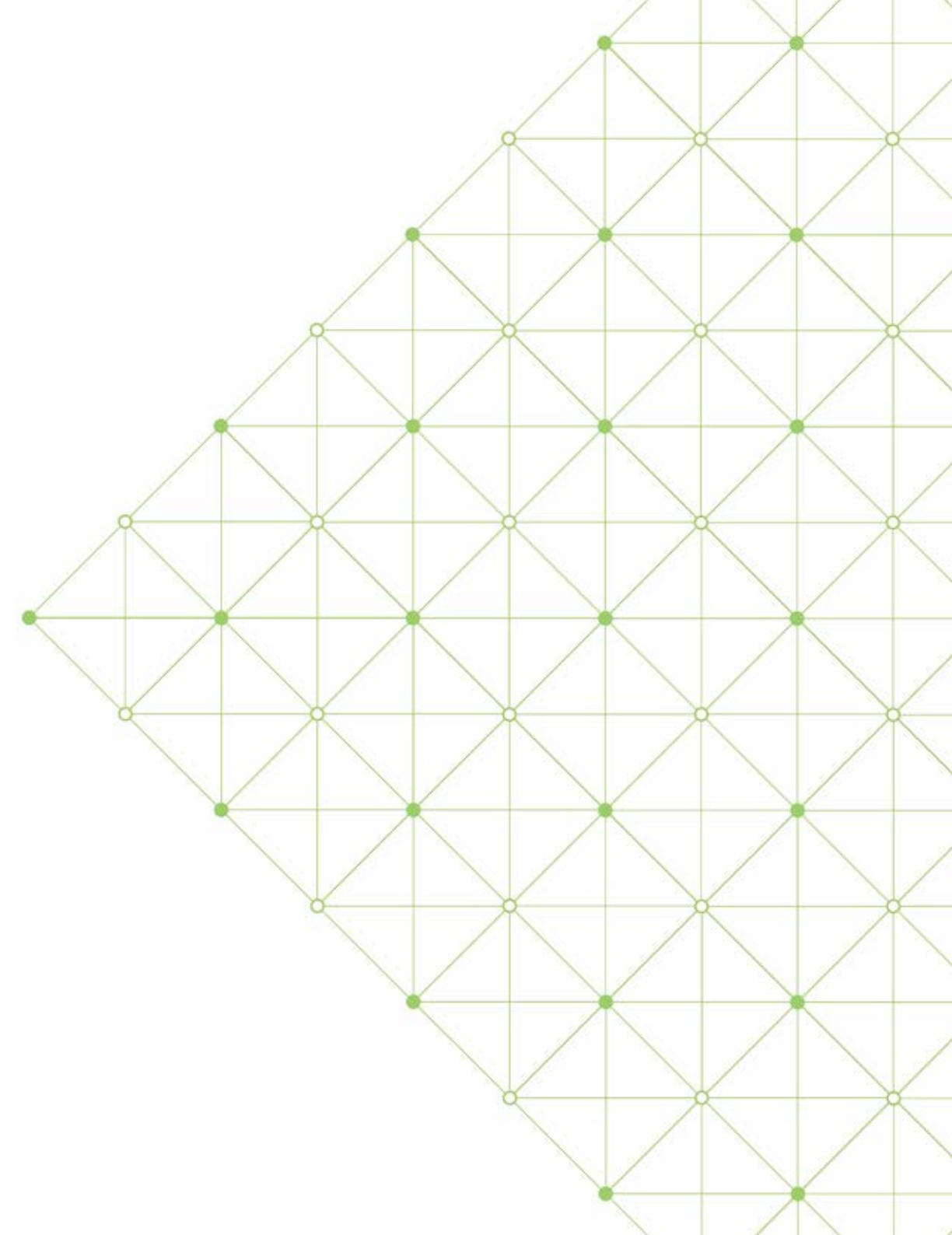


Os recursos para investimento em cultura advêm, no MS, principalmente de recursos do **Fundo de Incentivo à Cultura** e da **captação externa de recursos** para aplicação em projetos culturais. Os indicadores ao lado mostram resultados parciais, **com o desempenho referente ao ano de 2018 indo só até junho**. De qualquer forma, é perceptível **o aumento dos recursos do FIC durante a gestão**, ainda que fosse necessária uma série histórica maior para uma análise mais aprofundada.



Diretriz Estratégica 04:

Garantir o acesso do cidadão às ações e aos serviços de saúde por meio da regionalização e ampliação da capacidade e diversificação dos serviços.



GARANTIR O ACESSO DO CIDADÃO ÀS AÇÕES E AOS SERVIÇOS DE SAÚDE POR MEIO DA REGIONALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE E DIVERSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS.

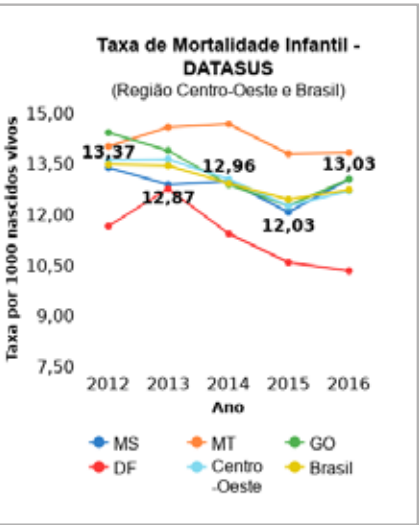
1. Seleção dos indicadores estratégicos

Taxa de Mortalidade Infantil (DATASUS)	Número de mortes evitáveis (DATASUS)	Cobertura populacional estimada pela atenção básica (DATASUS)	Taxa de Leitos Hospitalares por mil habitantes (DATASUS)
Aponta qual a incidência de morte para cada mil crianças nascidas vivas.	Demonstra qual o número total de óbitos que poderiam ser evitados com o atendimento de saúde adequado.	Aponta qual o percentual da população atendida pelos serviços das equipes de atenção básica.	Aponta qual a disponibilidade de leitos hospitalares para cada mil habitantes de determinada localidade.

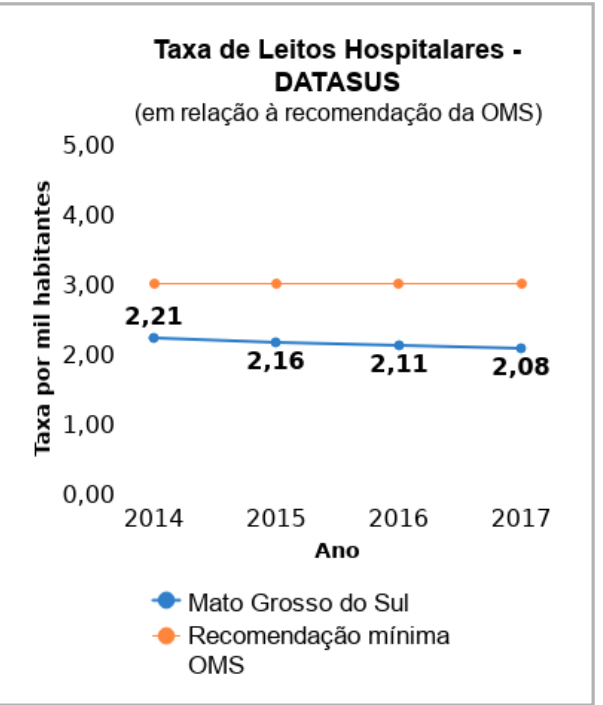
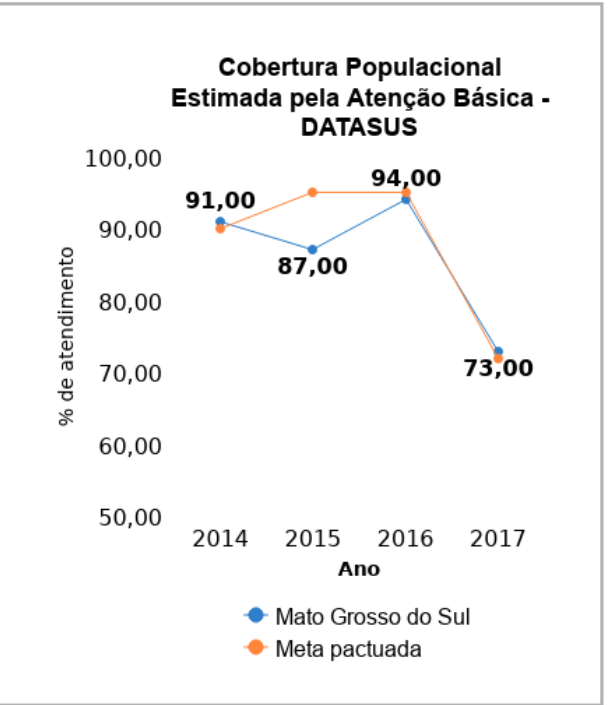
2. Análise de Gestão

Os números de mortes evitáveis e a taxa de mortalidade infantil são dois indicadores basilares para se pensar em saúde no Brasil. Em relação ao primeiro, nota-se que **o número total de mortes evitáveis** não se alterou bruscamente durante a gestão. **As faixas com números mais alarmantes são as relacionadas à terceira idade**, o que demonstra a necessidade de políticas públicas mais específicas para essa faixa etária.

No que concerne ao segundo, **a taxa de mortalidade infantil demonstrou um comportamento instável** durante o período aferido. Por fim, é importante destacar que a base de dados **possui dois anos de defasagem**, limitando a amplitude da avaliação sobre a atual gestão.



Os indicadores demonstrados nesta página estão mais relacionados ao **esforço do governo** do que aos resultados da gestão e possuem **menor defasagem** quando comparados aos indicadores de resultados analisados anteriormente. **Os dois indicadores apresentaram um desempenho menor do que a meta estipulada**, mesmo com os esforços da gestão para a construção e reformas de hospitais – que, a princípio, aumentariam a taxa de leitos. **Destaca-se a importância da coordenação com os municípios para a melhoria desses indicadores.**



3. Resumo dos principais projetos da gestão

CONSTRUÇÃO E REFORMA DE HOSPITAIS E CENTROS DE SAÚDE

CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DA GRANDE DOURADOS

Descrição do Projeto: Hospital construído em 3 etapas, com área total de 10.706,77 m²;

Período de vigência: 3 convênios com vigência até dezembro de 2019;

Recursos investidos: Recursos da União de R\$ 31.280.000,00 e Contrapartida do Estado de R\$ 12.540.000,00;

Principais entregas: A 1ª e 2ª etapas estão em execução.

CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DIAGNÓSTICO E CENTRO DE ESPECIALIDADE DA GRANDE DOURADOS

Descrição do Projeto: Os dois centros totalizam 2356 m² e estão vinculados ao Hospital Regional da Grande Dourados;

Período de vigência: Centro de Diagnóstico com vigência até 30/04/19 e C. de Especialidade com vigência até 30/04/2020;

Recursos investidos: União: R\$ 6.890.000,00; Contrapartida do Estado: R\$ 4.902.000,00;

Principais entregas: Elaboração de edital licitação para publicação em outubro/2018.

CONSTRUIR O HOSPITAL REGIONAL DO BOLSÃO

Descrição do Projeto: O HOSPITAL REGIONAL DO BOLSÃO tem área total de 15687 m²;

Recursos investidos: BNDES: R\$ 35.000.000,00; Contrapartida do Estado: R\$ 21.457.005,49;

Principais entregas: A construção do Hospital encontra-se na 17ª medição, perfazendo 20,43% da meta, com recursos já dispensados.

REESTRUTURAR O HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL-HRMS - REFORMAS

Descrição do Projeto: Os projetos de REESTRUTURAÇÃO DO HRMS em 2018 totalizaram 9 reformas: hemodiálise, CME, CTI pediátrico, enf pediatria, centro cirúrgico, pintura externa e fachada, quimioterapia, nutrição e enf do 8º andar.

Período de vigência: As Vigências dos Contratos de Repasse encerram-se em datas diferentes entre 2019 e 2023.

Recursos investidos: Ministério da Saúde: R\$ 10.826.000,00; Expectativa de Contrapartida Estadual: R\$ 1.336.000,00;

Principais entregas: Os projetos de reforma da HEMODIÁLISE e CME já foram autorizados pela CEF e encaminhados à AGESUL para abertura de processo licitatório.

CONSTRUIR O CENTRO DE REABILITAÇÃO ESTADUAL-CRE NO HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL-HRMS

Descrição do Projeto: O projeto de CONSTRUÇÃO DO CRE-HRMS envolve 05 projetos distintos: CRE 1ª, 2ª e 3ª etapa, ALMOXARIFADO DA FARMÁCIA e AMBULATÓRIO DE ESPECIALIDADE, com área total de 10344,72 m²;

Período de vigência: As Vigências dos Contratos de Repasse encerram-se em datas diferentes: 30/04/2019 (2), 30/04/2020 (3);

Recursos investidos: Os recursos do Ministério da saúde totalizam R\$ 20.910.000,00, não sendo possível determinar a contrapartida estadual antes da finalização das planilhas orçamentárias;

Principais entregas: O projeto arquitetônico do CRE já foi entregue e aprovado pela VIGILÂNCIA ESTADUAL.

RETOMAR A OBRA DO HOSPITAL DE CÂNCER - ALFREDO ABRÃO

Descrição do Projeto: participação financeira da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE para custeio do HOSPITAL DE CÂNCER ALFREDO ABRÃO;

Período de vigência: vigência a partir de julho/2018, com duração de 24 meses.

Recursos investidos: Repasse Estadual no valor de R\$ 650.000,00/mês por período de 24 meses, totalizando R\$ 16.500.000,00;

Principais entregas: Termo Aditivo ao Contrato nº 06 de 02/07/2018.

INÍCIO DA REFORMA DA SANTA CASA DE CORUMBÁ

Descrição do Projeto: Convênio nº 28.708/18 para REFORMA do Centro Obstétrico e REFORMA e AMPLIAÇÃO do Pronto Socorro, Recepção e Enfermaria/30 leitos da SANTA CASA DE CORUMBÁ;

Período de vigência: A vigência do Convênio é de 12 meses a partir da sua assinatura (25/06/2018).

Recursos investidos: O valor do repasse estadual para o convênio é de R\$ 11.965.770,58.

Principais entregas: Convênio assinado entre a Secretaria de Estado de Saúde e o Município de Corumbá e Abertura do Processo Licitatório pelo município de Corumbá.

CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DO TRAUMA DA SANTA CASA DE CAMPO GRANDE

Descrição do Projeto: Realizar a entrega final da obra do Hospital. Acompanhar processo de contractualização dos serviços prestados pela unidade de saúde, buscando garantia de recurso financeiro através de financiamento tripartite (federal, estadual e municipal) para custeio mensal e operacionalização da unidade de saúde.

Período de vigência: 2015 a 2018

Recursos investidos: R\$ 7.694.980,75

Principais entregas: 128 leitos, sendo 100 leitos de enfermaria, 18 de observação e 10 de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), cinco salas de cirurgia e três salas de isolamento.

PROGRAMA CARAVANA DA SAÚDE

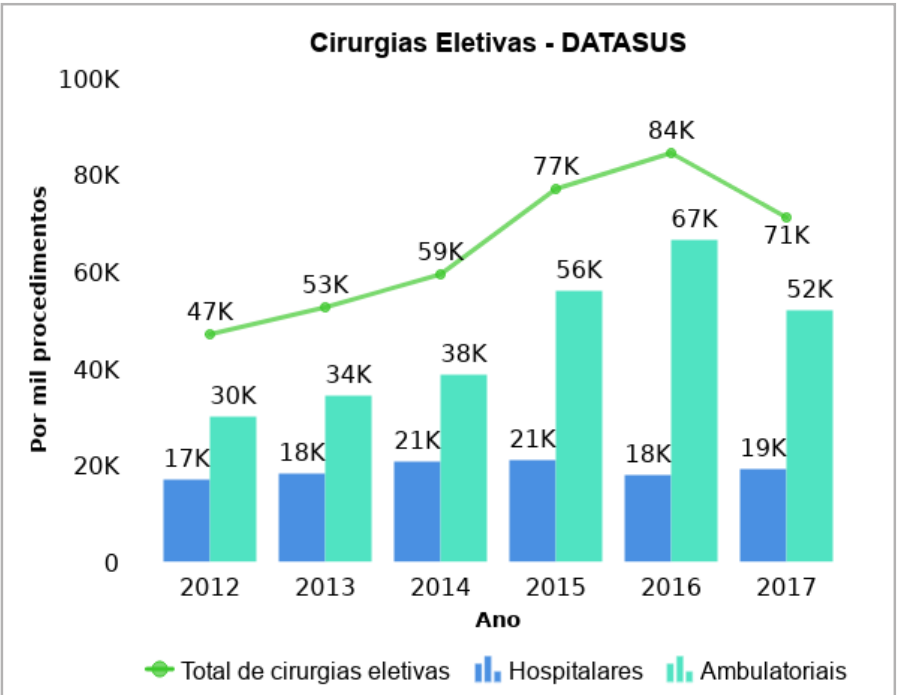
Descrição do Projeto: Oferta de consultas e exames à população. Avaliações “in loco” nas escolas públicas do Mato Grosso do Sul. Atendimento à população indígena – resolutividade na saúde.

Período de vigência: 2015 a 2018

Recursos investidos: R\$ 37.960.623,01

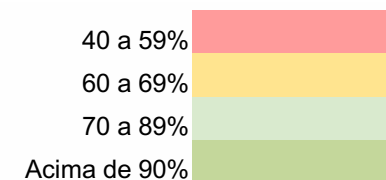
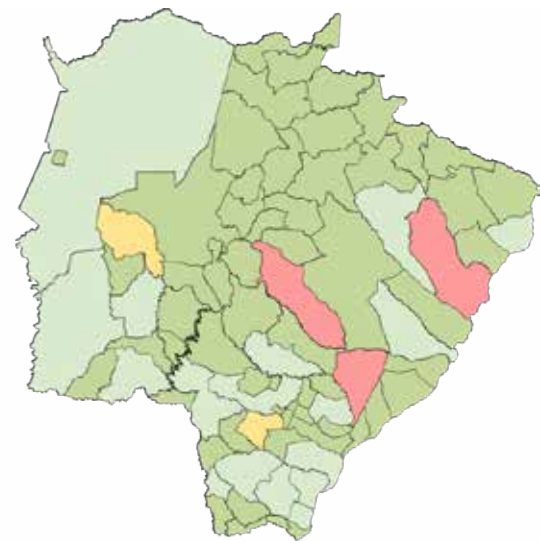
Principais entregas: Conforme dados do gráfico, os esforços da atual gestão com a realização da Caravana da Saúde elevaram significativamente o número de cirurgias eletivas em comparação ao ano de 2014.

O maior aumento identificado foi na quantidade de cirurgias oculares, atingindo 28 mil procedimentos realizados no ano de 2016.

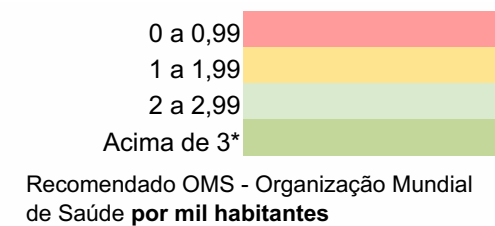


4. Indicadores municipalizados

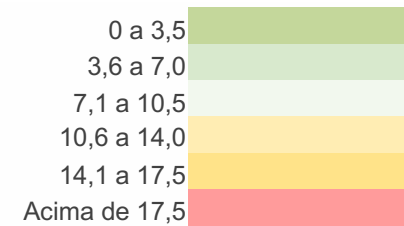
Cobertura populacional das equipes de atenção básica – estimativa em 2017



Leitos Hospitalares – Taxa por mil habitantes em 2017



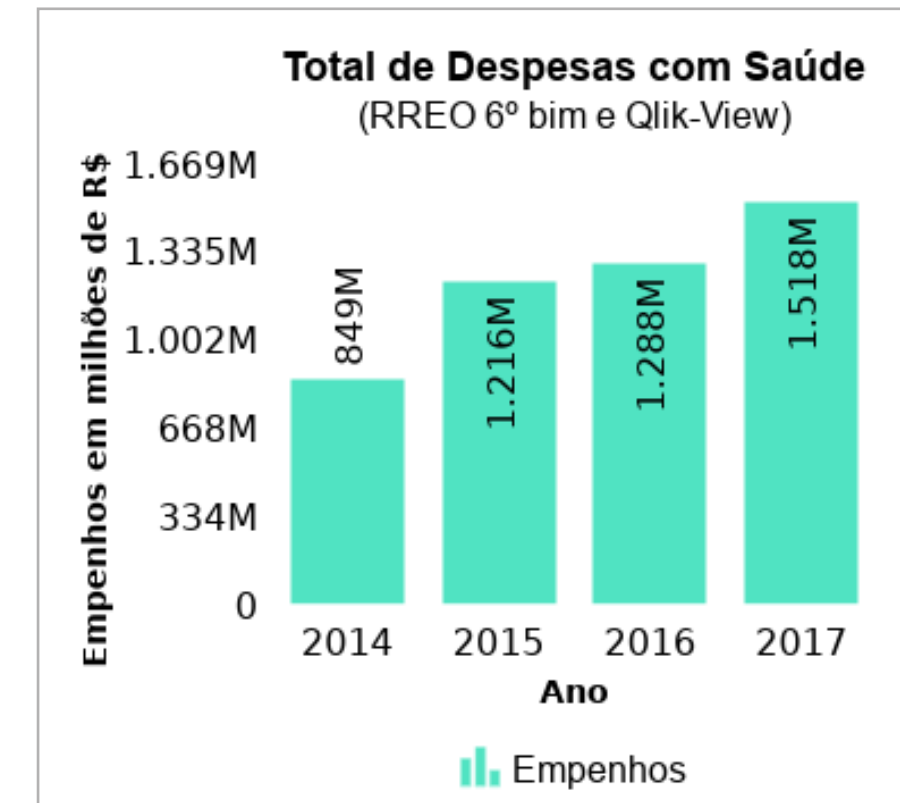
Mortalidade Infantil – menores de 1 ano – Taxa por 1000 nascidos vivos em 2016



Fonte: DATASUS

5. Resumo dos gastos da gestão com a diretriz

Percebe-se notadamente no gráfico, que houve um **aumento considerável**, nesta gestão, na aplicação de recursos públicos estaduais em saúde, elevando entre **16% a 18%** o gasto/receita governamental - número referente ao normatizado pela LRF. O limite mínimo estabelecido pela LRF é de 12%.

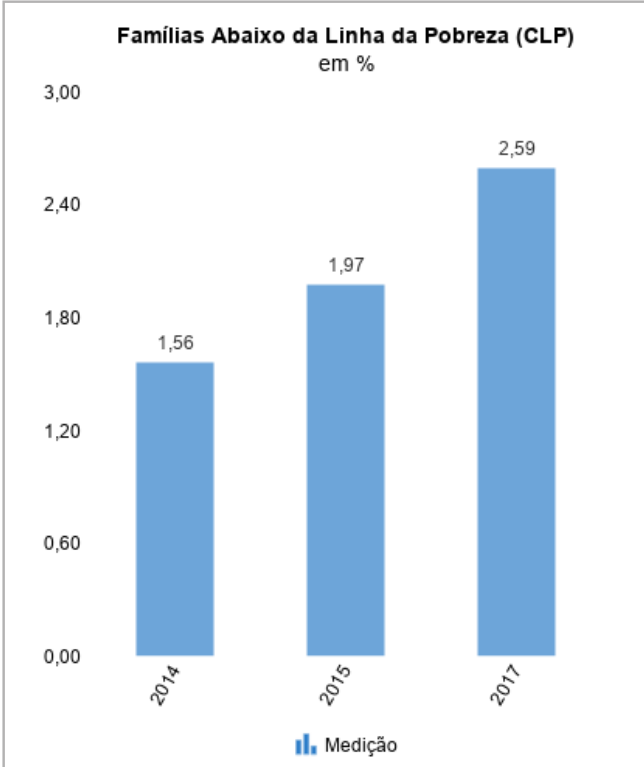
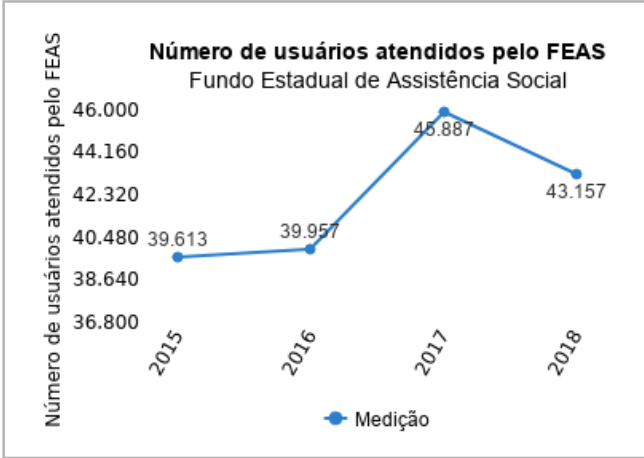
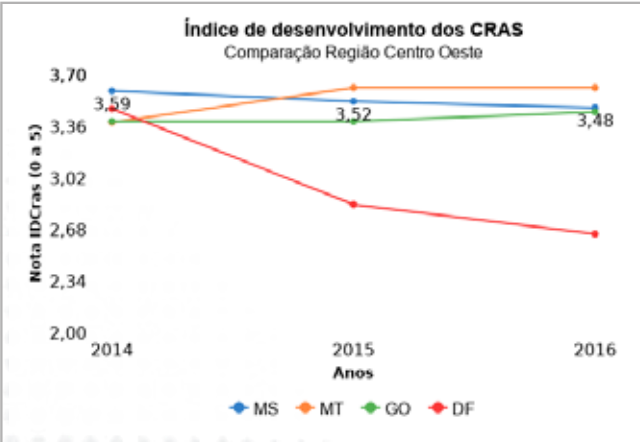


1. Seleção dos indicadores estratégicos

Percentual de famílias abaixo da linha da pobreza (CLP)	Média da nota do MS no IDCRAS e IDCREAS (MDS)	Número de usuários atendidos no FEAS (SEDHAST)
% de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada foi alterada, de R\$77 para R\$85, pelo decreto nº 8794, de 2016.	Os Índices de Desenvolvimento do CRAS e do CREAS calculam a qualidade dos serviços prestados à população por meio dos CRAS e CREAS.	Repasse do Recurso do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social indicando a projeção de usuários atendidos com o recurso.

2. Análise de Gestão

O percentual de famílias abaixo da linha da pobreza está associado a fatores econômicos e sociais amplos, não se limitando à assistência social. Os outros dois indicadores estão mais diretamente relacionados à diretriz e, enquanto o IDCRAS sofreu um leve declínio, houve uma expansão considerável no número de usuários atendidos pelo FEAS – dados de 2018 até junho.



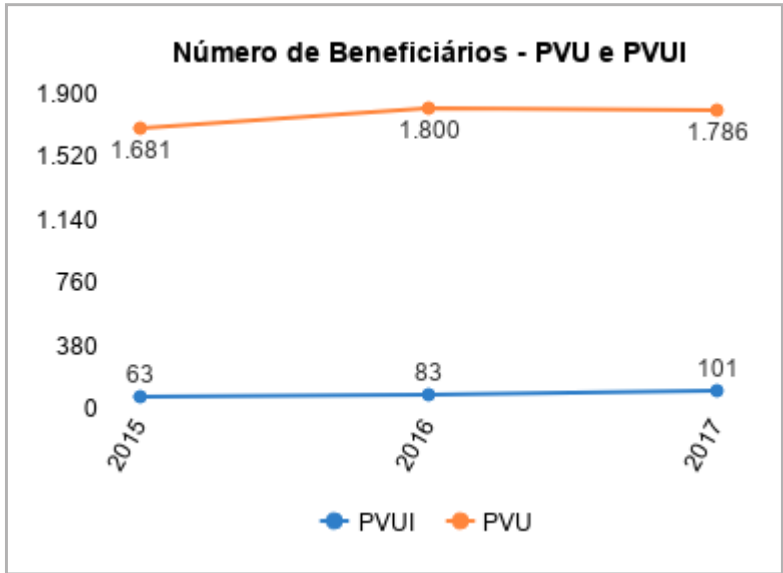
3. Resumo dos principais projetos da gestão

PROGRAMA VALE UNIVERSIDADE E PROGRAMA VALE UNIVERSIDADE INDÍGENA

Descrição do Projeto: Disponibilizar vagas para acadêmicos e acadêmicos indígenas em Universidades e Faculdades do Estado de MS. O Governo do Estado custeia 70% do valor da mensalidade; 20% é de responsabilidade da instituição de ensino e 10% é de contrapartida para os acadêmicos. Enfatizando que o número de beneficiários do PVUI quase dobrou no período da atual gestão.

Período de vigência: a partir de 2015
(em andamento)

Recursos investidos: R\$ 42.409.492,54



PROGRAMA VALE RENDA

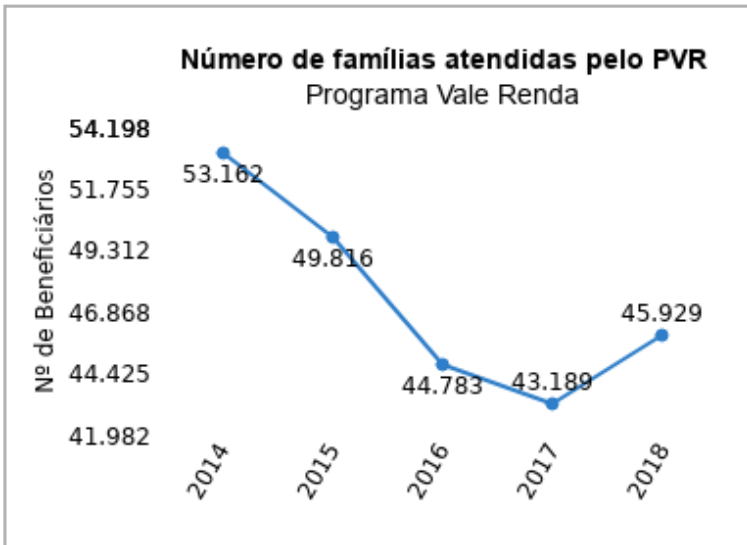
Descrição do Projeto: Prestar atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, promover a inclusão social e possibilitar o acesso às demais ações de políticas públicas, por meio do repasse em pecúnia aos beneficiários.

Período de vigência: A partir de 2015
(em andamento)

Recursos investidos: : R\$ 105.813.980 em 2018

Principais entregas: Atendimento de aproximadamente 45.000 famílias, com a formação para o empreendedorismo dos beneficiários.

Evidências: Emancipação das famílias beneficiárias através do acesso às informações, resgate da autoestima, aumento da qualidade de vida, estímulo ao retorno à escolarização, promovendo a inclusão social e possibilitando o acesso às demais ações de políticas públicas.



ESCOLA SUAS

Descrição do Projeto: Promover o desenvolvimento de competências socioprofissionais em sua tridimensionalidade: técnica, ética e política. Capacitar trabalhadores do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. O objetivo é reconhecer e valorizar os trabalhadores, gestores e conselheiros atuantes na Política de Assistência Social no MS.

Período de vigência: A partir de 2015

Principais entregas: Capacitação de técnicos e o alcance de aproximadamente 5.000 pessoas com ações de enfrentamento do trabalho infantil; Capacitação e qualificação de 2.000 trabalhadores do SUAS; Repasse de 14,5 mi para cofinanciamento para ações da assistência social, atingindo 40.000 pessoas (FEAS), em 2017; + 100.000 benefícios ativos de passes livres a idosos e PCD.

PROGRAMA REDE SOLIDÁRIA

Descrição do Projeto: O programa busca atender famílias em extrema vulnerabilidade e risco social, com a missão de formar uma rede de transformação social com a finalidade de emancipar as famílias, desenvolvendo ações de educação, esporte, cultura, serviços de proteção social, formação e qualificação profissional, oferecendo um novo modelo de cidadania.

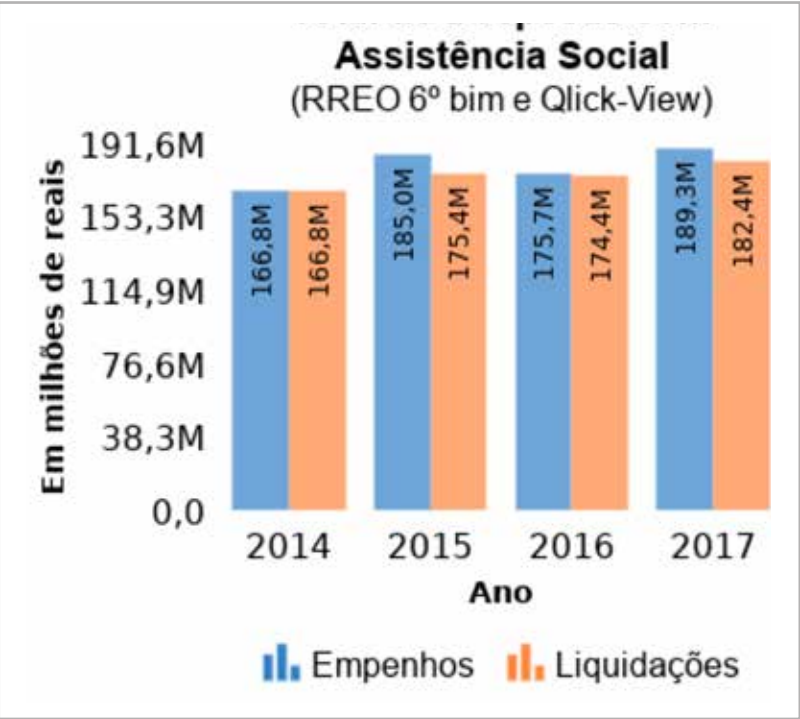
Período de vigência: A partir de 2015

Principais entregas: No ano de 2017, aproximadamente **6.000** famílias contempladas pelo programa e mais de **50.000** atendimentos realizados nas duas unidades

Público alvo: Famílias do município de Campo Grande: Unidade I : Bairro Dom Antônio Barbosa; Unidade II: Bairro Noroeste

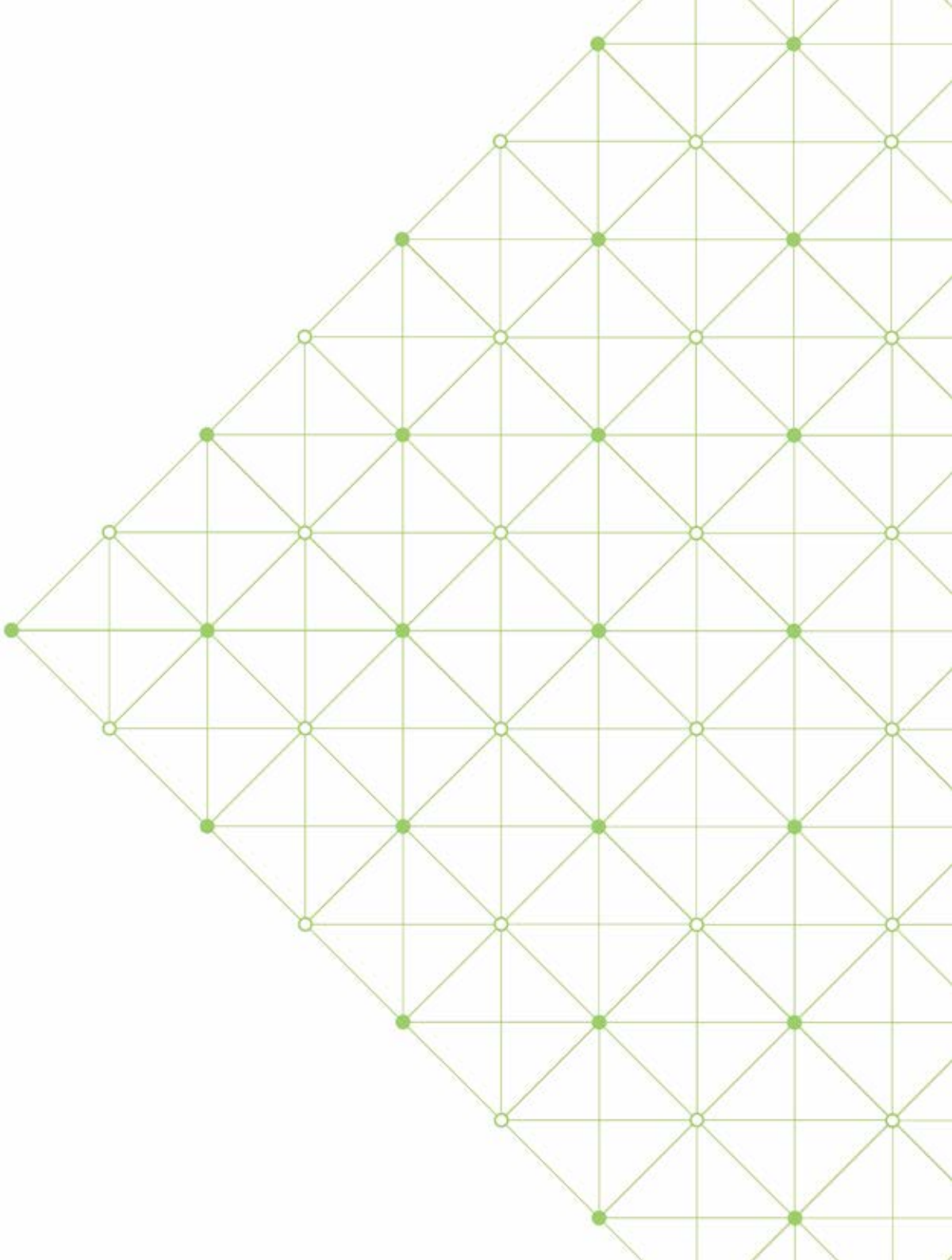
5. Resumo dos gastos da gestão com a diretriz

Houve um aumento de aproximadamente 16 milhões nas liquidações com Assistência Social, na atual gestão.



Diretriz Estratégica 06:

Reduzir o déficit e a inadequação habitacional.

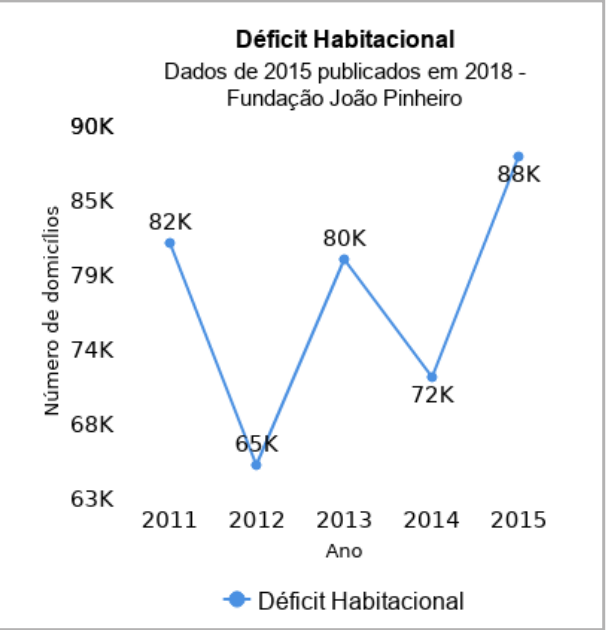
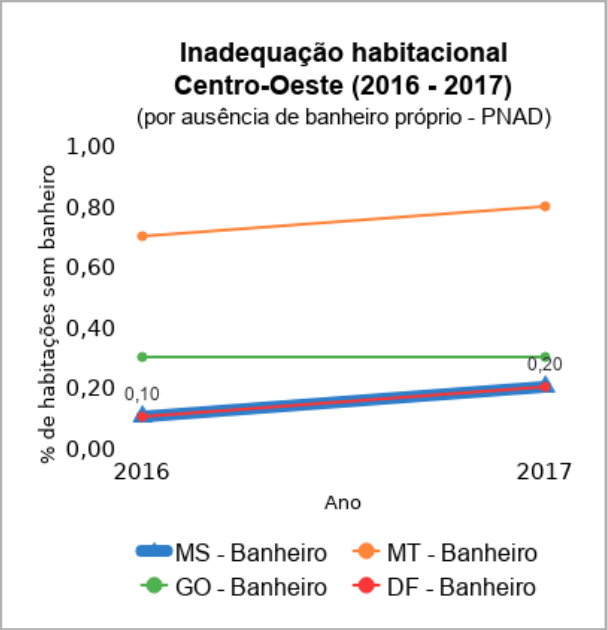


1. Seleção dos indicadores estratégicos

Déficit Habitacional - João Pinheiro	Inadequação habitacional (por ausência de banheiro próprio) - PNAD	Número de unidades habitacionais entregues - AGEHAB
Como déficit habitacional entende-se a noção mais imediata e intuitiva da necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento.	Existem vários aspectos sobre os domicílios que podem ser utilizados para o cálculo da inadequação habitacional. Foi escolhido um dos dados utilizados pela Fundação João Pinheiro para o seu cálculo.	Verificar o número de famílias atendidas, buscando aumentar o atendimento a beneficiários, ano a ano.

2. Análise de Gestão

A escolha de dois dos três indicadores estratégicos para esta diretriz adveio do nome dela, que os cita diretamente. O déficit e a inadequação habitacional, porém, são indicadores difíceis de serem utilizados. Em relação ao déficit, o instituto que o calcula (Fundação João Pinheiro) divulga com uma defasagem de três anos. Por outro lado, a inadequação possui o mesmo problema de defasagem, limitando a análise a uma visão parcial a partir da base de dados. Destarte, o desempenho desses indicadores não consegue avaliar de forma completa os resultados atingidos pela atual gestão. Os gráficos mostram oscilação estimativa de domicílios vagos em 2015 e do aumento da inadequação habitacional através do acesso ao saneamento básico.



3. Resumo dos principais projetos da gestão

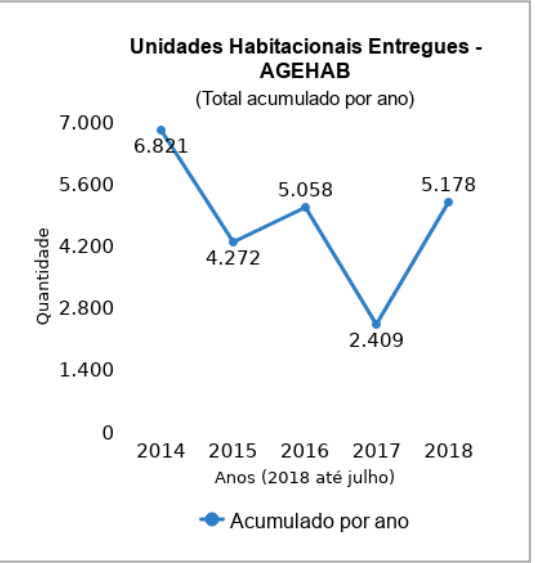
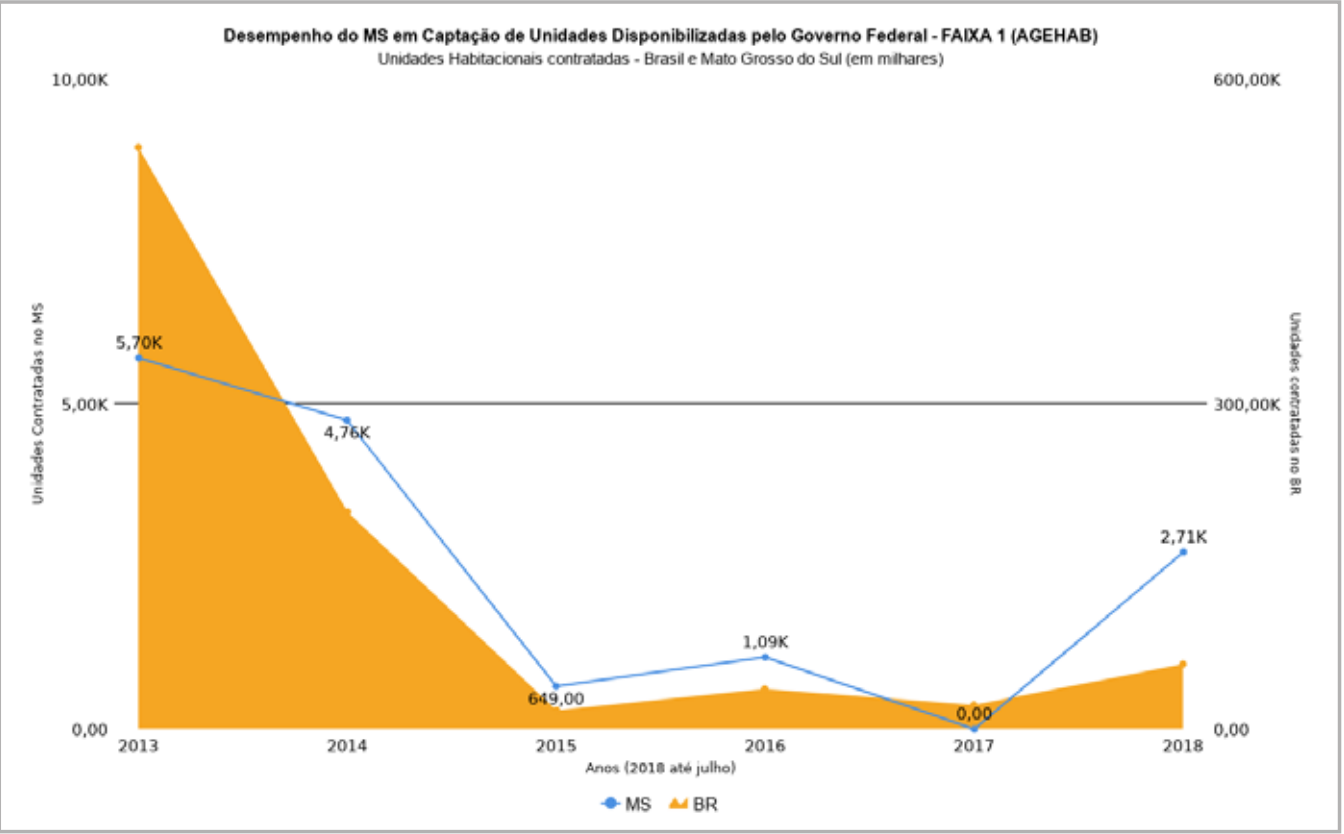
AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE MORADIA E MELHORIA NA INADEQUAÇÃO HABITACIONAL DO ESTADO

Descrição do Projeto: Atender as necessidades habitacionais com a construção de casas com infraestrutura básica, melhorias habitacionais por meio de reforma e ampliação com dotação de infraestrutura básica e promover a regularização fundiária com o registro do título em nome das famílias. Público alvo: população de 0 (zero) a 5 (cinco) salários mínimos.

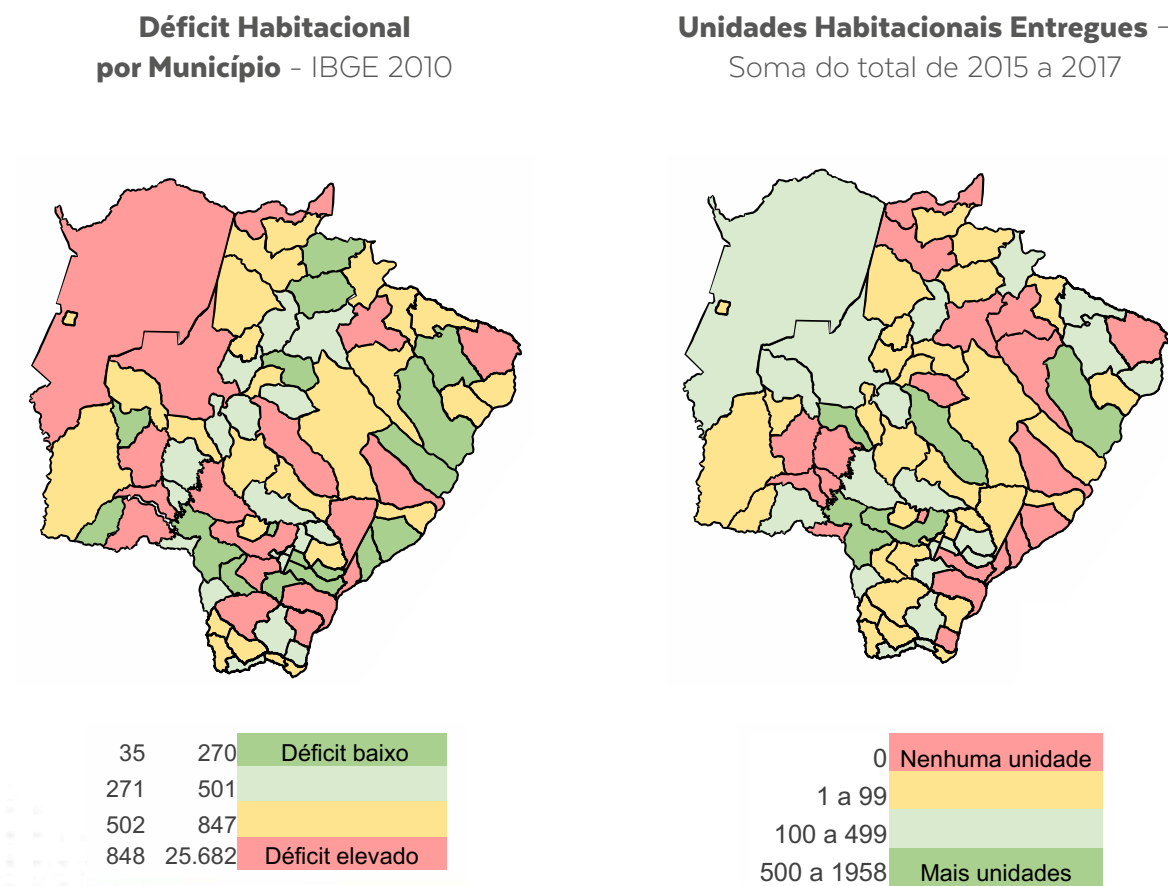
Período de vigência: 2015 a 2018

Recursos investidos: R\$ 456.459.614,92

Com a **diminuição da disponibilização pelo governo federal** de unidades para captação, houve também uma **queda no número de unidades entregues pela AGEHAB**. O **dispêndio de recursos do Estado** para entregas de unidades habitacionais, porém, **compensou parcialmente essa queda**, como demonstra o desempenho em 2018 das unidades contratadas pelo MS comparado com o número de unidades contratadas pelo conjunto dos estados brasileiros.



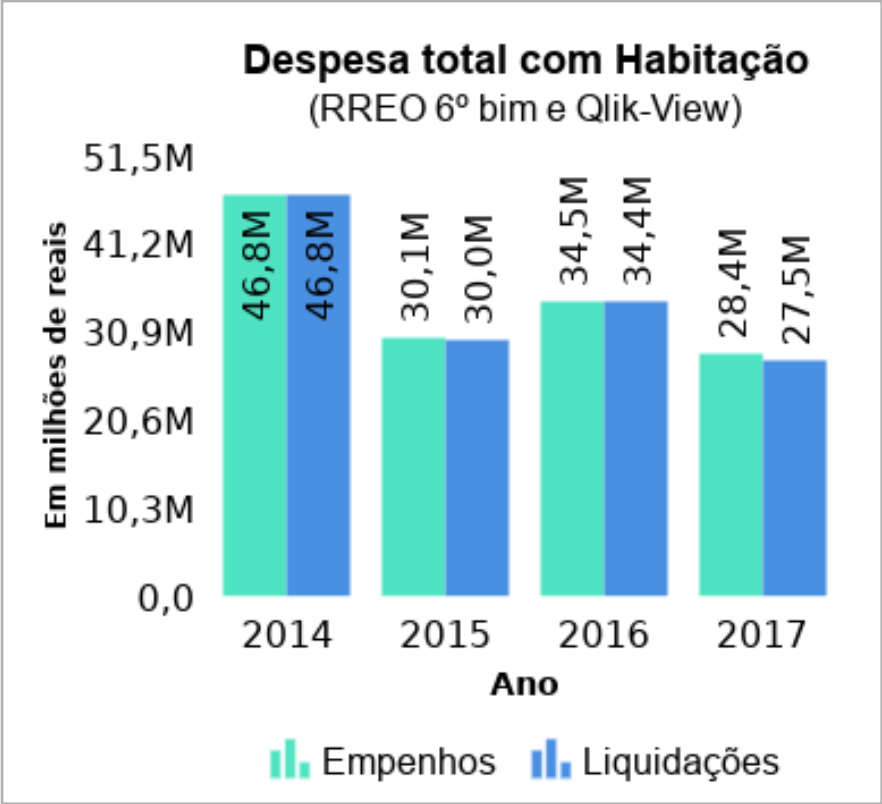
4. Indicadores municipalizados



Fonte: IBGE e Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul

5. Resumo dos gastos da gestão com a diretriz

O gráfico apresenta o quadro inerente à habitação, decorrente da conjuntura econômica atual, inclusive da retração da participação do governo federal em respectivos investimentos.



SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Mensagem 2019:

EIXO ECONÔMICO E AMBIENTAL

EIXO ECONÔMICO E AMBIENTAL

Potencializar a educação e a qualificação profissional para a maior produtividade de mão-de-obra

Fomentar a inovação, a cultura empreendedora e o desenvolvimento científico-tecnológico

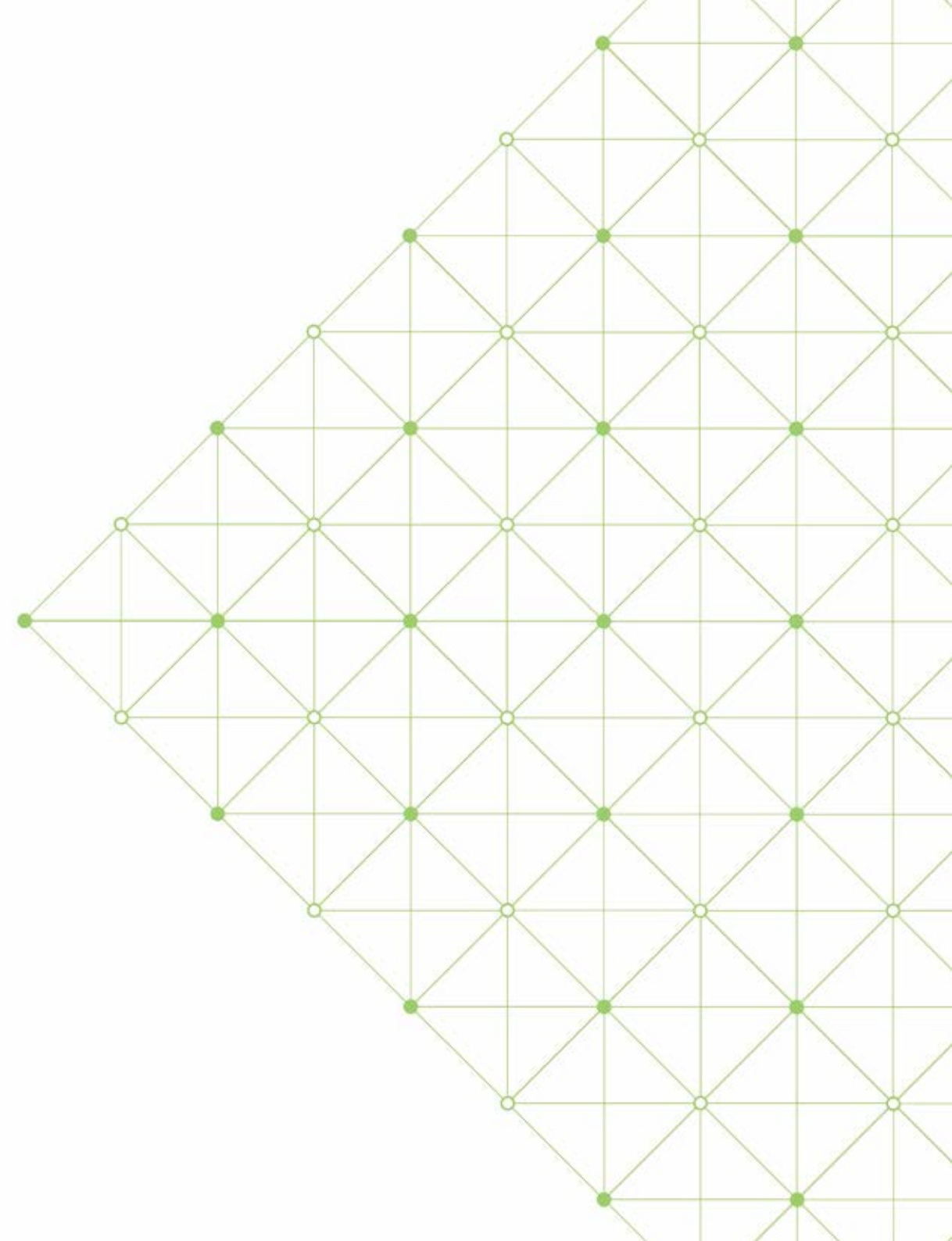
Atrair investimentos para o maior dinamismo e diversificação das atividades econômicas

Fomentar o desenvolvimento das cadeias produtivas em bases sustentáveis

EIXO ECONÔMICO E AMBIENTAL

Diretriz Estratégica 07:

Potencializar a
educação e a qualificação
profissional para a
maior produtividade
de mão-de-obra.



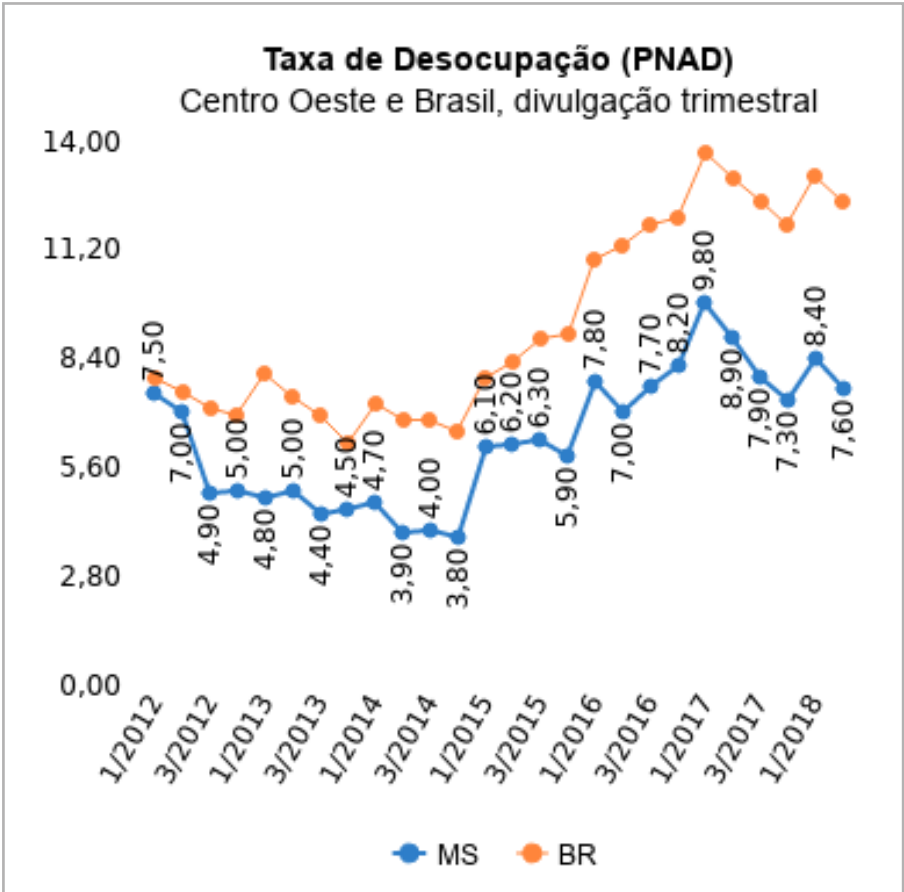
POTENCIALIZAR A EDUCAÇÃO E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA A MAIOR PRODUTIVIDADE DE MÃO-DE-OBRA.

1. Seleção dos indicadores estratégicos

Matrículas na educação profissional técnica (CENSO-INEP)	Taxa de Desocupação (PNAD)	Saldo de Empregos por Qualificação (CAGED)
Quantidade de matrículas em cursos profissionalizantes de nível técnico.	A taxa de desocupação no Brasil, mais conhecida como taxa de desemprego, refere-se ao percentual de pessoas desocupadas em relação ao total de pessoas na força de trabalho.	Contabiliza o saldo de empregos formais no Brasil por nível de qualificação por ensino (analfabetos, fundamental, médio e superior).

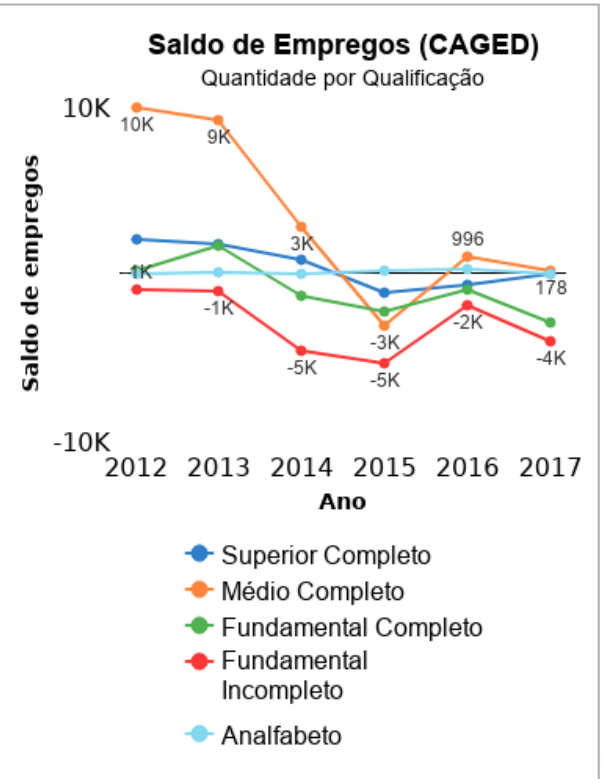
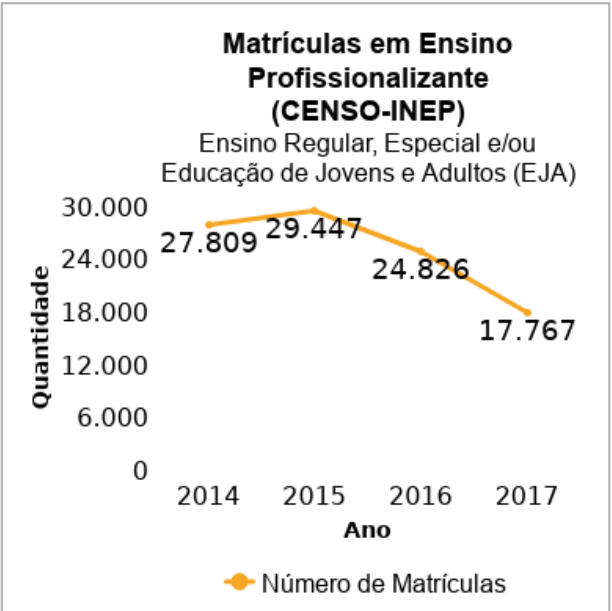
2. Análise de Gestão

Sobre a Taxa Desocupação (PNAD), Mato Grosso do Sul acompanhou a tendência nacional nos últimos anos. Houve forte elevação do desemprego entre 2015 e 2017, muito em decorrência da crise econômica nacional, e uma queda entre 2017 e 2018. Apesar disso, o Estado de MS ficou com a menor taxa de desocupação em 2018 comparada à média nacional e aos estados do Centro-Oeste.



As matrículas no ensino profissionalizante em MS sofreram forte queda entre 2014 e 2017. Esse dado pode ser entendido como sinal de alerta aos gestores públicos, no que pertine ao implemento de ações que busquem reverter tal quadro.

O CAGED é uma boa ferramenta para entender o nível de formalidade da economia, pois é o número de empregos formais criados menos o número de desligamentos. Apesar da melhora do saldo de empregos em 4 níveis de qualificação no ensino entre 2015 e 2017, todos os níveis ficaram com saldo negativo ou muito próximos a zero. Destaca-se a forte queda do saldo, comparando-se a 2012, para os que possuem ensino médio completo.



3. Resumo dos principais projetos da gestão

QUALIFICAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VAGAS PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO - FUNTRAB

Descrição do Projeto: Desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional e encaminhamento de trabalhadores para o mercado de trabalho através da Casa de Qualificação e da Casa do Trabalhador.

Período de vigência: 2015 a 2018

Recursos investidos: Não informado.

Principais entregas:

Cursos: A Casa de Qualificação qualificou 1.636 trabalhadores e trabalhadoras entre 2015 e 2018 a partir de 52 cursos oferecidos, como: Informática Básica, Depilação, Garçom e Maquiagem.

Intermediações: Na Casa do Trabalhador, 52.468 pessoas foram inseridas no mercado de trabalho entre 2015 e 2018.

ESTRUTURAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO SANITÁRIA

Descrição do Projeto: Capacitação de profissionais de assistência técnica e extensão rural nas temáticas da defesa agropecuária - cisticercose e agrotóxicos, integrando as iniciativas pública e privada na disseminação das formas básicas de prevenção da doença e o uso correto de agrotóxicos.

Período de vigência: 2016

Recursos investidos: R\$ 9.687,39

Principais entregas: 365 pessoas foram capacitadas nos temas cisticercose e uso correto de agrotóxicos e destinação de embalagens vazias. São fiscais e agentes estaduais agropecuários; agentes de assistência técnica e extensão rural; instrutores do SENAR/MS e agentes de saúde pública.

Municípios beneficiados: As capacitações ocorreram em Anastácio, Nova Andradina, Dourados, Campo Grande, Naviraí, Três Lagoas Coxim e Ponta Porã e atenderam técnicos de todo o estado.

PROGRAMA LEITE FORTE MS

Descrição do Projeto: Promover a integração das ações desenvolvidas e recursos aplicados pelos setores públicos e privados nos diferentes elos da cadeia produtiva, padronizando metodologia, investindo em **capacitação de técnicos e de produtores, além de serviços de assistência técnica continuada, voltados para o incremento da produtividade e da qualidade do leite**, com foco na profissionalização do setor lácteo, tornando-o sustentável, eficiente e competitivo no mercado.

Por intermédio do Programa Leite Forte foram viabilizados recursos federal e estadual para implantação de projetos de desenvolvimento da pecuária leiteira nas regiões de Arranjos Produtivos Locais de Leite no Estado – APL de Leite.



Período de vigência: 2015 a 2017

Recursos investidos:

Principais entregas: As principais atividades desenvolvidas por meio do programa foram palestras e visitas técnicas. **O Programa assistiu**, de 2015 a 2017, a **9.000 produtores**.

GERAÇÃO, ADAPTAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO

Descrição do Projeto: A iniciativa prevê que a AGRAER assista com regularidade os agricultores familiares, a fim de promover o desenvolvimento da produção dos pequenos produtores rurais, com a realização de **visitas técnicas, capacitações e projetos de crédito**.

Período de vigência: 2015 a 2017.

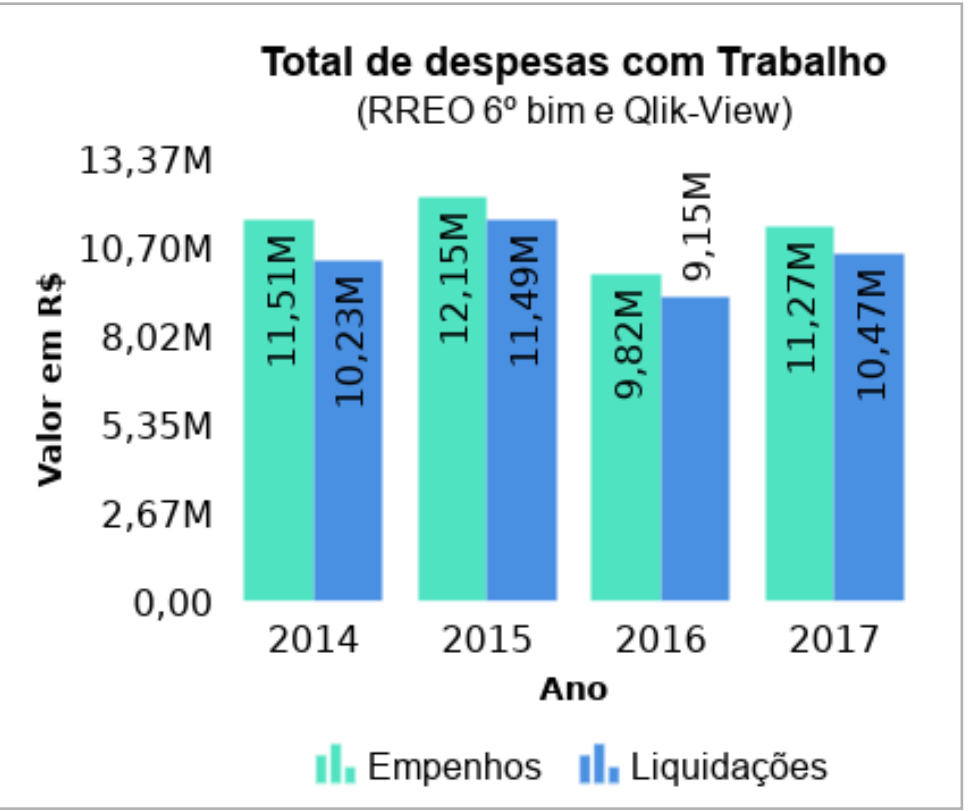
Recursos investidos: Não informado.

Principais entregas: 137.330 Famílias assistidas; 25.152 Projetos de Crédito; 940 Reuniões Técnicas com participação de 19.262 agricultores familiares; 53.092 visitas técnicas.

Municípios beneficiados: Todos.

5. Resumo dos gastos da gestão com a diretriz

Houve evolução das despesas com fomento ao trabalho, empregabilidade e nas relações de trabalho durante a gestão atual. **As variações ocorreram em torno de R\$ 10,2 a R\$10,4 milhões** no total de liquidações.



Diretriz Estratégica 08:

Fomentar a inovação, a cultura empreendedora e o desenvolvimento científico-tecnológico.

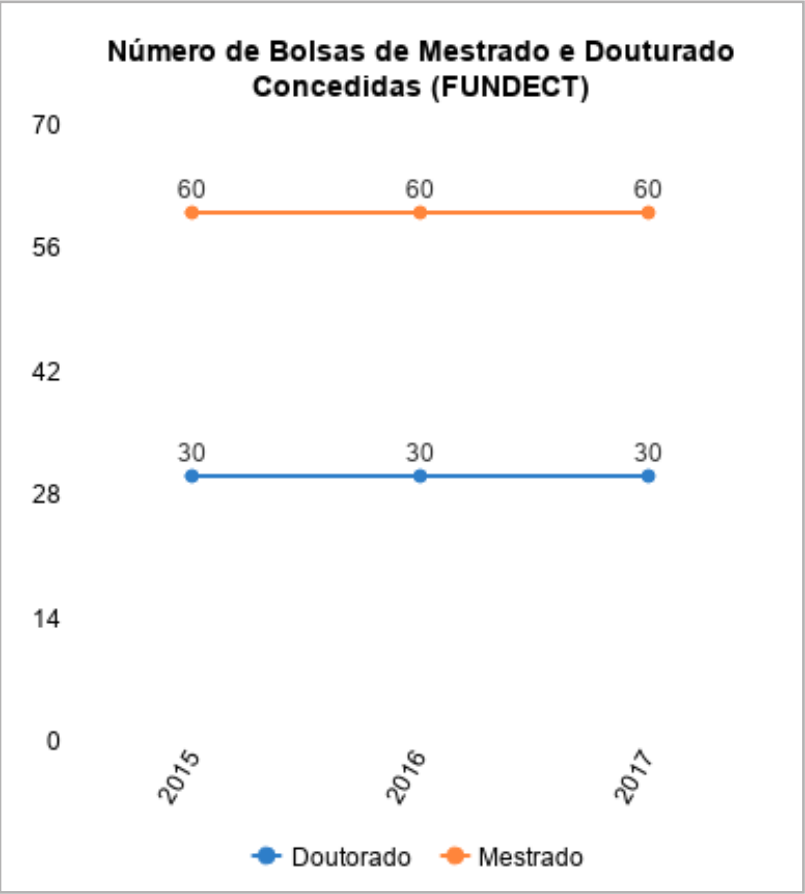
1. Seleção dos indicadores estratégicos

Gastos do Governo em C&T, P&D e ACTC (Qlik-View)	Depósito de Patentes junto ao INPI (INPI)	Número de Bolsas de Mestrado e Doutorado Concedidas (FUNDECT)
Total de despesas do Governo com a Função Ciência e Tecnologia.	Patente é um título de propriedade temporária sobre uma invenção, outorgado pelo Estado. Existem 3 tipos que são depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial: Patente de Invenção, Patente de Modelo de Utilidade e Certificado de Adição de Invenção.	Número de bolsas concedidas pela FUNDECT para mestrado e doutorado em Mato Grosso do Sul.

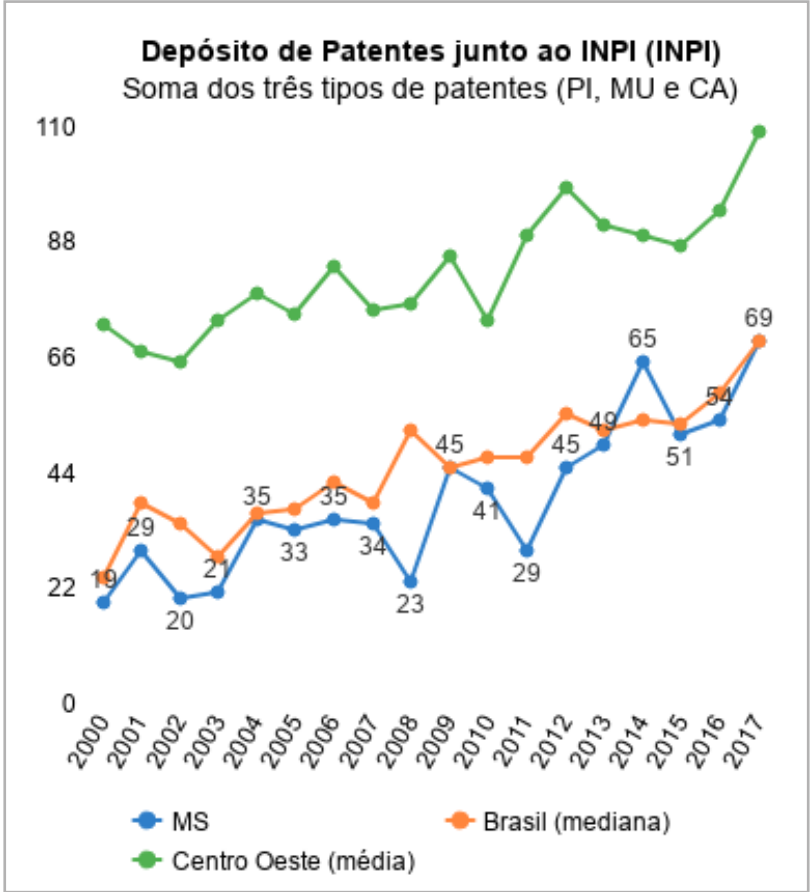
2. Análise de Gestão

Os indicadores de ciência e tecnologia do estado ainda são insuficientes para cobrir as ações do Estado para o alcance dessa diretriz. O Planejamento Estratégico da FUNDECT, porém, tem como um de seus objetivos suprir essa deficiência.

Inobstante, o gráfico adjacente demonstra que não houve decréscimo no número de bolsas concedidas para mestrandos e doutorandos na atual gestão, mantendo-se estável entre 2015 e 2018.



O indicador de Patentes produzidas no estado é nacionalmente considerado um dos mais importantes indicadores do desenvolvimento da C&T e da inovação e pode ser comparado entre estados da federação. Nota-se que o MS seguiu a mediana brasileira, posicionando-se, porém, abaixo dos resultados da região Centro-Oeste, puxados para cima pelo Distrito Federal.



3. Resumo dos principais projetos da gestão

ELABORAÇÃO DO NOVO MARCO LEGAL DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Descrição do Projeto: A Comissão de Estudos prevista na portaria “P” FUNDECT Nº 007/2018 de Abril de 2018, tem como propósito elaborar a minuta de Decreto Estadual, que exibe como cerne **apresentar alternativas dentro das propostas nacionais que melhor se adequem às necessidades locais para as políticas de CT&I.**

Período de vigência: 2018

Recursos investidos: Apenas custeio.

Principais entregas: Entrega da minuta do Decreto Estadual para o Conselho Estadual de Ciência e de Tecnologia para encaminhamento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Mato Grosso do Sul.

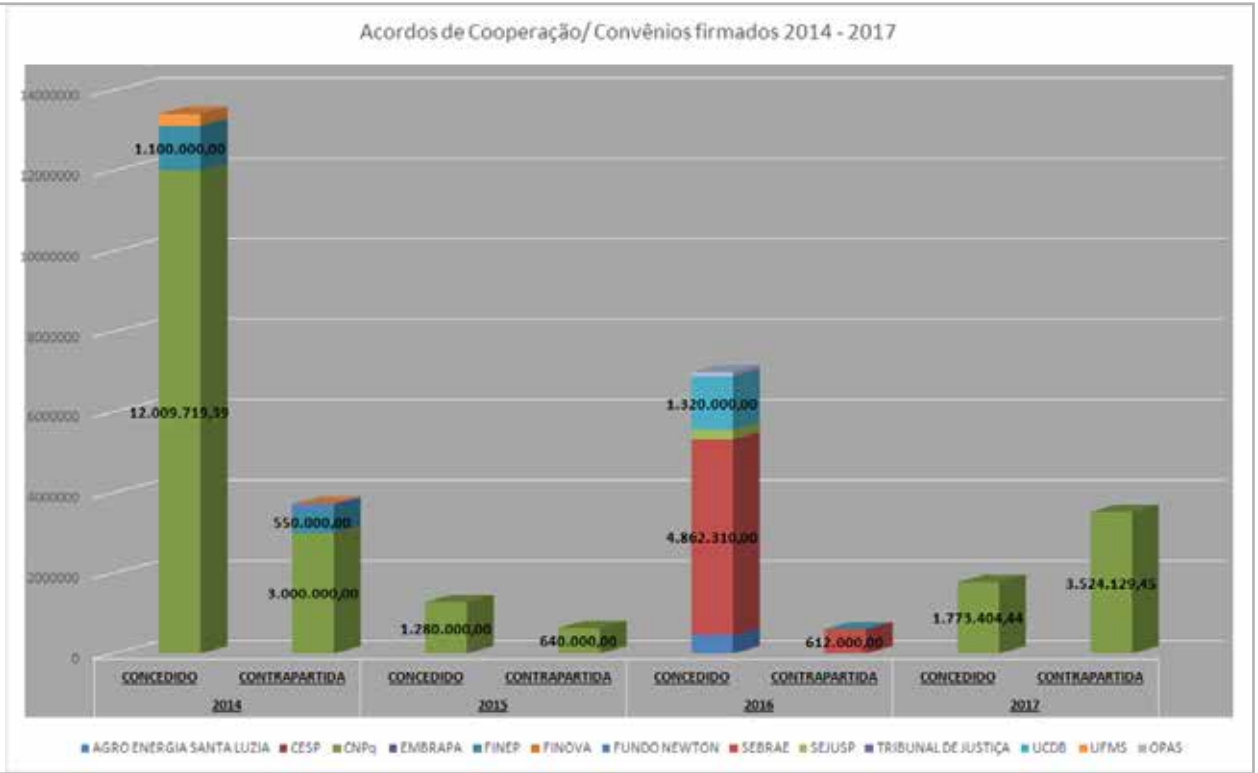
Municípios beneficiados: 79 Municípios

ACORDOS DE COOPERAÇÃO E CONVÊNIOS - FUNDECT

Descrição do Projeto: A FUNDECT, além de captar recursos estaduais para execução das atividades de fomento às pesquisas para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul, **verifica a situação dos Acordos de Cooperação e Convênios firmados a partir de 2014 a 2017**, e aqueles assinados anteriormente a 2014 e em vigência. Os recursos provêm de entidades e parceiros externos, tanto de instituições Federais como de Instituições Internacionais.

Período de vigência: 2015 a 2017.

Recursos investidos: 4.776.129,45 (contrapartida)



ELABORAR E APROVAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA FUNDECT

Descrição do Projeto: Elaboração e aprovação do planejamento estratégico da FUNDECT para o período de 2018 a 2021, atendendo a necessidade do órgão de criar um processo racional de intervenção em sua atual realidade, com vistas a atingir melhorias e crescimento estruturado de longo prazo.

Principais entregas: Após as oficinas de trabalho realizadas em conjunto com todos os colaboradores da FUNDECT, foi possível criar sua identidade e elaborar um diagnóstico de sua situação atual, âmbitos interno e externo, e traçar objetivos, iniciativas e metas para cumprir a sua visão institucional.

Período de vigência: 2018

Recursos investidos: apenas custeio.

MISSÃO

Fomentar o ensino, ciência, tecnologia e inovação no Estado de Mato Grosso do Sul, contribuindo com o desenvolvimento social, científico, tecnológico e econômico da sociedade.

VISÃO

Proporcionar um ambiente com melhor infraestrutura para os pesquisadores e colaboradores, fomentando ações das mais diversas áreas e sendo reconhecida pelo seu trabalho para toda sociedade.

PROGRAMA DE INSERÇÃO DE RECÉM-FORMADOS EM GESTÃO PÚBLICA DO MATO GROSSO DO SUL

Descrição do Projeto: Convênio entre o Governo do Mato Grosso do Sul, por intermédio da FUNDECT, e a organização Vetor Brasil, com o objetivo de qualificar agentes públicos mediante a inserção de jovens de todo o Brasil no Governo Executivo Estadual, homologado por processo seletivo transparente, democrático, inovador e impessoal.



Período de vigência: 2016 a 2018.

Recursos investidos: R\$ 1.295.500,00

Principais entregas: **23 jovens alocados nas secretarias:** SAD, SED, SEGOV, PGE, CGE e SEFAZ, SEMAGRO.

AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS

Descrição do Projeto: Complementar as 28 Estações Meteorológicas já existentes e operadas pelo Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, localizadas nas regiões de produção agrícola do Estado.

Período de vigência: 2017 a 2018

Recursos investidos: R\$ 107.120,00

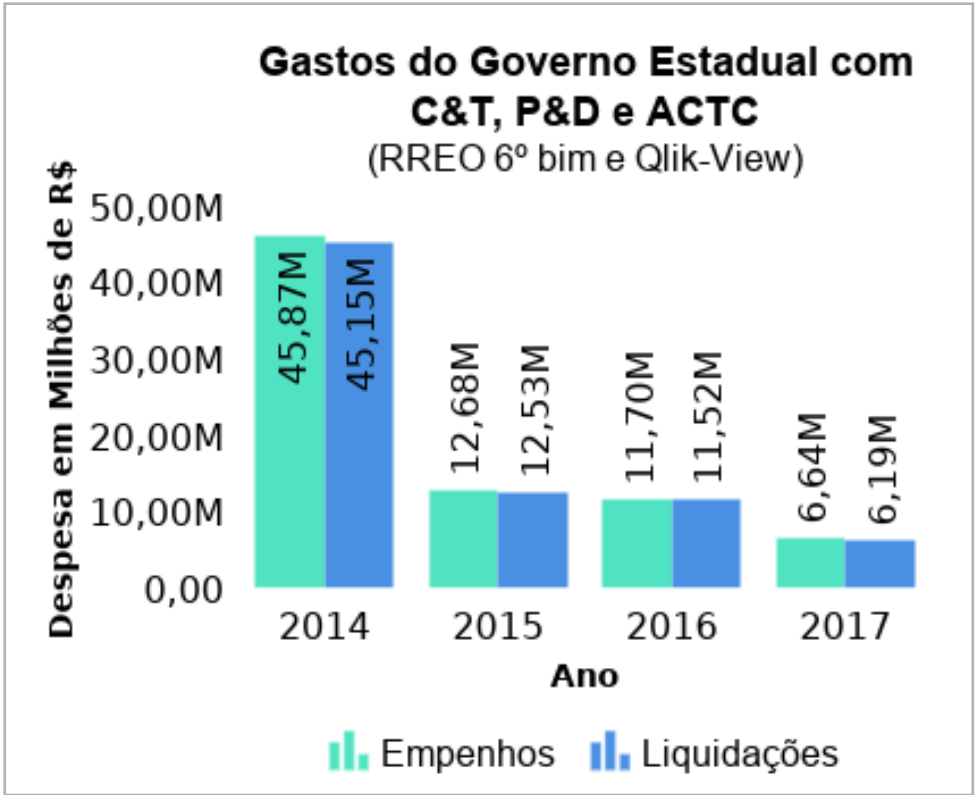
Principais entregas: O projeto de expansão possibilitou a **instalação de mais 17 Estações**, sendo 15 na Bacia Hidrográfica do rio Paraná e 2 na Bacia Hidrográfica do rio Paraguai.



Municípios beneficiados: Ribas do Rio Pardo, Bonito, Bandeirantes, Camapuã, Pedro Gomes, Nova Alvorada do Sul, Itaporã, Fátima do Sul, Caarapó, Laguna Carapã, Aral Moreira, Iguatemi, Angélica, Nova Andradina, Santa Rita do Pardo, Brasilândia e Selvíria.

5. Resumo dos gastos da gestão com a diretriz

No quesito despesas com desenvolvimento científico, desenvolvimento tecnológico e engenharia, bem como da difusão do conhecimento científico tecnológico, o estado de Mato Grosso do Sul **reduziu fortemente** o total de despesas com a área, passando de R\$ 45,8 milhões em 2014 para R\$ 6,6 milhões em 2017.



Diretriz Estratégica 09:

Atrair investimentos para o maior dinamismo e diversificação das atividades econômicas.

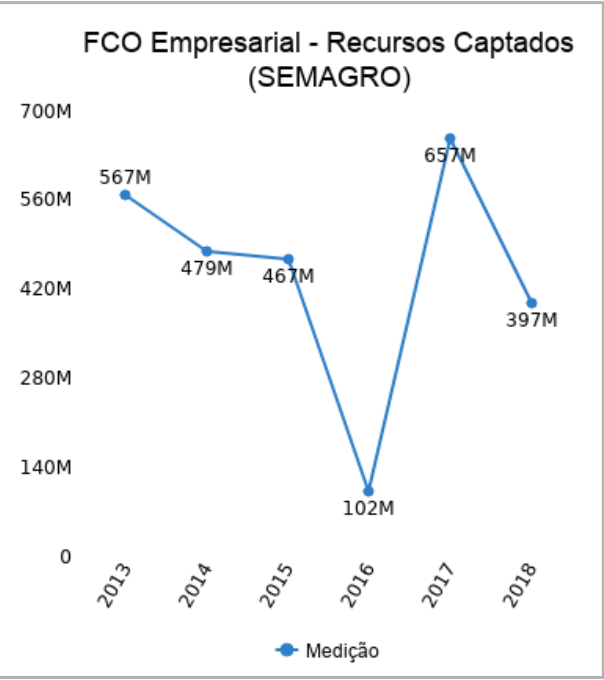
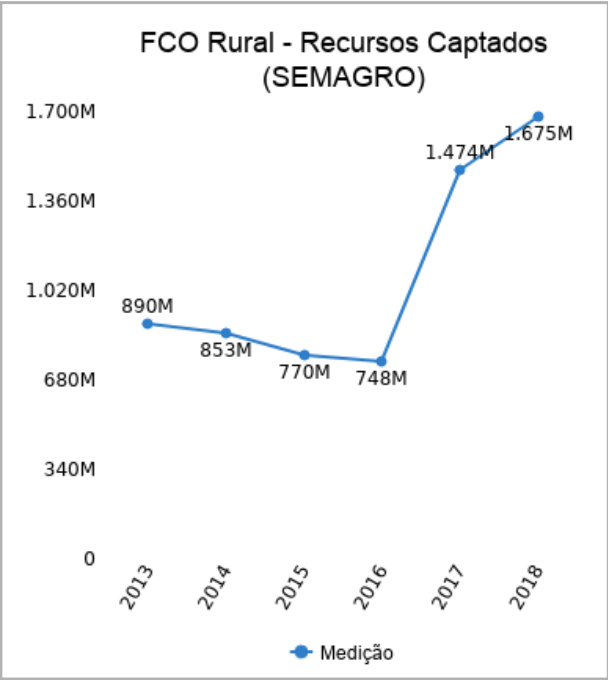
1. Seleção dos indicadores estratégicos

Recursos do FCO Empresarial e Rural (SEMAGRO)	Saldo da Balança Comercial (MDIC)	Participação dos setores econômicos na composição do PIB (SEMAGRO)	Saldo de Empresas Abertas no Estado (JUCEMS)
Somatório, em reais, de valores liberados pelo Fundo Centro-Oeste, que é dividido em Empresarial e Rural.	Demonstração contábil da agregação de bens e serviços importados e exportados entre os países.	O Indicador demonstra a evolução na composição setorial do PIB do MS (primário, secundário e terciário) para os respectivos anos.	Demonstra o saldo de empresas, relacionando as empresas constituídas com as extintas.

2. Análise de Gestão

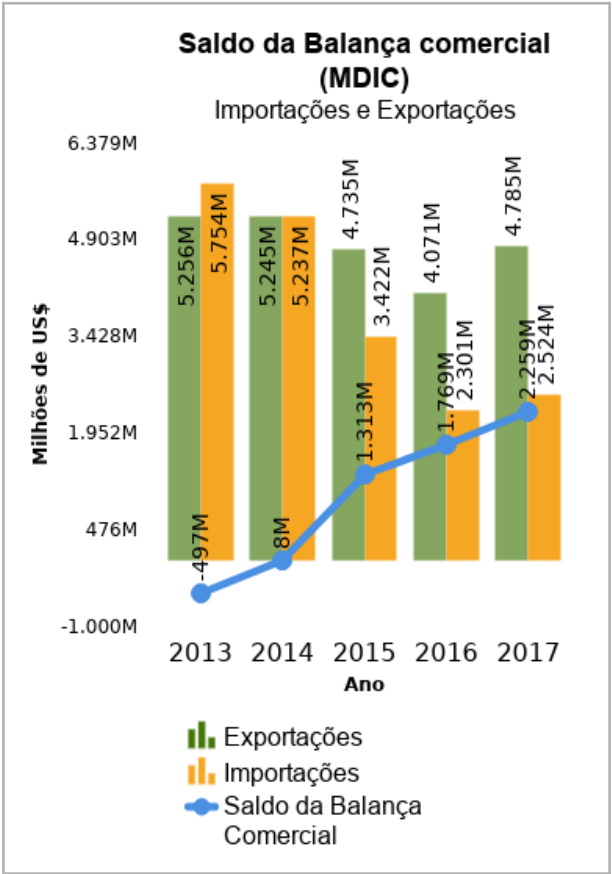
O Fundo Centro-Oeste é considerado **importante fonte de recursos** para fomento da produção rural e empresarial da região brasileira de nome análogo. No MS, a distribuição dos recursos captados acompanha a tendência de **concentração econômica** do estado, pautada predominantemente no **setor primário**.

Embora a captação de recursos para o FCO empresarial tenha registrado baixa significativa entre 2013 e 2016, **nos anos de 2017 e 2018 as metas foram superadas**.



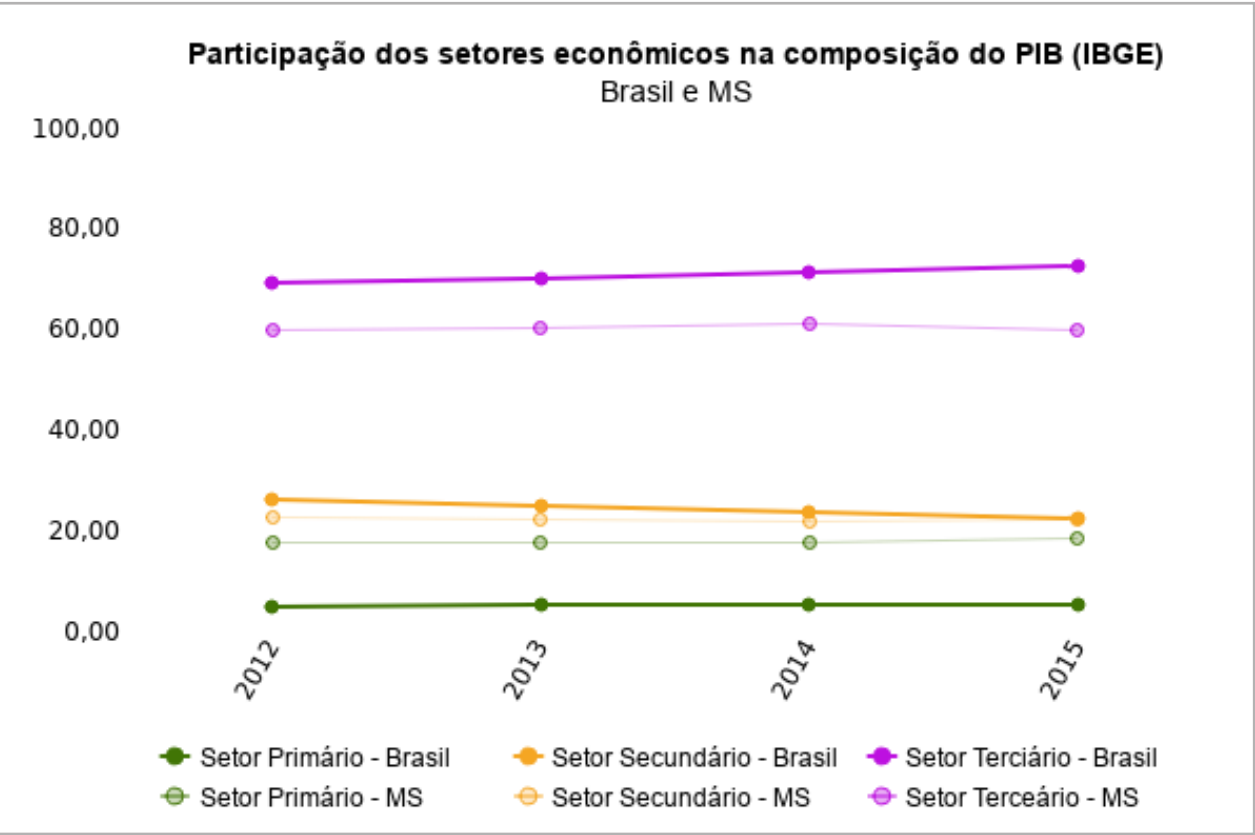
A Balança Comercial apresenta o saldo de importações e exportações do estado desde o ano de 2013 até 2017. Nesse período, embora o valor nominal das exportações tenha registrado leve queda, as importações registraram queda superior, resultando em **elevação positiva significativa do saldo da balança**.

O governo do estado tem adotado **políticas de incentivo à exportação de carnes bovinas**, como o Precoce/MS, que passou por importante reformulação em 2016 e, desde 2017, dispõe de processo com maior acuidade fiscal.

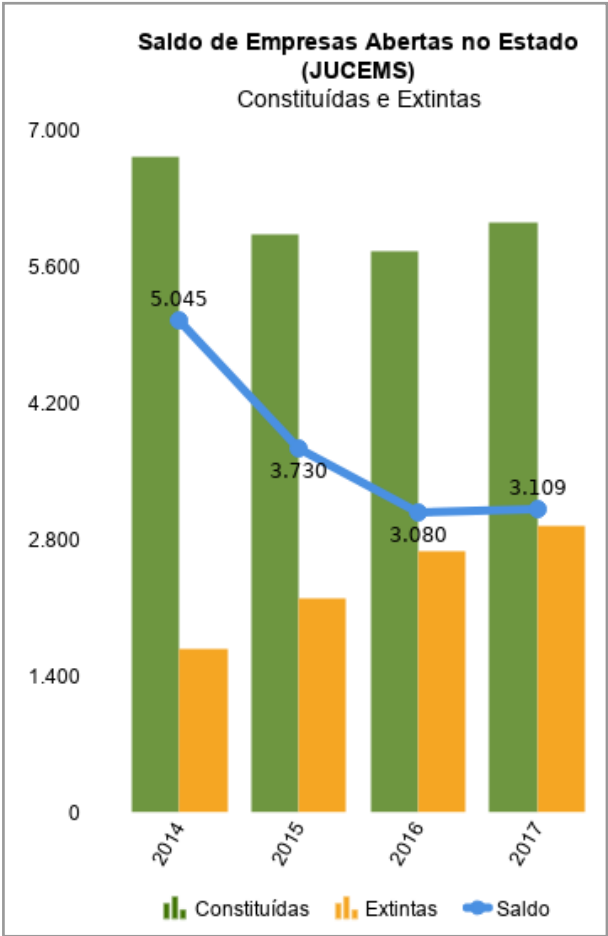


Comparado com o cenário do Brasil, **o MS possui uma ênfase maior no setor primário em detrimento do setor terciário**.

O Estado não está muito atrás do Brasil em termos da importância da indústria, ou setor secundário, na economia. Apesar disso, o Estado, haja vista a **tendência de queda da participação do setor secundário no PIB**, tem envidado esforços relevantes para elevar sua capacidade produtiva, como a estratégia de atração da Fibria, indústria produtora de celulose.



Durante a atual gestão houve uma tendência de queda no número de empresas constituídas, impacto da crise econômica mundial, e aumento no número de empresas extintas no estado, o que levou à diminuição no saldo de empresas registradas em MS. Vale ressaltar que o **saldo de empresas abertas em MS manteve-se positivo e elevado entre 2014 e 2017;**



3. Resumo dos principais projetos da gestão

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Descrição do Projeto: Existem muitas oportunidades de negócios nos segmentos da cadeia de base florestal, setor sucroenergético, industrialização de grãos e cadeias suína, avícola e piscicultura. Nesses setores, além das possibilidades de investimentos em plantas tradicionais agroindustriais, destaca-se a **atração de empreendimentos inovadores e modernos**, com uso intensivo de tecnologia e com produtos de alto valor agregado.

Período de vigência: 2017

Recursos investidos: Não informado.

Principais entregas: A Rede de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável de Mato Grosso do Sul consiste em canal permanente de diálogo com as secretarias municipais de Desenvolvimento para fomentar a diversificação e crescimento da economia, resultando em R\$ 3,7 bilhões captados.



INVESTIMENTO NA INFRAESTRUTURA DE NÚCLEOS INDUSTRIAIS

Descrição do Projeto: O Estado de Mato Grosso do Sul está investindo na estruturação de núcleos industriais, a fim de proporcionar competitividade às indústrias já instaladas nesses locais, e condições atrativas para a vinda de novos empreendimentos.

Período de vigência: 2017

Recursos investidos: R\$ 17.427.321,69, representando 70% das receitas de Janeiro/2017 (R\$25.038.811,92) do FAI (atual FADEFE).

Principais entregas: Polo Industrial Fátima do Sul; Distrito Industrial de Dourados; Centro Empresarial Norte de Campo Grande I; Núcleo Industrial de Campo Grande ADM – Execução Núcleo Industrial de Campo Grande ADM Projeto; Interposto de Pescado Dois Irmãos do Buriti; Centro Empresarial Norte de Campo Grande II; Núcleo Industrial de Três Lagoas; Participação no SIAVS; Elaboração de Projeto Centro Empresarial Norte Campo Grande II; Propeq Agroindustrial – SEBRAE.

Municípios beneficiados: Campo Grande, Fátima do Sul, Dois Irmãos do Buriti, Três Lagoas, Dourados.

IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PELO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO – PNCF

Descrição do Projeto: O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) oferece um financiamento para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural. Além da terra, o agricultor pode construir sua casa, preparar o solo, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário.

Período de vigência: 2015–2018

Recursos investidos: apenas custeio.

Principais entregas:

- Assentamentos Implantados: 2
- Famílias Assentadas: 93
- Área total financiada 790,52 ha.
- Recursos Financiados R\$ 5.333.976,90

AUMENTO DO NÚMERO DE INDÚSTRIAS ADERIDAS AO SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Descrição do Projeto: SISBI-POA promove a **adesão de indústrias de serviços de inspeção das esferas municipais** e estaduais com equivalência com o serviço de inspeção federal.

Período de vigência: 2017

Recursos investidos: Apenas custeio.

Principais entregas: Em 2017 com o trabalho da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA em atuar assessorando as empresas e analisando os processos, mais 4 indústrias conquistaram a adesão permitindo um aumento na comercialização dos seus produtos.

Municípios beneficiados: Bonito, Campo Grande, Deodápolis e Maracaju.



CONSOLIDAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA REDESIM - JUNTA DIGITAL

Descrição do Projeto: Atender aos objetivos e diretrizes de desburocratização e simplificação da formalização de empresas, previsto na Lei/federal 11.598/2007.

Período de vigência: 2018

Recursos investidos: Apenas custeio.

Principais entregas: Apoiar o desenvolvimento econômico do País, por meio da solução pública JUNTA DIGITAL no que concerne à **simplificação registro e formalização de empresas e suas alterações**, bem como extinções.

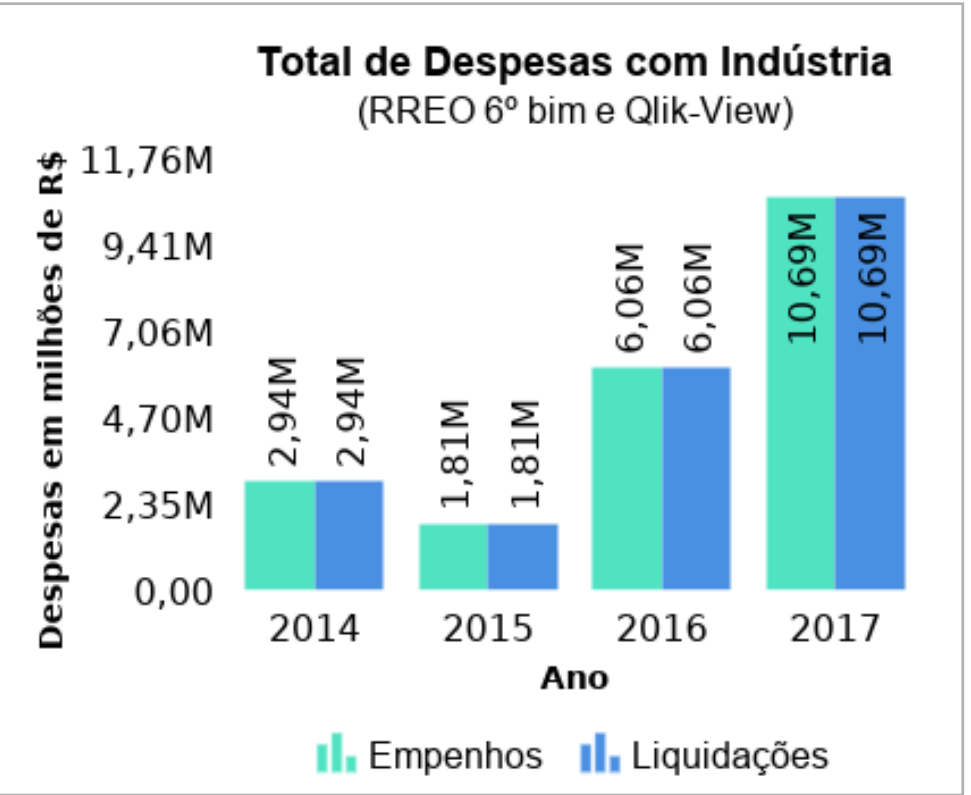
Municípios beneficiados: Todos



5. Resumo dos gastos da gestão com a diretriz

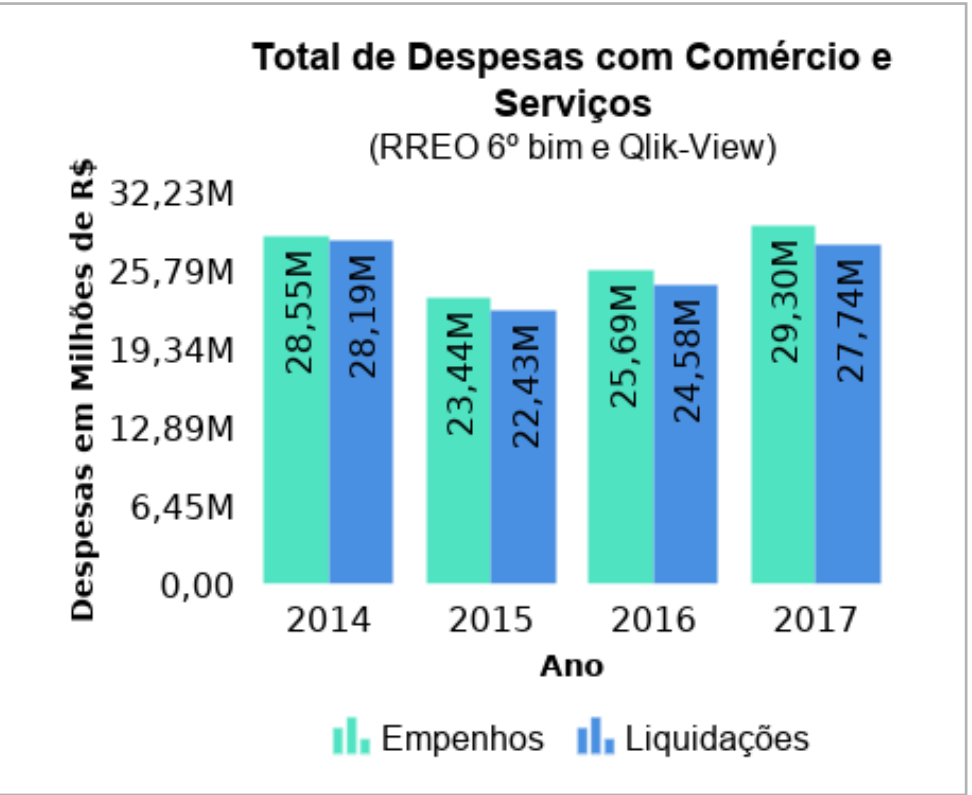
Na função indústria, representada ao lado, consta os gastos governamentais com ações de produção industrial, mineração, propriedade industrial e de normalização e qualidade.

Em se tratando desta função, os gastos do governo eram relativamente tímidos em 2014 e o mesmo se repetiu em 2015. No entanto, após fechamento da estratégia governamental de médio prazo, houve crescimento significativo das despesas em 2016. A despesa total em 2017 representa mais de três vezes a medida em 2014.



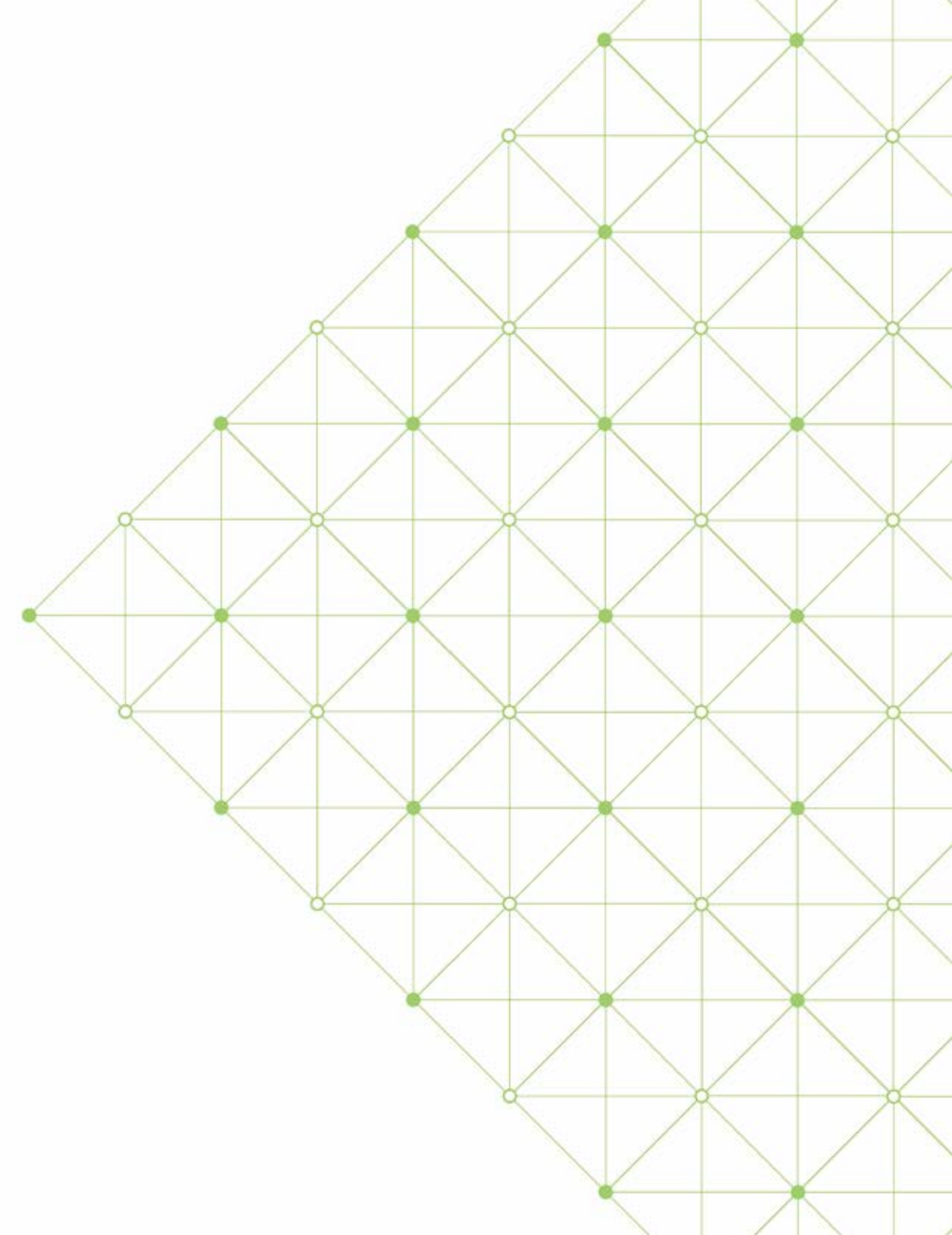
O gráfico adjacente apresenta os gastos governamentais com Promoção Comercial, Comercialização, Comércio Exterior Serviços Financeiros e de Turismo.

Observa-se redução das despesas nesta função, com oscilação de crescimento em 2017.



Diretriz Estratégica 10:

Fomentar o desenvolvimento das cadeias produtivas em bases sustentáveis.

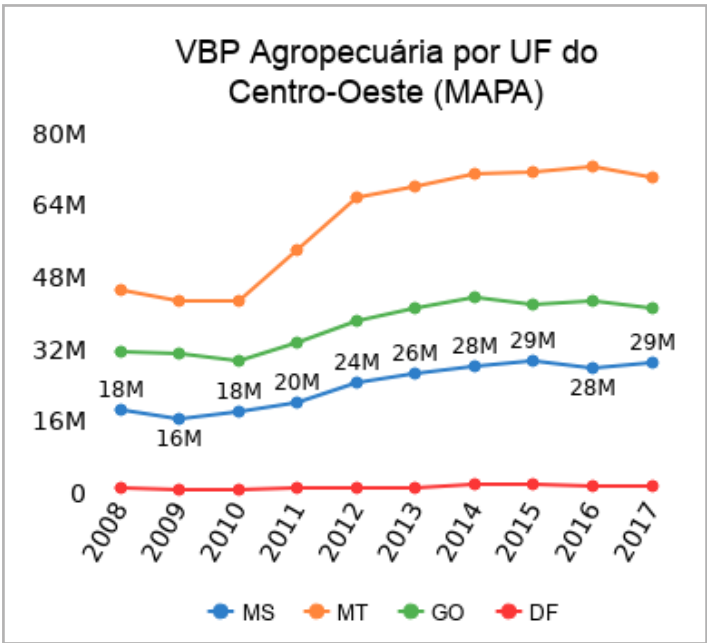


1. Seleção dos indicadores estratégicos

Valor Bruto da Produção Agropecuária (MAPA)	Emissões de CO2 (SEEG)	Licenças e Autorizações Ambientais (IMASUL)
O Valor Bruto da Produção Agropecuária mostra a evolução do desempenho das lavouras e da pecuária ao longo do ano e corresponde ao faturamento bruto dentro do estabelecimento.	O Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa é uma iniciativa do terceiro setor que produz estimativas das emissões de gases de efeito estufa no BR, dividida em tipos de gases e modalidades econômicas.	Demonstra evolução do licenciamento ambiental por categoria no estado de MS.

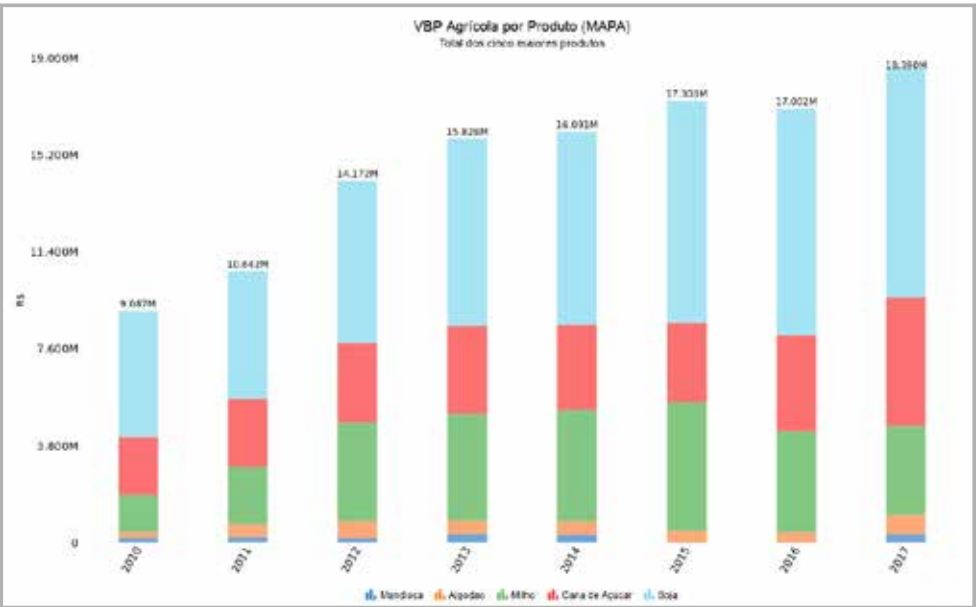
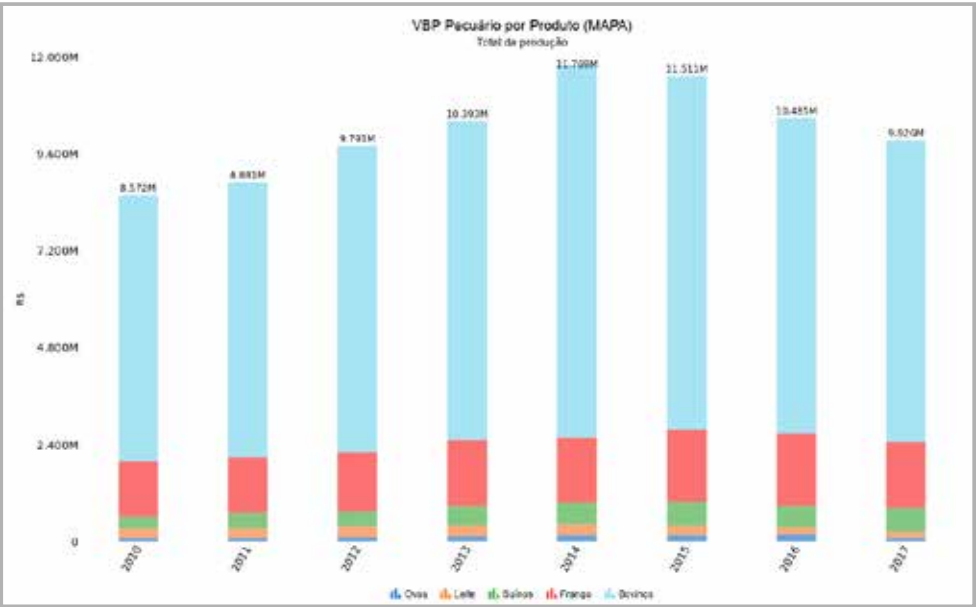
2. Análise de Gestão

O Valor Bruto da Produção (VBP) é um indicador do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que é dividido em produção pecuária e produção agrícola. De 2010 a 2014, houve um crescimento constante desse indicador em todas as UF's do Centro-Oeste. Porém, entre 2015 e 2017 esse crescimento estagnou, ficando o VBP estável nesses anos. **O Estado de MS ficou com o segundo menor VBP da região** durante todo o período, à frente somente do DF.



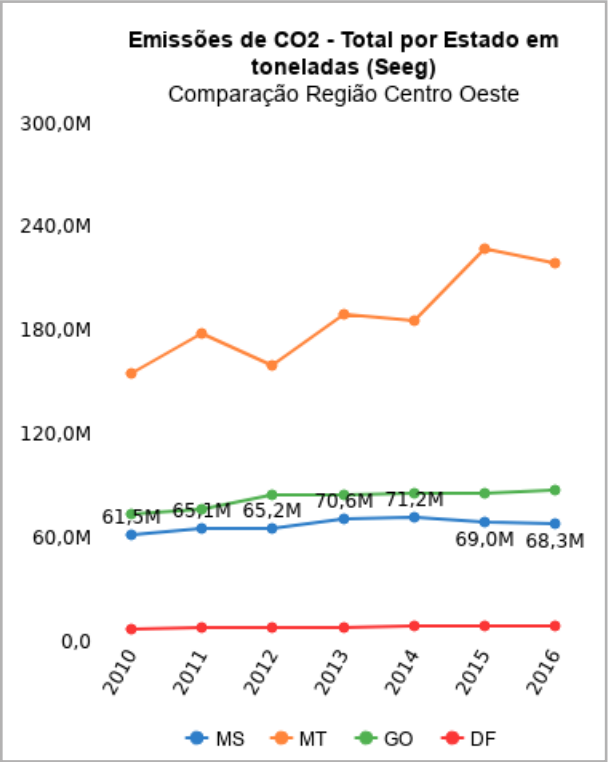
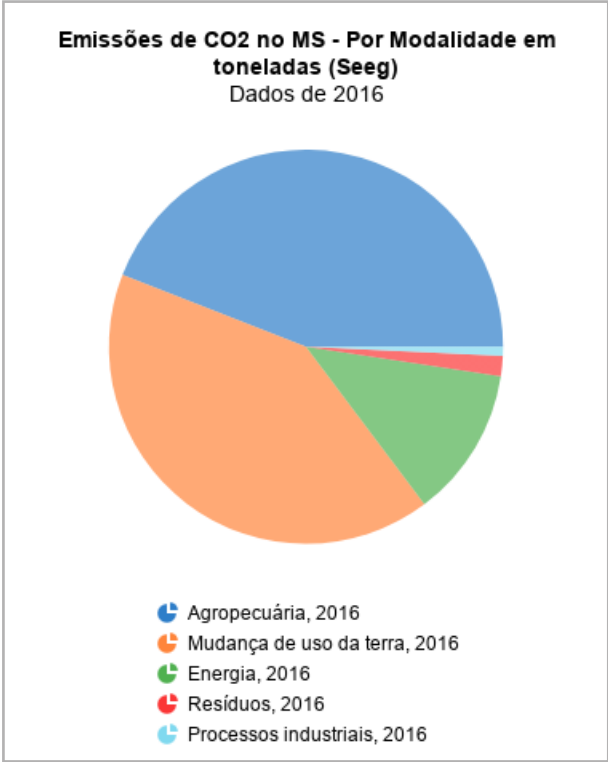
Analisando segregadamente o VBP, percebe-se que a estabilização do indicador ocorreu com uma **queda da produção pecuária e um aumento da produção agrícola**.

É possível analisar também a **concentração** da pauta produtiva em **bovinos e soja**.

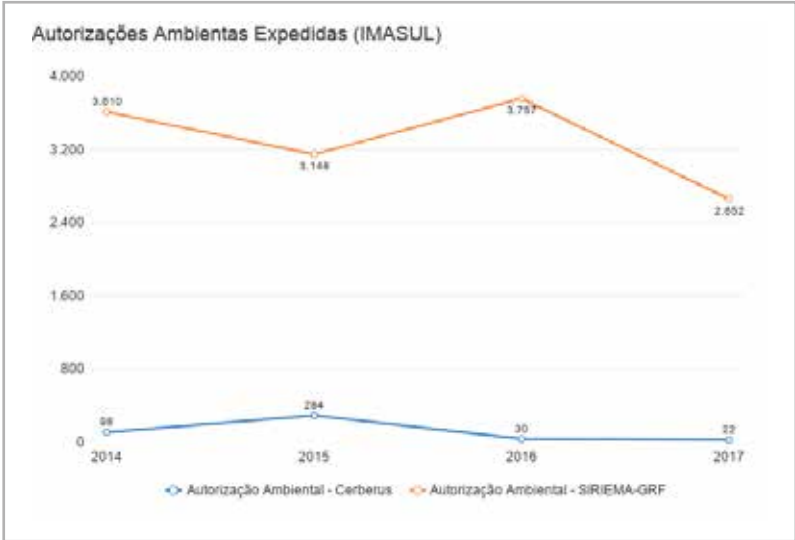
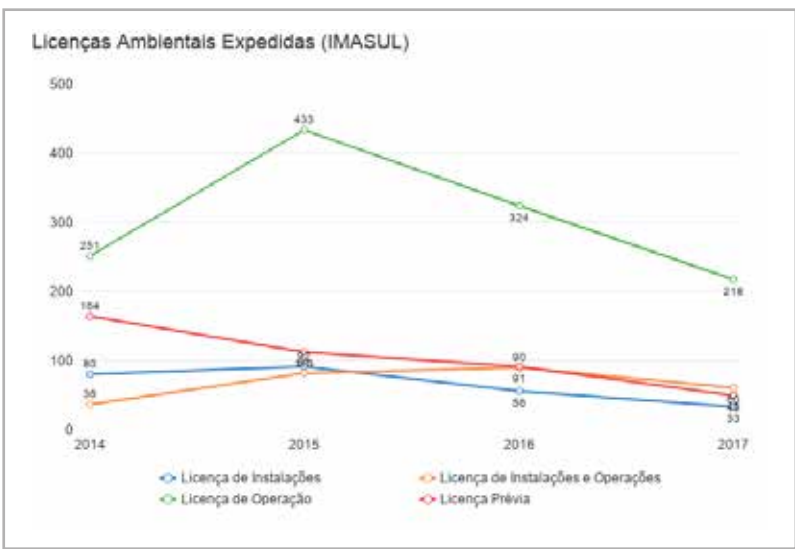


Como pode ser observado, Mato Grosso do Sul aponta como **segundo estado menos emissor de gases CO²** e tem registrado ligeira diminuição nas emissões em relação ao ano de 2014.

Como pode ser observada na composição por modalidade, grande parte das emissões do estado concentram-se na sua matriz de produção principal, o setor agropecuário e na mudança de uso da terra.



O indicador de quantidade de licenças e autorizações ambientais expedidas não possui uma polaridade definida, sendo **necessária a criação de mais indicadores sobre a questão, como a qualidade e a rapidez das licenças e autorizações**. De qualquer forma, nota-se a **diminuição na quantidade** de licenças e autorizações expedidas durante a gestão.



3. Resumo dos principais projetos da gestão

REFORMULAÇÃO EM BASES SUSTENTÁVEIS DE POLÍTICA DE INCENTIVOS PARA O AGRONEGÓCIO

Descrição do Projeto: O PROAPE e o PDAgro, após 25 anos, passaram por uma reformulação.

Os programas Leitão Vida e Carne do Pantanal e as cadeias produtivas do milho e do algodão foram reestruturados. O Programa de Desenvolvimento da Produção Agropecuária-MS (PDAgro) oferece redução da carga tributária para as culturas de algodão, milho, feijão, arroz, sorgo, trigo e girassol. Os incentivos variam entre o mínimo de 22% e podem chegar a 75% de redução do ICMS estadual. O objetivo do Programa é **estimular o aumento da produção agrícola em bases sustentáveis**, utilizando a pesquisa

como estratégia para gerar renda e emprego à população, por isso é esperada a participação do maior número de agricultores.

Período de vigência: 2018

Recursos investidos: Não informado.

Principais entregas: A meta do projeto é publicar até Dezembro/2018 as resoluções de incentivo para Pecuária Pantaneira e também da suinocultura; Decreto de incentivo para milho, algodão e outras 3 culturas contempladas pelo PDAGRO.

PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM RELAÇÃO AO TURISMO

Descrição do Projeto: Promover curso de aperfeiçoamento dos gestores público municipais de turismo.

Período de vigência: 2017

Recursos investidos: R\$ 50.000,00

Principais entregas: Foram capacitados 35 gestores municipais de turismo para atuarem nas áreas de gestão, governança, planejamento e empreendedorismo público no desenvolvimento e promoção da atividade turísticas em seus municípios.

Municípios beneficiados: 36



IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE TURISMO PARA GERAÇÃO DE DADOS E INDICADORES DA ATIVIDADE

Descrição do Projeto: Realização de pesquisas e aquisição de sistema informatizado para tratamento dos dados.

Período de vigência: 2017.

Recursos investidos: R\$ 326.700,00

Principais entregas: Realização de pesquisas junto aos hotéis dos municípios onde a FUNDTUR apoia eventos geradores de fluxo de turistas, identificar se esse público gera pernoite e causa impacto econômico no local; realização de pesquisa de fluxo e perfil de turistas que desembarcam no Aeroporto de Campo Grande/Ms; e apoio técnico e metodológico aos municípios que querem realizar pesquisas em seus eventos geradores de fluxo turístico.

Municípios beneficiados: 47 municípios



COMERCIALIZIZAÇÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS DE MATO GROSSO DO SUL

Descrição do Projeto: Ações promocionais que envolvem diferentes atores envolvidos com o turismo, além do Governo participar de eventos promocionais em segmentos específicos.

Período de vigência: 2017

Recursos investidos: R\$ 648.971,81

Principais entregas: Realização de: um Road Show com ações (Workshop e Rodadas de Negócios) nos municípios do interior de São Paulo (São José Rio Preto, Bauru e Campinas); um Famtour/Presstrip (Corumbá/Estrada Parque /Bonito /Jardim /Bodoquena); Participação em eventos promocionais de segmentos específicos: Avistar/2017 - Segmento de Observação de Aves; EBS/2017 - Segmento de Turismo de Negócios e Eventos; Feipesca/2017 - Segmento de Turismo de Pesca.



IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE DISPONIBILIZAÇÃO DIGITAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Descrição do Projeto: Implementação do **Sistema de Informação Geográfica** (SIG Corporativo) para o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, capaz de aproveitar a infraestrutura atual e de aumentar a capacidade de análise técnica de dados e informações para tomada de decisão, de forma integrada entre as diferentes Secretarias.

Período de vigência: 2017

Recursos investidos: Não informado.

Principais entregas: Portal de Informações e Geoposicionamento de Mato Grosso do Sul – PIN/MS.

Municípios beneficiados: Todos os municípios.



REDEFINIÇÃO DA POLÍTICA PARA OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Descrição do Projeto: O Governo de MS, considerando empréstimos oriundos do BNDES, propôs alterações nos APL's até então definidos como prioritários. O **Núcleo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais de MS** é um fórum permanente de deliberações e reúne instituições que representam entes públicos e privados voltados para o desenvolvimento de MS.

Período de vigência: 2015.

Recursos investidos: R\$ 8.000.000,00.

Principais entregas: Recursos foram definidos e investidos nos seguintes APL's: Apicultura – Região do Pantanal; Leite (5 Bacias Leiteiras); Piscicultura; Vestuário; Turismo. Adesão ao projeto Rotas de Integração Nacional, do Ministério da Integração Nacional.

Municípios beneficiados: Regiões do Pantanal; Vale do Ivinhema, Região do Bolsão, Região Central, Sul Fronteira e Fronteira Oeste; Grande Dourados e Costa do Rio Paraná; Região Sul; Rota Pantanal – Bonito.

AMPLIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Descrição do Projeto: Entrega de **insumos agropecuários para agricultores familiares**. Os insumos tratam-se de sementes de feijão e milho, óleo diesel para aldeias e reformas de tratores.

Período de vigência: 2017

Recursos investidos: R\$ 435.100,00

Principais entregas: 69 mil litros de óleo diesel; 11.560 Kg de sementes de feijão e 21.800 Kg de sementes de milho. Repassado para as Prefeituras o valor total de R\$ 435.100,00 para reforma de tratores existentes nas aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul.

Municípios beneficiados: Amambaí, Antonio João, Aquidauana, Aral Moreira, Bela Vista, Brasilândia, Caarapó, Coronel Sapucaia, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Eldorado, Japorã, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Miranda, Nioaque, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho, Sidrolândia e Tacuru.

MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PORTFÓLIO DOS SERVIÇOS DIGITAIS DA IAGRO

Descrição do Projeto: Modernização do sistema para melhor atendimento a sociedade e ao público interessado dos serviços prestados pela Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de MS, através do desenvolvimento de novas funcionalidades do sistema **E-SANIAGRO, permitindo ao usuário a realização de serviços via web, tais como consultas**, emissão de documentos, atualização cadastral, entre outros.

Período de vigência: 2017

Recursos investidos: Apenas custeio.



Principais entregas: Seis sistemas digitais entregues para cadastramento, controle e fiscalização de criadores de produtos de origem animal e vegetal.

AUMENTO DO NÚMERO DE ABATES DO PRECOCE MS

Descrição do Projeto: Estimular os produtores rurais do Estado a adotarem modernas técnicas de criação, favorecendo a produção de animais de qualidade de carcaça superior utilizando boas práticas de criação, para o aumento da sustentabilidade ambiental da atividade e para avanços na gestão sanitária individual do rebanho sul-mato-grossense.

Período de vigência: 2017

Recursos investidos: R\$ 20.320.169,72 (incentivo do estado)

Principais entregas: 380.652 cabeças abatidas em 2017; Profissionais responsáveis técnicos habilitados: 455; Propriedades rurais aprovadas: 866; Frigoríficos credenciados: 10.

Municípios beneficiados: Todos

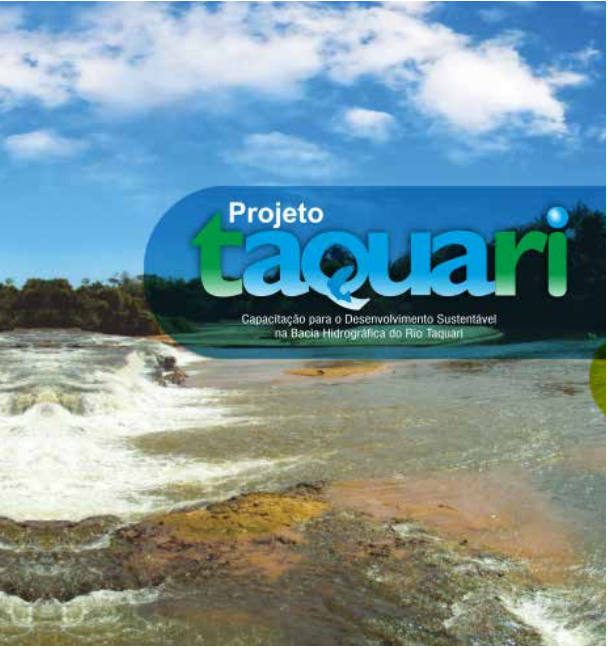
AÇÕES PARA RECUPERAÇÃO DA SUB-BACIA DO RIO TAQUARI

Descrição do Projeto: Verificação da **manutenção das reservas legais no entorno da sub-bacia do rio Taquari**. Para tanto, foram utilizadas imagens de satélite de alta resolução, sobrepostas às imagens provenientes do cadastramento do Cadastro Ambiental Rural.

Período de vigência: 2017

Recursos investidos: R\$ 4.500.000,00

Principais entregas: Aquisição de imagens de alta resolução; pré-análise com superposição do CAR existentes; e capacitação para recuperação de áreas degradadas.



Municípios beneficiados: Alcinópolis, Camapuã, Corumbá, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Ladário, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste e Sonora.

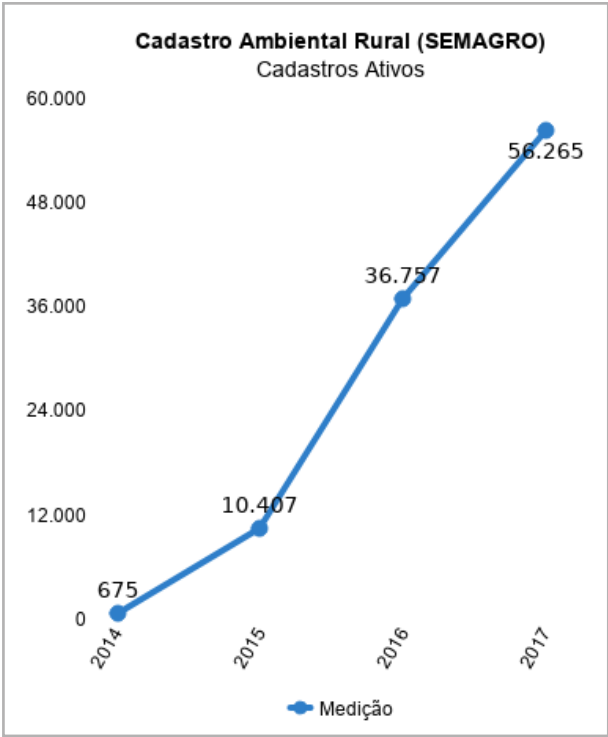
PROJETO CAR/MS – BNDES FUNDO AMAZÔNIA

Descrição do Projeto: Ações de cadastramento e aprimoramento de infraestrutura para **implantação do Cadastro Ambiental Rural/MS**, junto aos proprietários ou posseiros de imóveis rurais com área de até quatro módulos fiscais que desenvolvam atividades agrossilvipastoris.

Período de vigência: 2018.

Recursos investidos: R\$ 3.395.884,62

Principais entregas: Até Julho/2018, da meta de 26 mil, foram pré-analisados 22 mil cadastros das pequenas propriedades, via consultoria. Estão em andamento as aquisições de maquinários e equipamentos de TI.



IMPLANTAR INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Descrição do Projeto: Fortalecimento da gestão municipal de resíduos sólidos, com base nas diretrizes do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. As ações são: a capacitação de agentes envolvidos, a qualificação do processo gerencial e a implementação e operacionalização do Sistema Estadual de Informações sobre Resíduos Sólidos, que irão atender o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos.

Período de vigência: 2017

Recursos investidos: R\$ 1.668.765,00

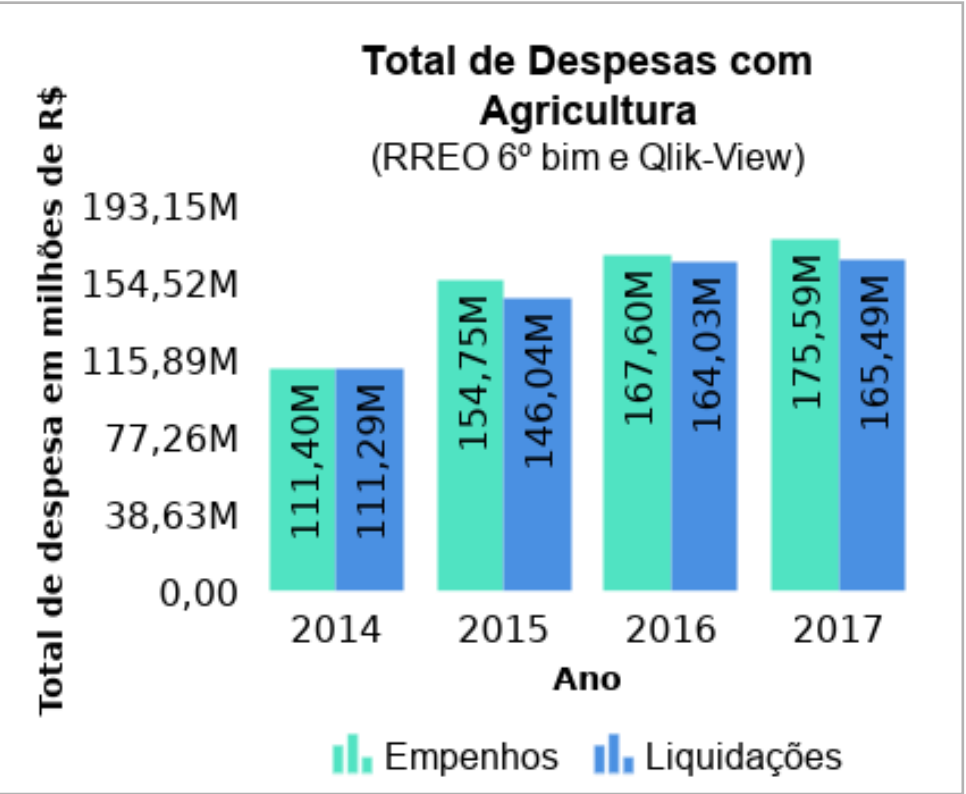


Principais entregas: Em processo de aprovação do Plano pela Caixa Econômica Federal, para publicação.

5. Resumo dos gastos da gestão com a diretriz

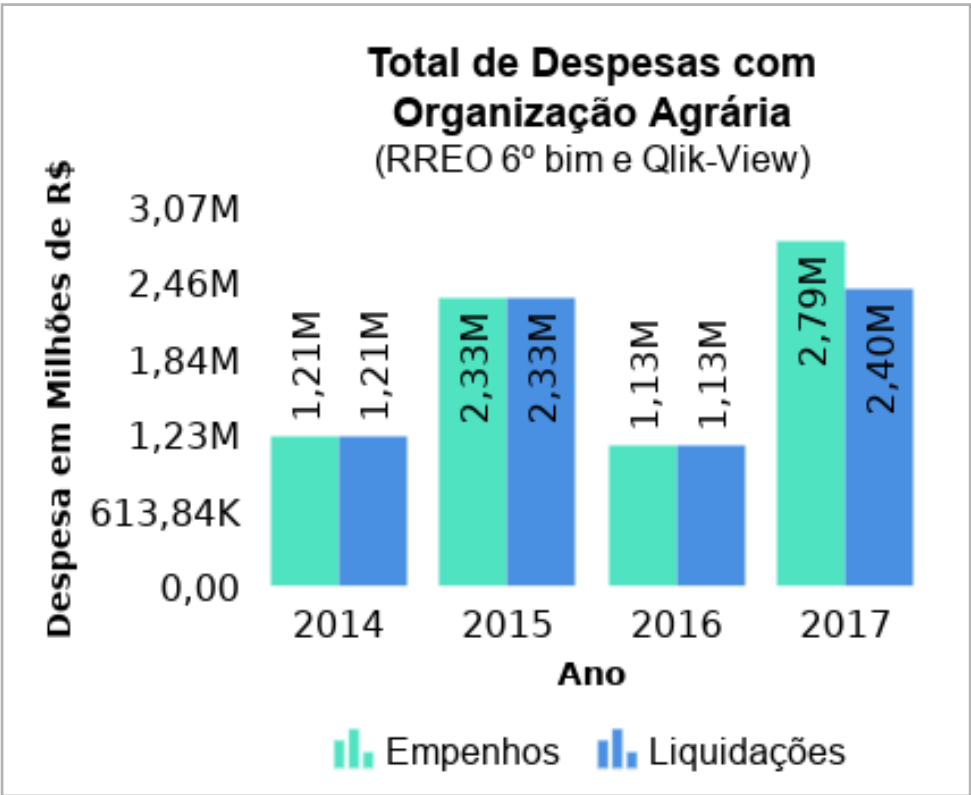
A função Agricultura, representada ao lado consta os gastos governamentais com ações de abasteci-
mento, extensão rural, irrigação, promoção da agro-
pecuária e defesa agropecuária.

Em se tratando desta função, observa-se que a par-
tir de 2015 o **volume de despesas foi crescente**.



A função organização agrária, representada ao lado
consta os gastos governamentais com ações de re-
forma agrária e de colonização.

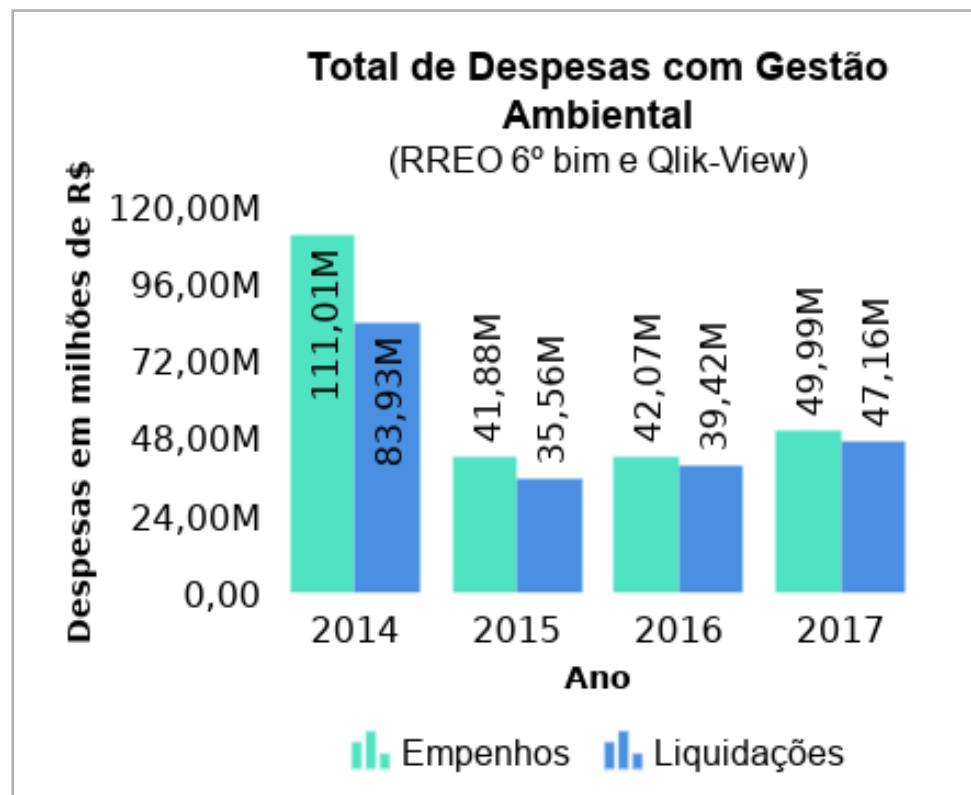
Os despesas desta função **não seguem um padrão
de evolução**, tendo dois picos em 2015 e 2017, po-
rém duas baixas em 2014 e 2016.



A função organização gestão ambiental, representada ao lado consta os gastos governamentais com ações de preservação e conservação ambiental, controle ambiental, recuperação de águas degradadas, recursos hídricos e, meteorologia.

O gráfico ao lado explicita que já a partir de 2015 o **total de despesas com a função orçamentária caiu em mais de 50%** em relação ao governo anterior e a tendência se manteve.

Tal tendência se mostra consonante com o Mapa Estratégico por não haver diretriz exclusiva para a atribuição da gestão ambiental.



SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

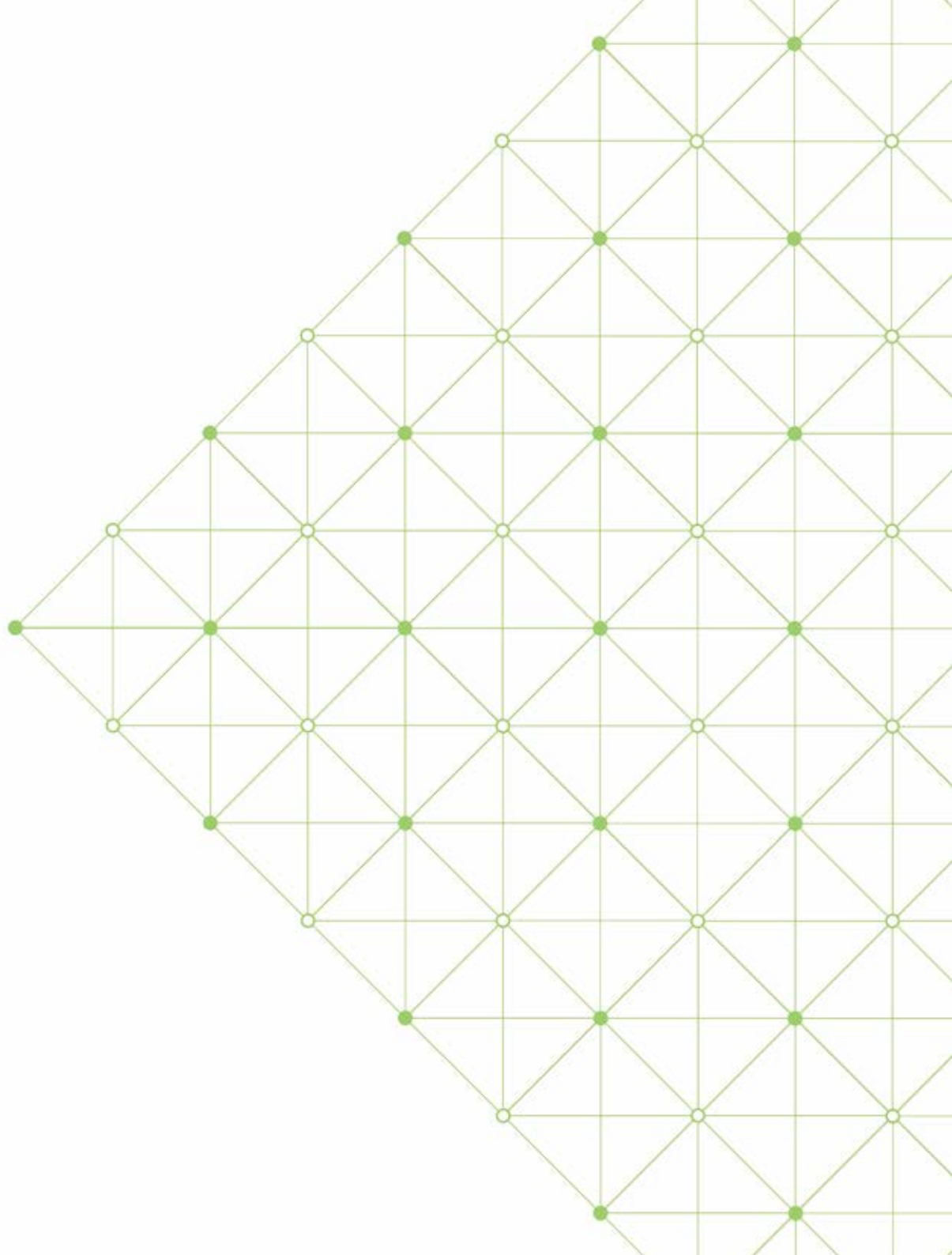
Mensagem 2019: EIXO INFRAESTRUTURA

EIXO INFRAESTRUTURA



Diretriz Estratégica 11:

Diversificar a matriz energética, priorizando as fontes renováveis.



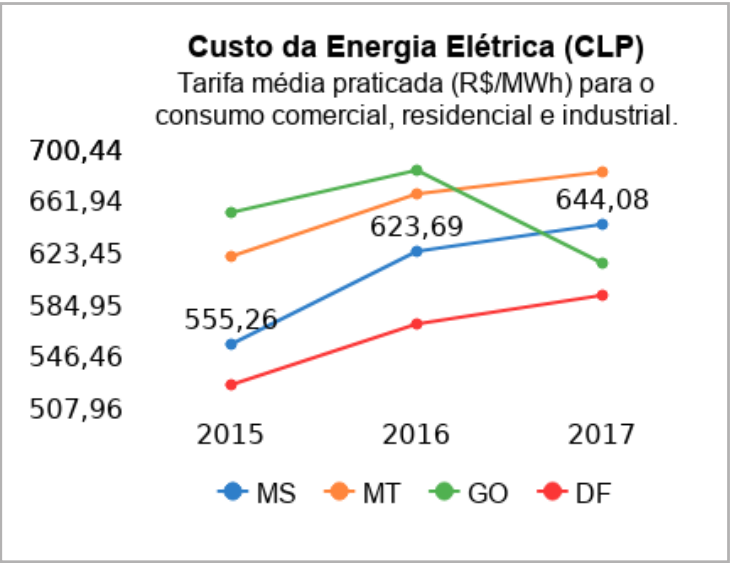
1. Seleção dos indicadores estratégicos

Custo da Energia Elétrica (CLP)	Volume de Gás Distribuído (MS GÁS)	Matriz Energética (SEINFRA)
Aponta o custo médio para o consumidor industrial, residencial e comercial por Mw/hora no período de um ano.	Vendas totais de gás natural em Mato Grosso do Sul, em m³/dia, do mercado não térmico.	Produção de energia primária e consumo final por fontes.

2. Análise de Gestão

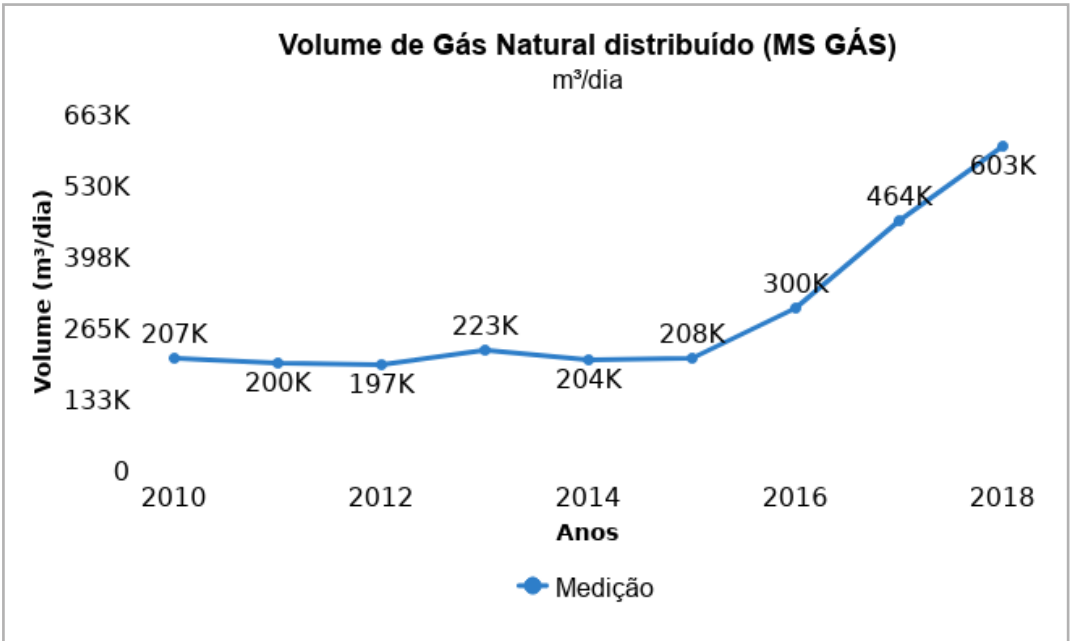
A energia elétrica é um **importante insumo** para os setores comercial e industrial, um aumento na tarifa pode impactar negativamente no custo de funcionamento das empresas, ao qual é repassado no preço final de venda.

O gráfico apresenta, no período 2015-2017, uma **elevação de 16% na tarifa de energia de Mato Grosso do Sul**, uma tendência verificada em Mato Grosso e Distrito Federal. No entanto, no Estado de Goiás, houve uma redução de 5,85% no custo da tarifa de energia elétrica no período em questão.



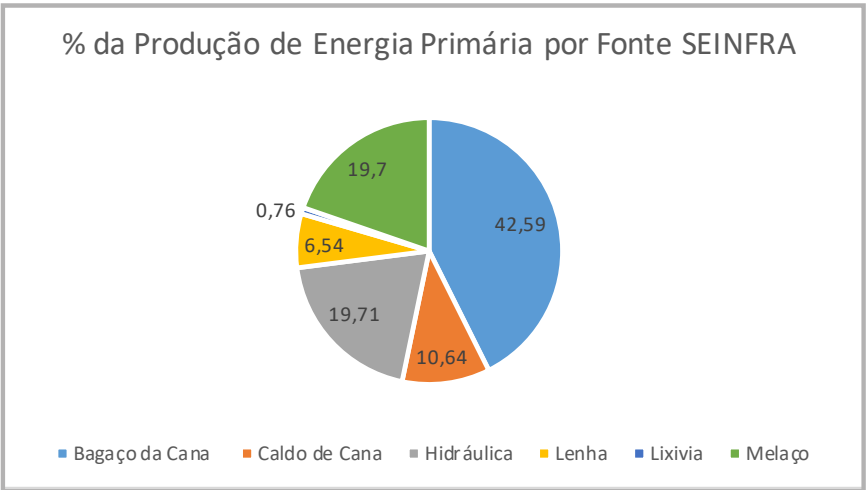
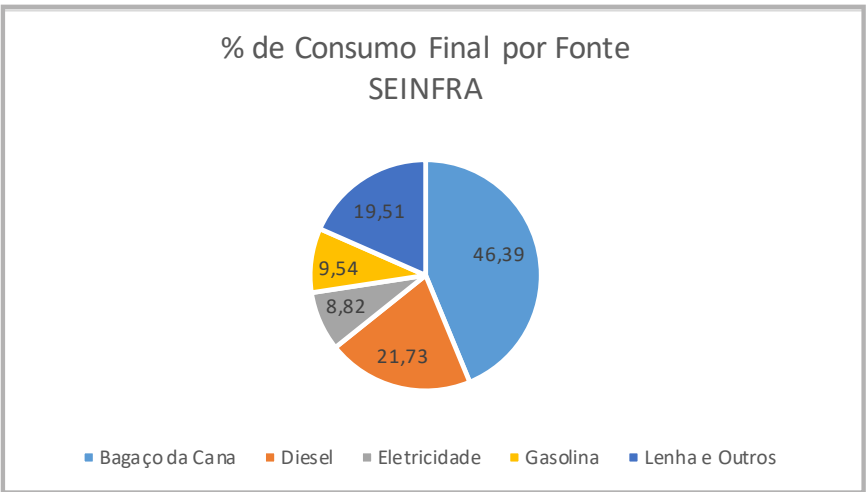
A **utilização de gás natural se eleva** em Mato Grosso do Sul de forma acentuada principalmente no consumo comercial e industrial.

No período 2015-2018, a rede de distribuição aumentou 18%, **o número de clientes cresceu 89%** e o volume de **gás natural distribuído no Estado se elevou em cerca de 190%**.



Na análise da Matriz Energética do MS, **a produção de energia do MS é 100% renovável**, com o Bagaço e o Caldo de Cana ocupando mais da metade da produção total. Quando olhamos para o **consumo final por fonte**, porém, percebe-se que são utilizadas fontes não renováveis, como o **Diesel e a Gasolina**.

Os dados são referentes ao ano de 2015, **não sendo possível** realizar uma **série histórica** que abranja pelo menos dois anos da gestão 2015-2018.



3. Resumo dos principais projetos da gestão

EXPANDIR A REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL E MELHORIAS OPERACIONAIS

Descrição do Projeto: Expandir a Rede de Distribuição de Gás Natural, com o intuito de expandir o uso de gás natural, como fonte energética viável, segura, econômica e competitiva; e realizar Melhorias Operacionais nos municípios de Campo Grande e Três Lagoas.

Período de vigência: 2015 a 2018

Recursos investidos: R\$ 81.475.670,76; Operação TL/CG : R\$ 60.526.162,48; Expansão TL/CG: R\$ 19.776.510,22; Melhorias Operacionais TL/CG: R\$ 1.172.998,06



Principais entregas: Construção do Ramal para atender a indústria ADM (Campo Grande), do Ramal Eldorado (Três Lagoas); Expansão de rede na área urbana de Campo Grande e Três Lagoas.

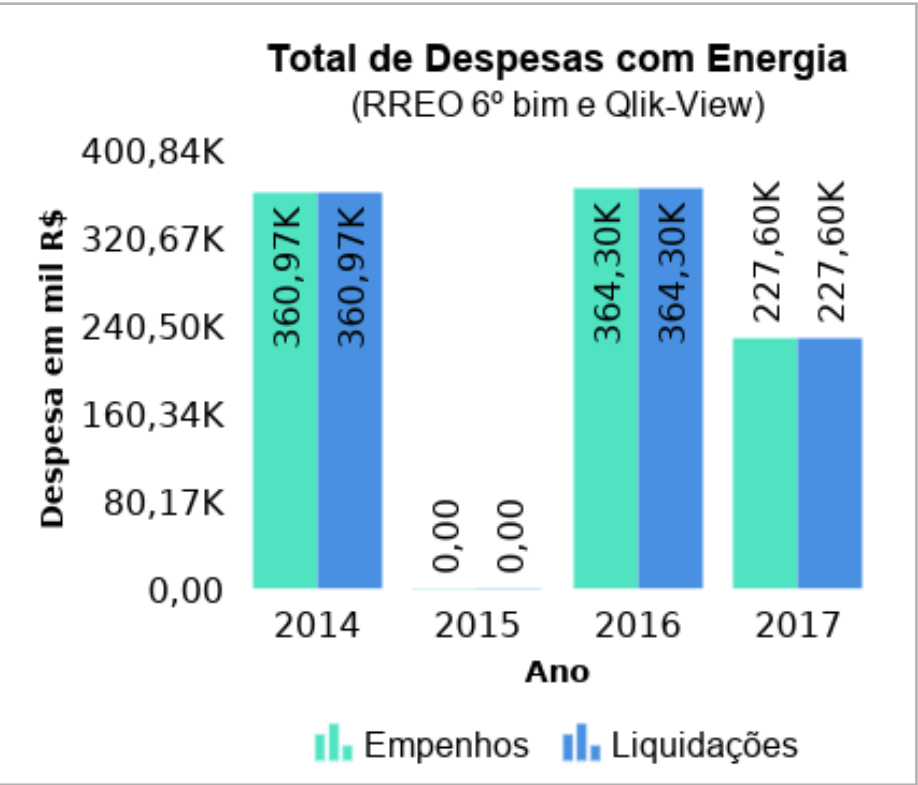
Municípios beneficiados: Campo Grande e Três Lagoas



5. Resumo dos gastos da gestão com a diretriz

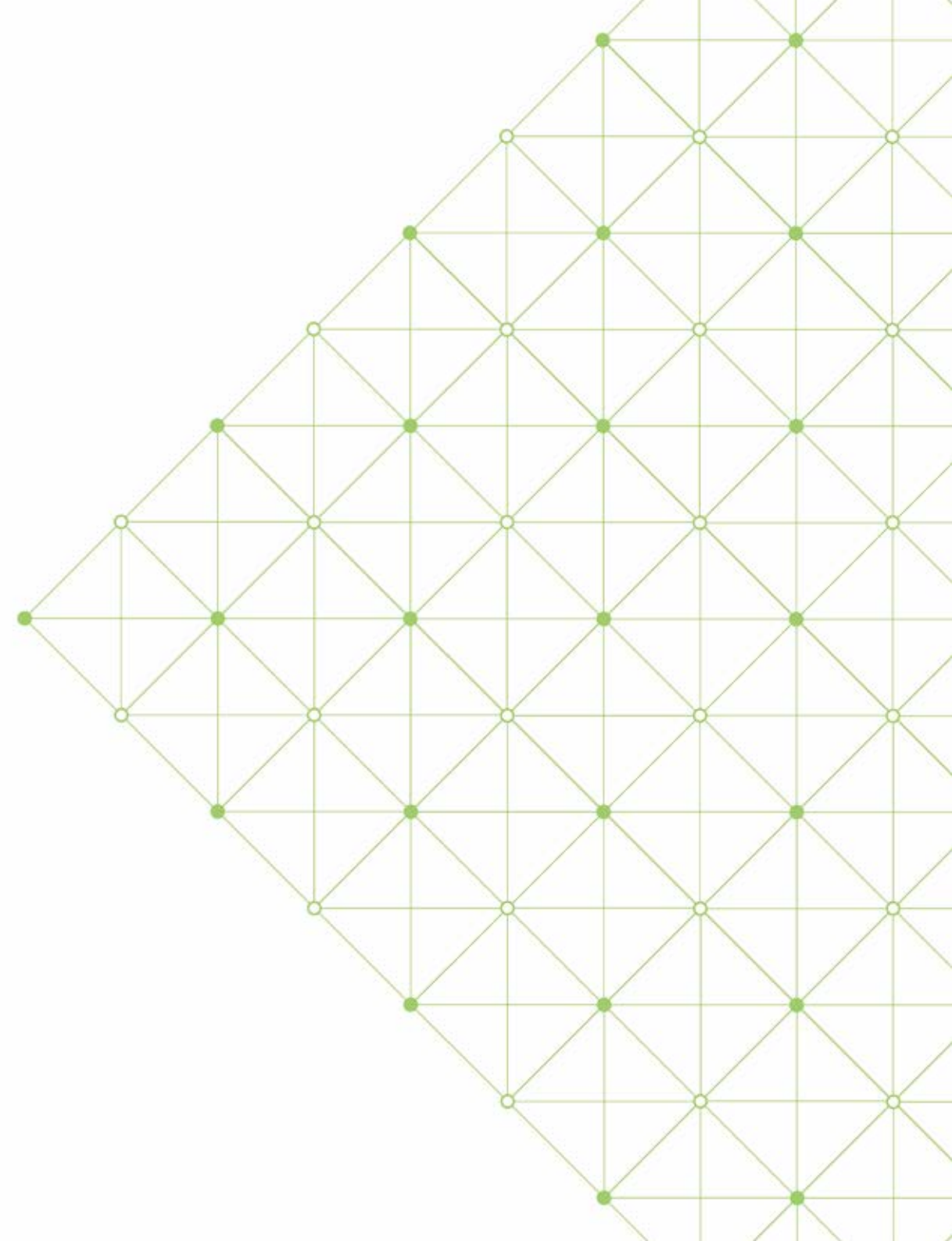
Das despesas que compõem a energia - Conservação de Energia, Energia Elétrica, Combustíveis Minerais e Biocombustíveis - todo o gasto foi concentrado na **subfunção Energia Elétrica** e na Ação “Implantação da Eficiência Energética no Estado do Mato Grosso do Sul” através principalmente de instalações.

Percebe-se, assim, que os gastos com energia do estado são **erráticos e não estão necessariamente conectados** com a diretriz diversificação da matriz energética priorizando fontes renováveis.



Diretriz Estratégica 12:

Desenvolver um sistema de logística intermodal integrado.



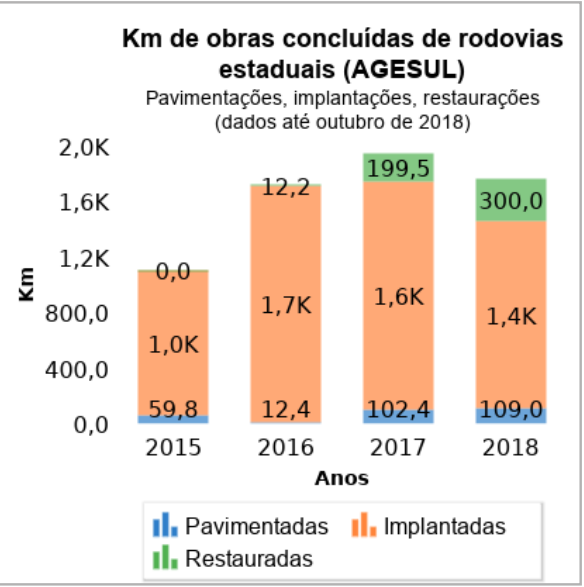
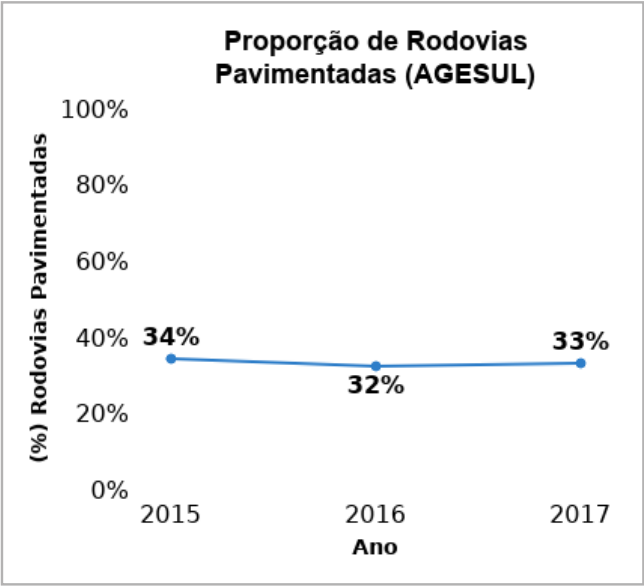
1. Seleção dos indicadores estratégicos

KM de rodovias implantadas, restauradas e pavimentadas (AGESUL)	Pontes de concreto concluídas (AGESUL)	Disponibilidade de voos diretos (ANAC)
Quantidade anual de rodovias estaduais implantadas, restauradas e pavimentadas.	Indica o desempenho do Estado em concluir pontes de concreto.	Número total de decolagens realizadas em todos os aeroportos do estado.

2. Análise de Gestão

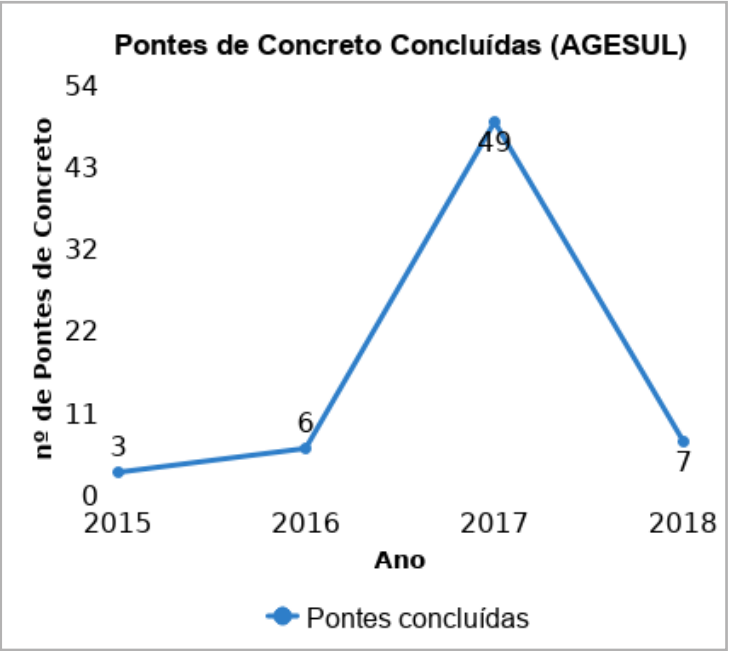
Segundo o gráfico, houve uma **expansão constante** na implantação de rodovias, chegando ao máximo de aproximadamente **1700 KM de novas rodovias** em 2016.

O número de rodovias implantadas em MS, porém, é muito maior que o número de rodovias restauradas e pavimentadas. Dessa forma, ao longo da gestão houve uma **pequena queda na proporção de rodovias pavimentadas**.

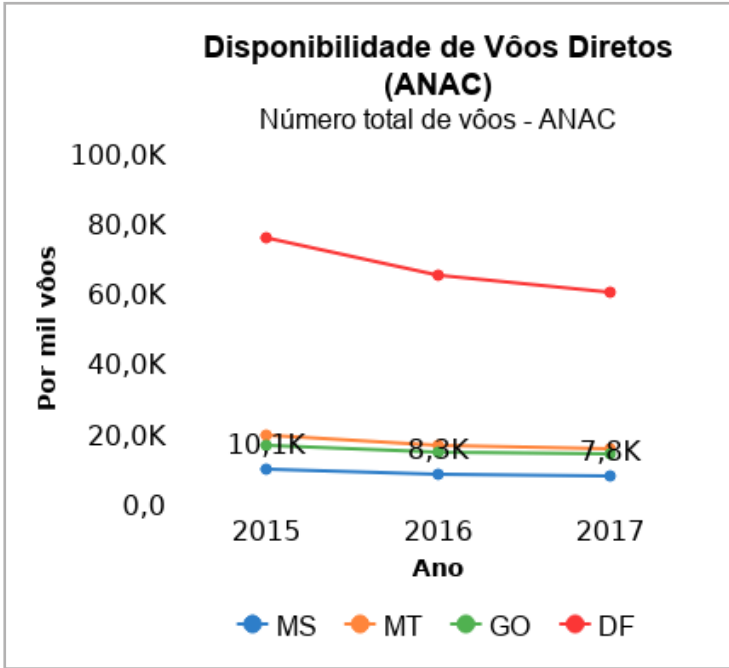


Ao longo dos quatro anos de gestão de Reinaldo Azambuja, **cerca de 65 pontes de concreto foram construídas e finalizadas**. No ano de 2017 houve um pico de conclusões de pontes, com 49 pontes concluídas (aproximadamente 75% de todas as pontes concluídas ao longo da gestão). Em 2018 esse número caiu para 7, muito abaixo de 2017, porém acima de 2015 e 2016.

Esses dados são referentes à conclusão de pontes de concreto. Também foram construídas **4 pontes de madeira**.



Entre 2015 e 2017 houve uma queda do número total de vôos em todos os Estados do Centro-Oeste. **Mato Grosso do Sul é o Estado com o menor número de decolagens vindas de seus aeroportos** dentre todo o Centro-Oeste. Isso pode ser um indício de um gargalo na área, devendo o Estado articular-se nesse quesito com melhor estrutura nos aeroportos e novas rotas de vôos diretos. Os projetos de melhoria nos aeroportos de Bonito e Coxim podem ajudar no desempenho desse indicador.



3. Resumo dos principais projetos da gestão

MELHORIA E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA MALHA VIÁRIA DO ESTADO

Descrição do Projeto: Melhorar e ampliar a infraestrutura viária do estado é uma maneira de incentivar o crescimento, garantindo a sua utilização para o transporte eficiente e mais seguro da população e para o escoamento da produção agropecuária, com obras de pavimentação, implantação, restauração e manutenção das rodovias.

Período de vigência: 2015 a 2018

Recursos investidos Total: R\$ 810.448.371,38;
Pavimentação e Implantação: R\$ 320.471.642,31;
Restauração e Manutenção: R\$ 489.976.729,07.



Principais entregas:
Pavimentação e Implantação: Executados: 177,9km; Em andamento: 203,3km
Restauração e Manutenção: Executados: 537,8 km; Em andamento: 93,0 km

PERENIZAR TRAVESSIAS, OBRAS DE ARTES ESPECIAIS E REFORMAS DE PONTES DE CONCRETO

Descrição do Projeto: Perenizar travessias, obras de artes especiais e reforma de pontes.

Período de vigência: 2015 a 2018

Recursos investidos: R\$ 68.037.458,18

Principais entregas:

- 65 Pontes concluídas
- 5 Pontes em Fase de Execução
- 43 em Fase de Licitação / Projeto



PROJETO CONCESSÃO RODOVIA MS 306

Descrição do Projeto: concessão comum que tem como objeto a adequação de capacidade, reabilitação, operação, manutenção e conservação da Rodovia MS-306

Período de Vigência: Início em julho/2017 e conclusão prevista para 2019

Investimentos Estimados: 1,8 bilhão de reais

Principal entrega: Análise e avaliação dos estudos entregues pelas autorizadas



Municípios beneficiados: Costa Rica, Chapadão do Sul e Cassilândia

MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO

Descrição do Projeto: Atendimento a municípios com pavimentação asfáltica, restauração e drenagem urbana, utilizando recursos de Emendas Parlamentares

Período de vigência: 2015 a 2018

Recursos investidos: R\$ 180.951.101,27

Municípios beneficiados: Água Clara, Aparecida do Taboado, Caarapó, Coxim, Jardim, Campo Grande, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Itaporã, Deodápolis, Fátima do Sul, Ivinhema, Chapadão do Sul, Naviraí, Dourados, Laguna Carapã, Aquidauana, Paraíso das Águas, Sete Quedas, Rio Negro, Sonora e Rio Brilhante.

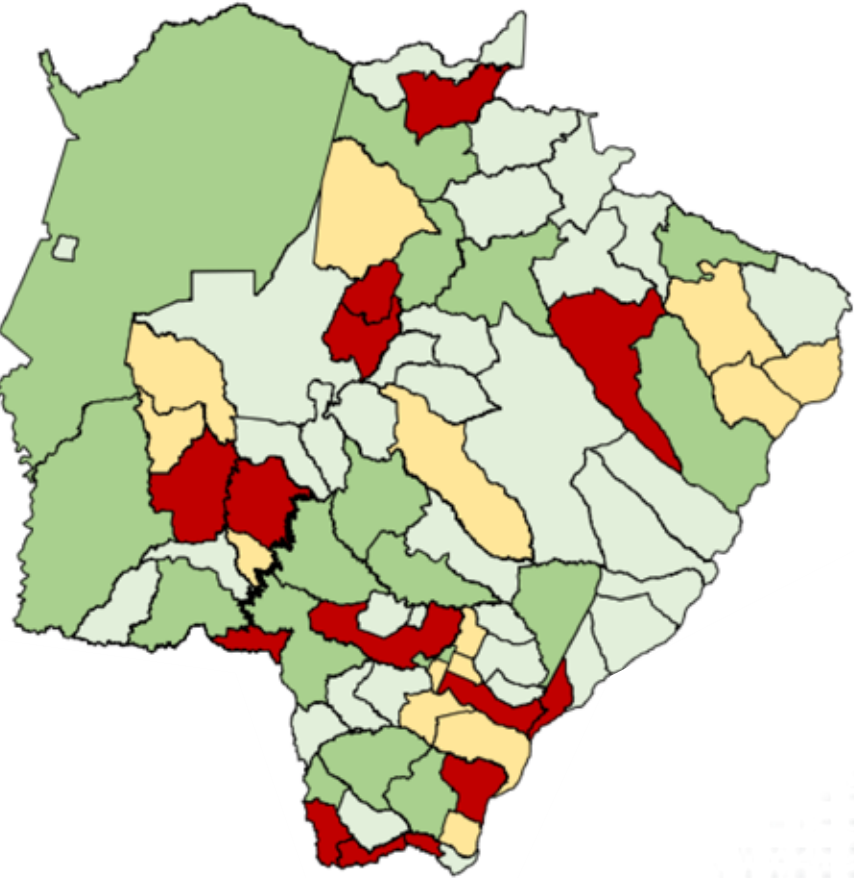


4. Indicadores municipalizados

NÚMERO DE MORTES EM VIAS URBANAS NO ESTADO DE MS POR CEM MIL HABITANTES (ANO BASE: 2016)

0,00	0,00
0,01	7,63
7,64	17,00
17,01	61,59

Sem mortes
Municípios abaixo da média
Municípios acima da média
Piores municípios

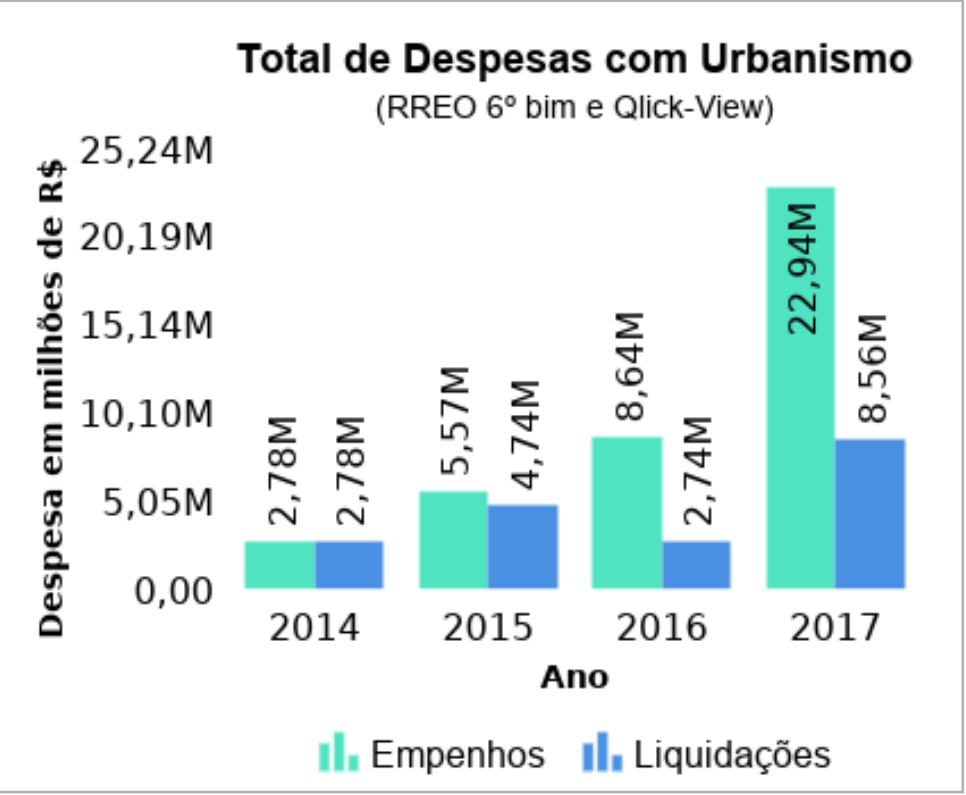


5. Resumo dos gastos da gestão com a diretriz

A função Urbanismo, representada ao lado consta os gastos governamentais com infraestrutura urbana; serviços urbanos; e transportes coletivos urbanos.

Observa-se que houve incremento das despesas em relação a 2014, a exemplo das obras de pavimentação em municípios do interior do Estado.

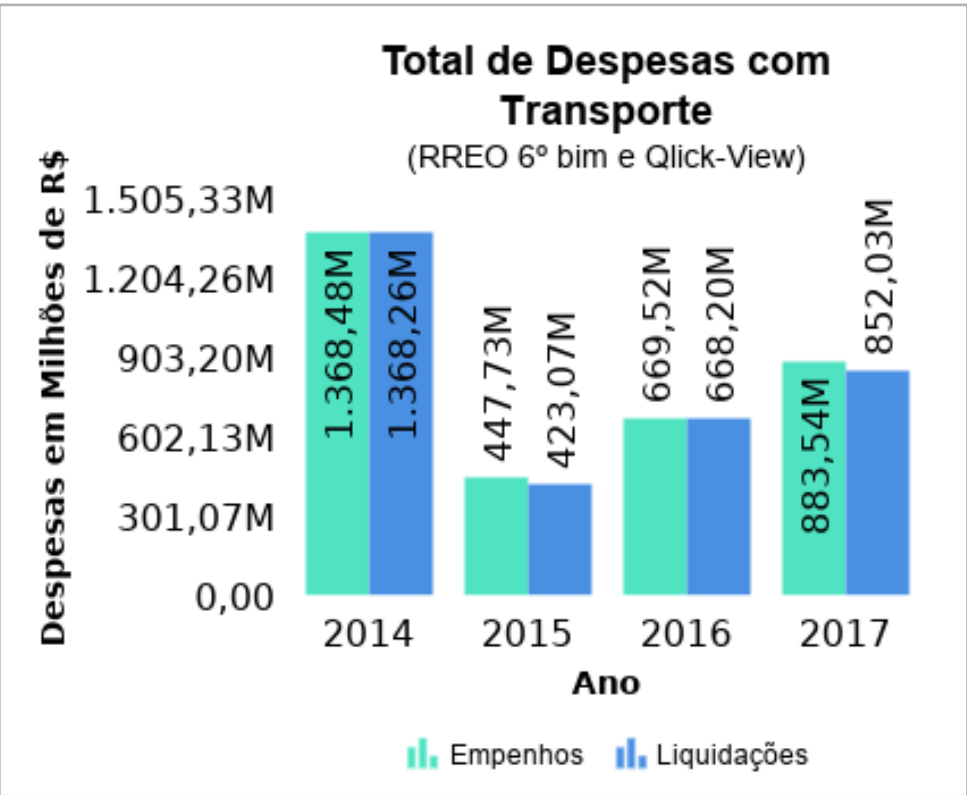
Contudo, a despeito desse **incremento de despesas**, houve também piora no planejamento desses gastos. Aproximadamente **apenas 43% dos empenhos foram liquidados** entre 2015 e 2017.



A função Transporte, representada ao lado consta os gastos governamentais com os modais de transporte: aéreo; rodoviário; ferroviário; hidroviário; e especiais.

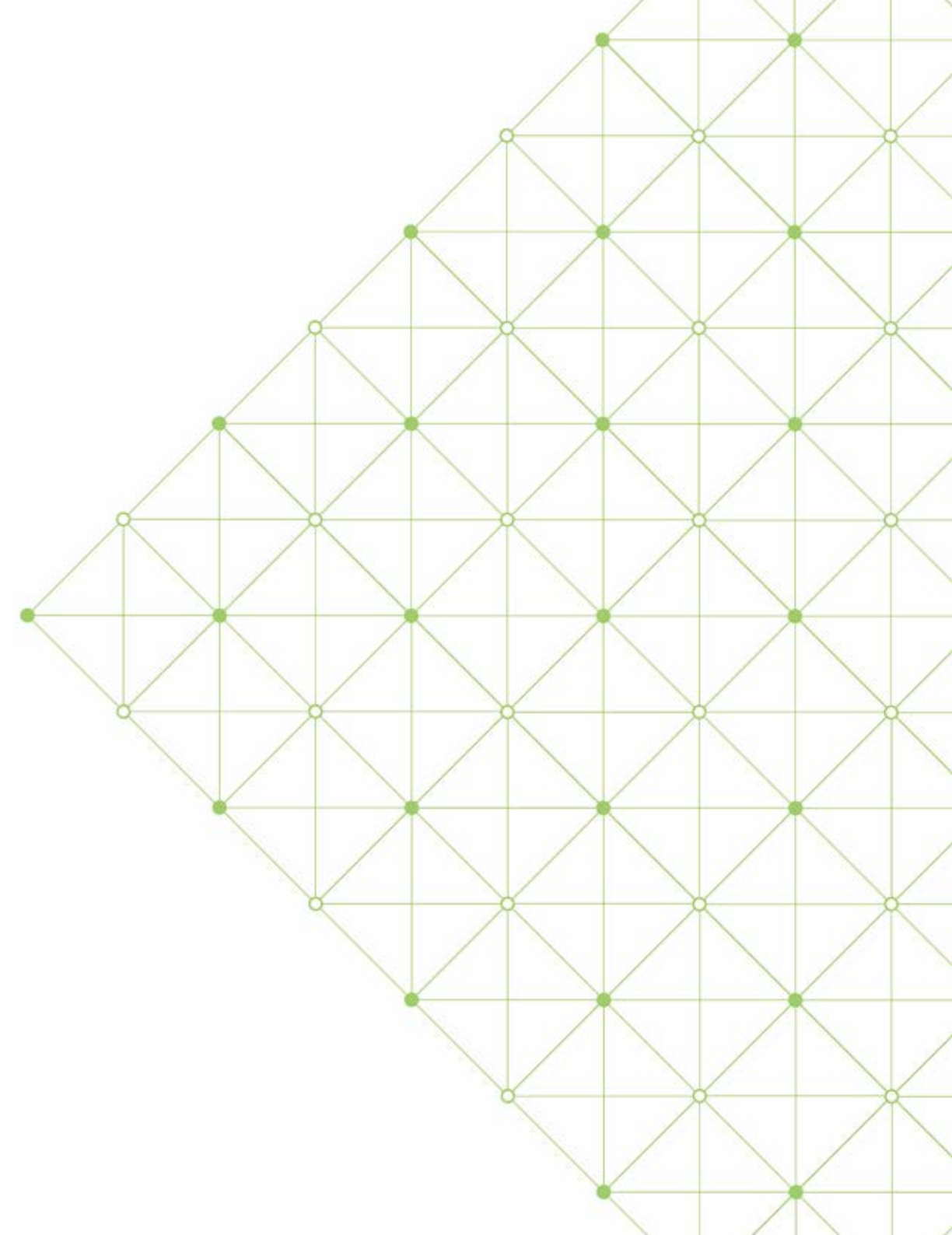
Houve retração de aproximadamente 70% das despesas do governo na função Transporte já no ano de 2015.

Contudo, os esforços da gestão conseguiram elevar gradualmente o patamar de despesas para R\$ 852 milhões em liquidações no fechamento de 2017.



Diretriz Estratégica 13:

Melhorar a estrutura de saneamento ambiental.

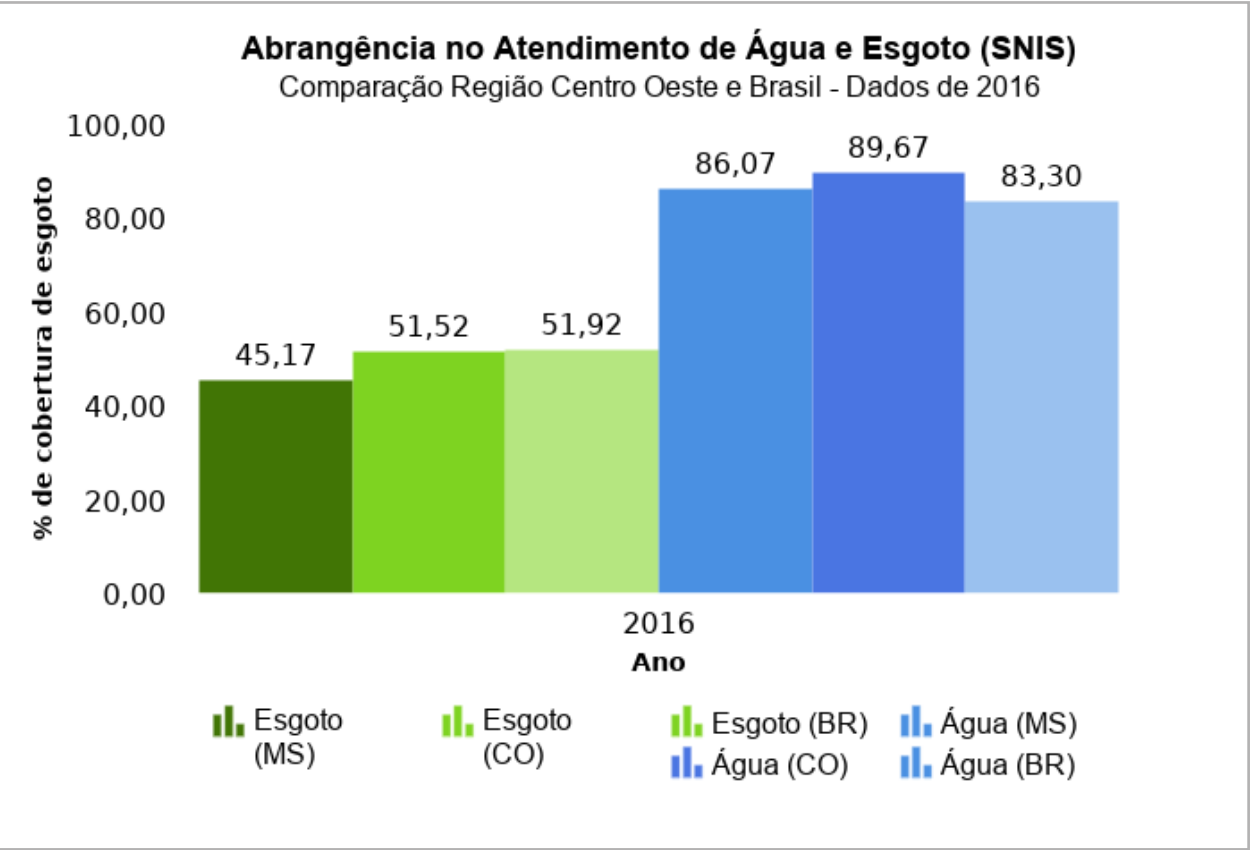


1. Seleção dos indicadores estratégicos

Abrangência no atendimento de água e esgoto (SNIS e SANESUL)	Índice de perda de água (SANESUL)	Custo do Saneamento Básico (CLP)
Indica em percentual a porção das residências e estabelecimentos atendidos pelos serviços de distribuição de água e de esgotamento sanitário.	A “perda” é a diferença entre o volume de água disponibilizado para o abastecimento público e o volume utilizado pela população. Vazamentos, fraudes, erros de medição (macromedidores e hidrômetros ineficientes) são algumas causas das perdas.	Tarifa média praticada pelo serviço de tratamento e distribuição (reais por m³).

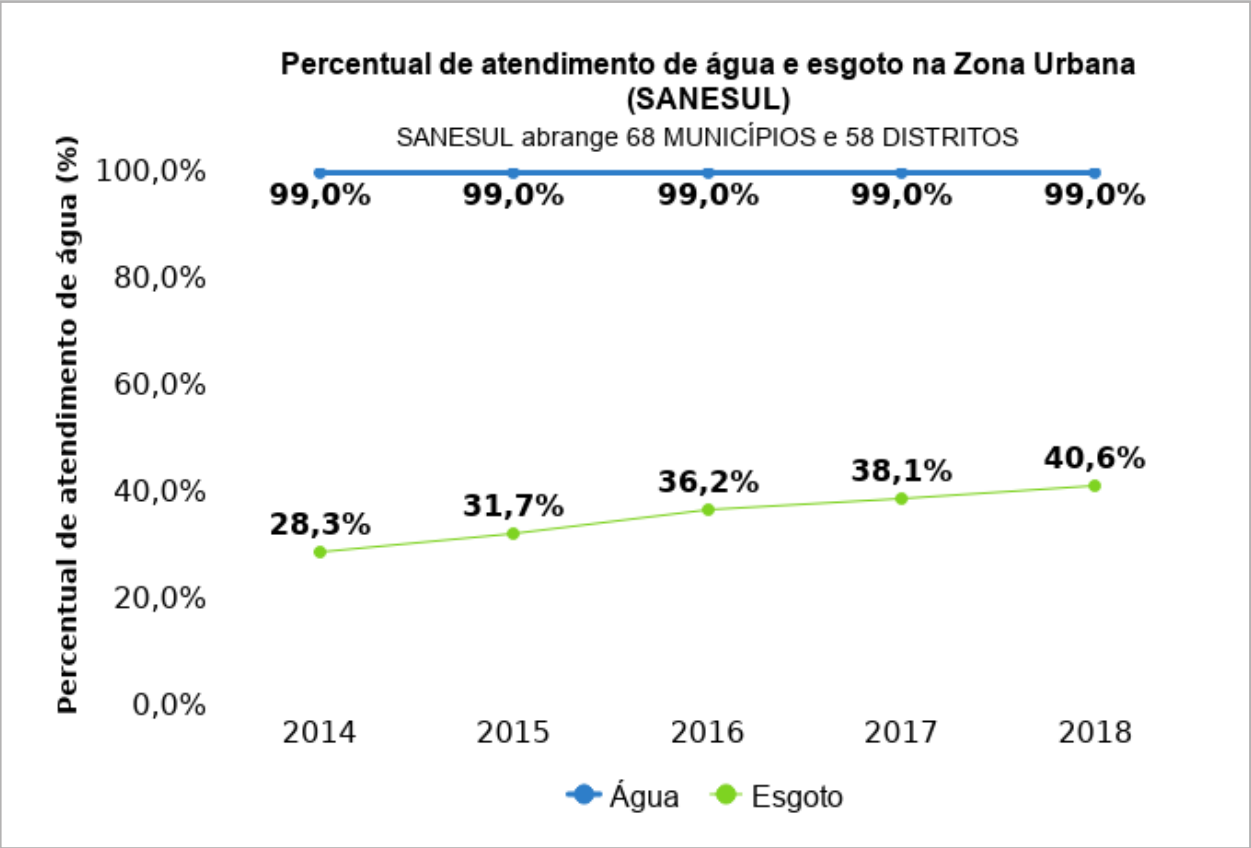
2. Análise de Gestão

A abrangência no atendimento de água e esgoto é um importante indicador por ser, entre outros fatores, transversal, tendo impacto principalmente na área de Saúde. Esse gráfico mostra que **a porcentagem de cobertura de esgoto em MS é a pior em comparação com a média brasileira e a média do Centro-Oeste**. Já a abrangência no atendimento de água MS possui melhor índice que a média nacional, mas está abaixo da média do Centro-Oeste.



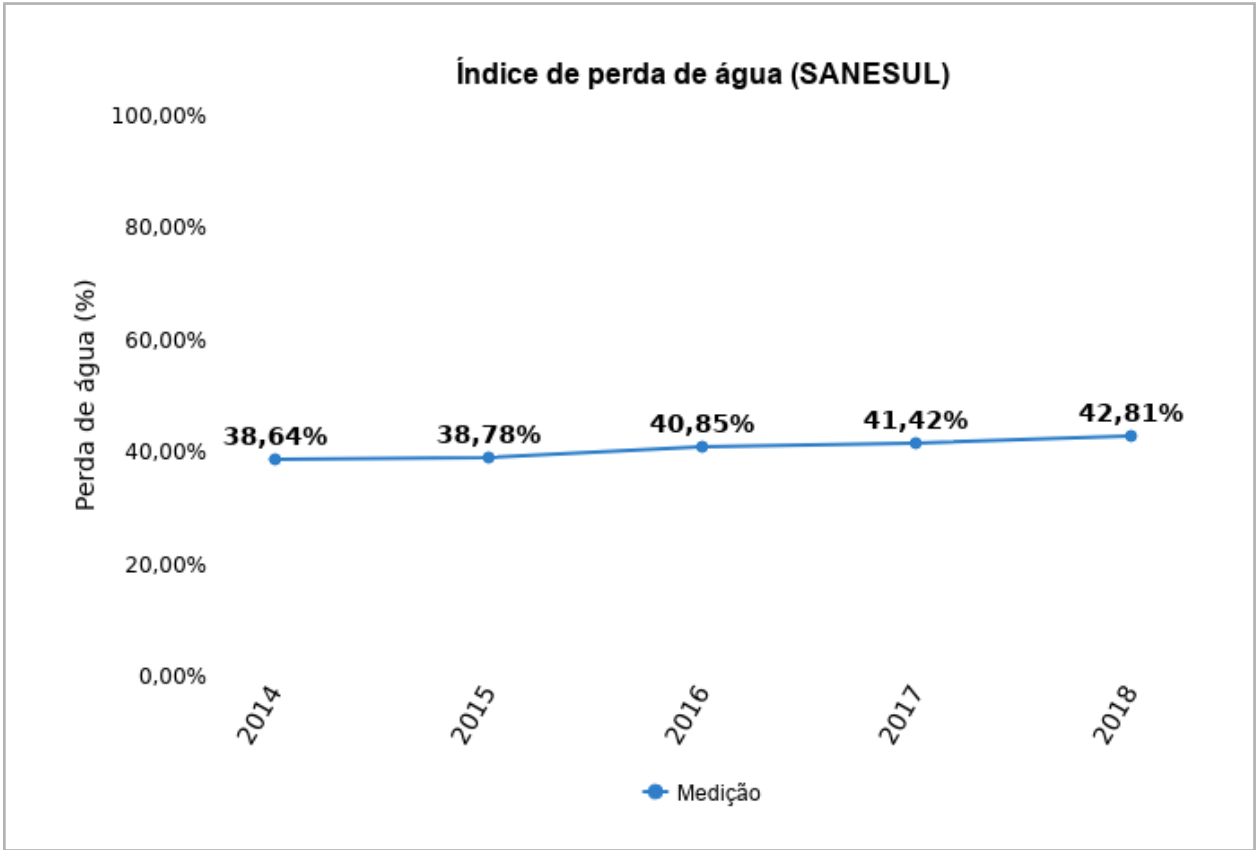
Fica mais clara a compreensão da abrangência de atendimento em água e esgoto quando observamos os dados relativos às Zonas Urbanas de MS. **Percebe-se que o atendimento de água nas Zonas Urbanas é quase integral**, e as deficiências encontradas pelo indicador da SNIS estão concentradas no meio rural.

O percentual de **abastecimento de esgoto** nessas áreas, apesar do crescimento constante desde 2014, está **levemente abaixo do percentual do Estado** como um todo, de acordo com o dado da SNIS. Está em andamento um **projeto de PPP** que visa **universalizar o atendimento de esgoto**.



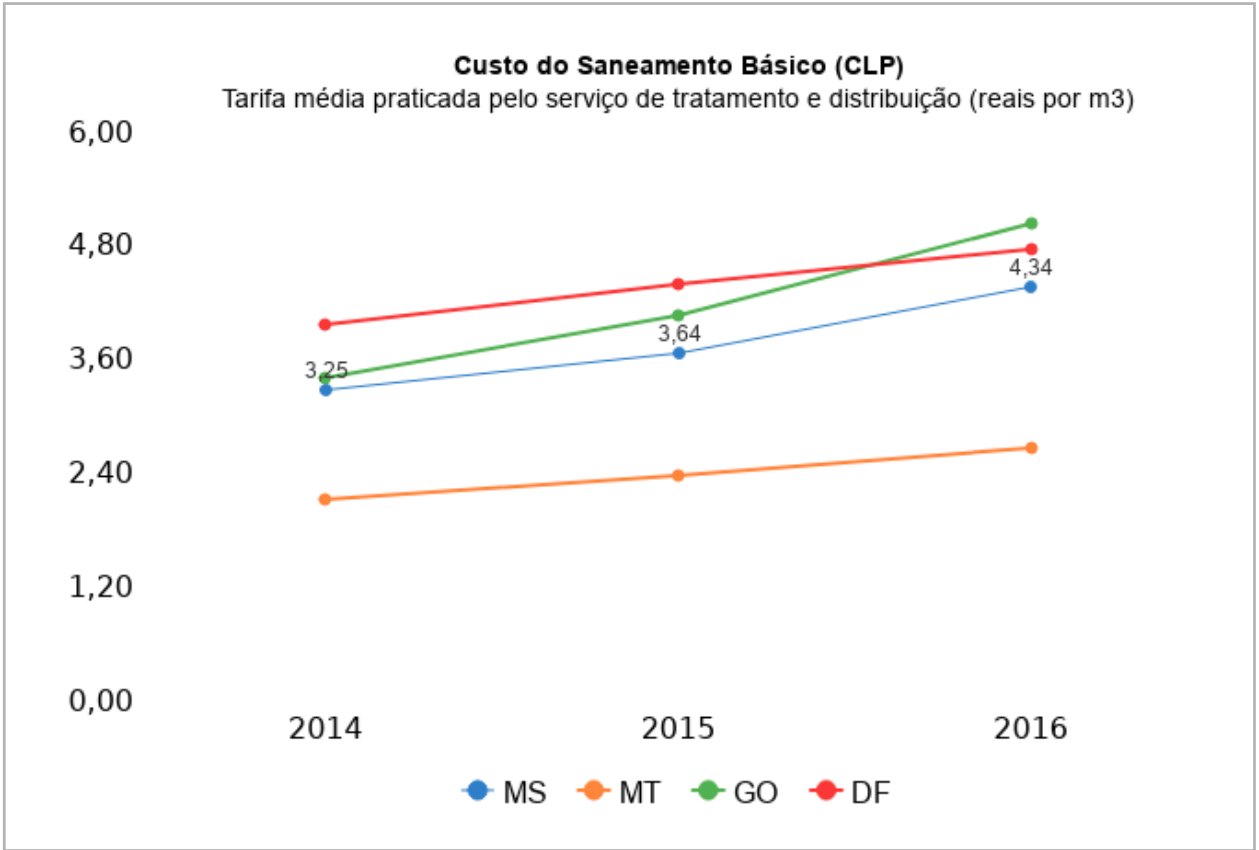
A boa gestão hídrica impacta para além da economia, e demonstra compromisso com a sustentabilidade ambiental e social.

Nesse sentido, a gestão hídrica em Mato Grosso do Sul se mostra ineficiente e tem piorado de maneira significativa. Durante a gestão atual, houve piora crescente do índice de perda de águas, **atingindo o alarmante valor de 42,81% em 2018.**



No período de 2014 a 2016 o Estado de Mato Grosso do Sul acompanhou o restante dos estados da região centro-oeste na média de **aumento nas tarifas praticadas para o saneamento básico.**

Associado ao Índice de Perda de água, que também sofreu elevação no mesmo período, pode-se afirmar que os custos da ineficiência na gestão hídrica têm sido transferidos para a sociedade.



3. Resumo dos principais projetos da gestão

INFRAESTRUTURA EM SANEAMENTO BÁSICO

Descrição do Projeto: Implantação de obras para Ampliação e/ou Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água; e implantação de obras para Ampliação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário.

Período de vigência: 2016 a 2018

Recursos investidos:

Total: R\$ 247.004.352,65

Esgoto: R\$ 63.561.459,61

Água: R\$ 180.694.692,61

Perdas de Água: R\$ 2.748.200,43

Municípios beneficiados:

68 municípios do Estado



PROJETO PPP ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Descrição do Projeto: Parceria público-privada que tem como objeto a implantação, expansão, reabilitação, operação e manutenção dos **sistemas de esgotamento sanitário** nos municípios atendidos pela Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul – SANESUL.

Período de vigência: Início em jun/2016 e Conclusão prevista para 2019

Investimentos Estimados: R\$ 3 bilhões



Principais entregas:

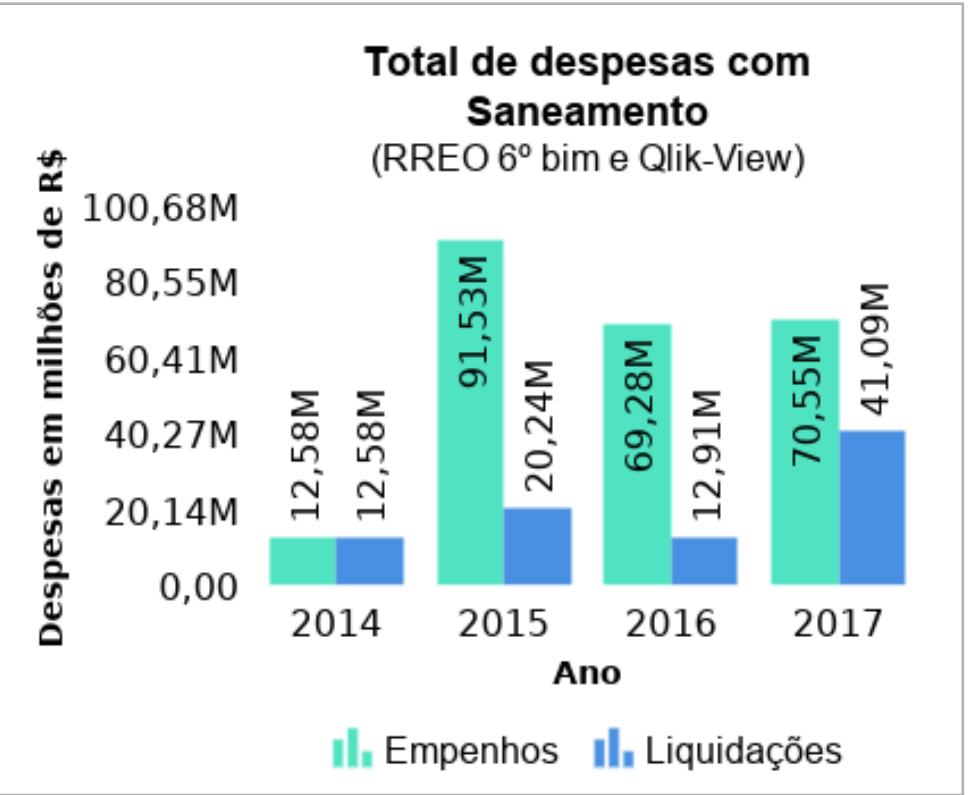
- Revisão de modelagem técnica e operacional para composição de CAPEX e OPEX;
- Análise e revisão do Value for Money;
- Construção da matriz de riscos, com alocação e precificação de riscos;
- Definição de indicadores de desempenho;
- Revisão das minutas de Edital de Licitação e do contrato de PPP.

5. Resumo dos gastos da gestão com a diretriz

A função saneamento, representada ao lado consta os gastos governamentais com Saneamento básico rural e urbano. Os números apresentados aqui, porém, **não refletem o orçamento da SANESUL**, principal agente de investimentos em saneamento básico do Estado.

Observa-se que houve **incremento das despesas** em saneamento em relação a 2014. Certamente, o Estado de MS tem evoluído nas despesas para alcançar a universalização do atendimento de esgoto, ao menos na zona urbana.

Contudo, a despeito desse incremento de despesas, houve também piora no dimensionamento dos recursos. Aproximadamente **35% dos empenhos foram liquidados** entre 2015 e 2017.



Diretriz Estratégica 14:

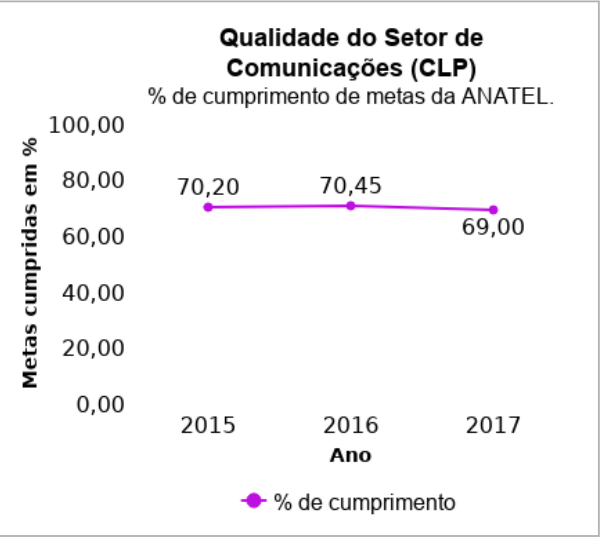
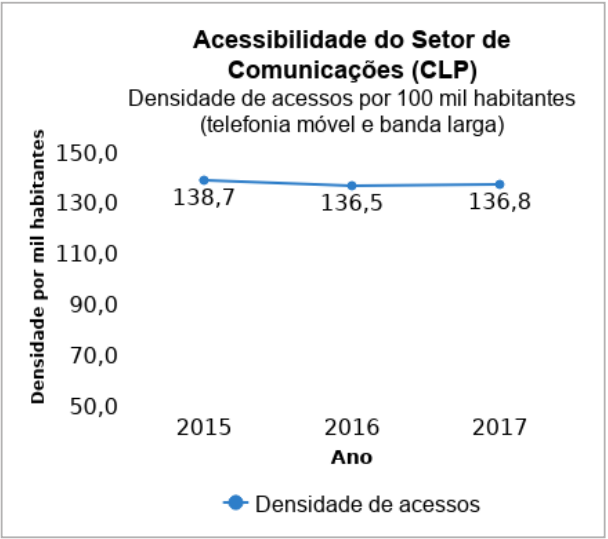
Viabilizar e modernizar a infraestrutura em tecnologia da informação e comunicação.

1. Seleção dos indicadores estratégicos

Acessibilidade no serviço de telecomunicações (CLP)	Qualidade no serviço de telecomunicações (CLP)
Densidade de acessos por 100 mil habitantes (telefonia móvel e banda larga).	Média do ranking de banda larga fixa e de telefonia móvel (percentual de indicadores com cumprimento de metas).

2. Análise de Gestão

Os indicadores desta diretriz foram retirados do **Ranking de Competitividade** do Centro de Liderança Pública (CLP). Eles indicam que houve uma **leve retração** na qualidade e na acessibilidade do Setor, que envolve telefonia móvel e banda larga. O MS possui a **4ª melhor acessibilidade e a 13ª qualidade** entre os estados brasileiros.



3. Resumo dos principais projetos da gestão

PROJETO PPP MS DIGITAL

Descrição do Projeto: Parceria público-privada que tem como objeto a prestação de serviços de transporte de voz, dados e imagem, mediante construção, operação e manutenção de **infraestrutura de rede de fibra óptica de alta capacidade**, interligando todos os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul e todos os equipamentos das unidades públicas estaduais.

Período de vigência: início em jan/2017 e conclusão prevista para 2019.

Recursos investidos: Sem investimento do Estado

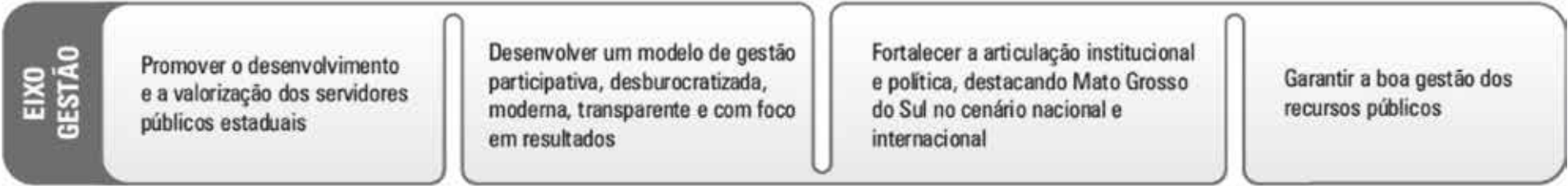
Principais entregas:

- Revisão de modelagem técnica para composição de CAPEX e OPEX;
- Análise e revisão do Value for Money;
- Construção da matriz de riscos, com alocação e precificação de riscos;
- Definição de indicadores de desempenho;
- Revisão das minutas de Edital de Licitação e do contrato de PPP.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

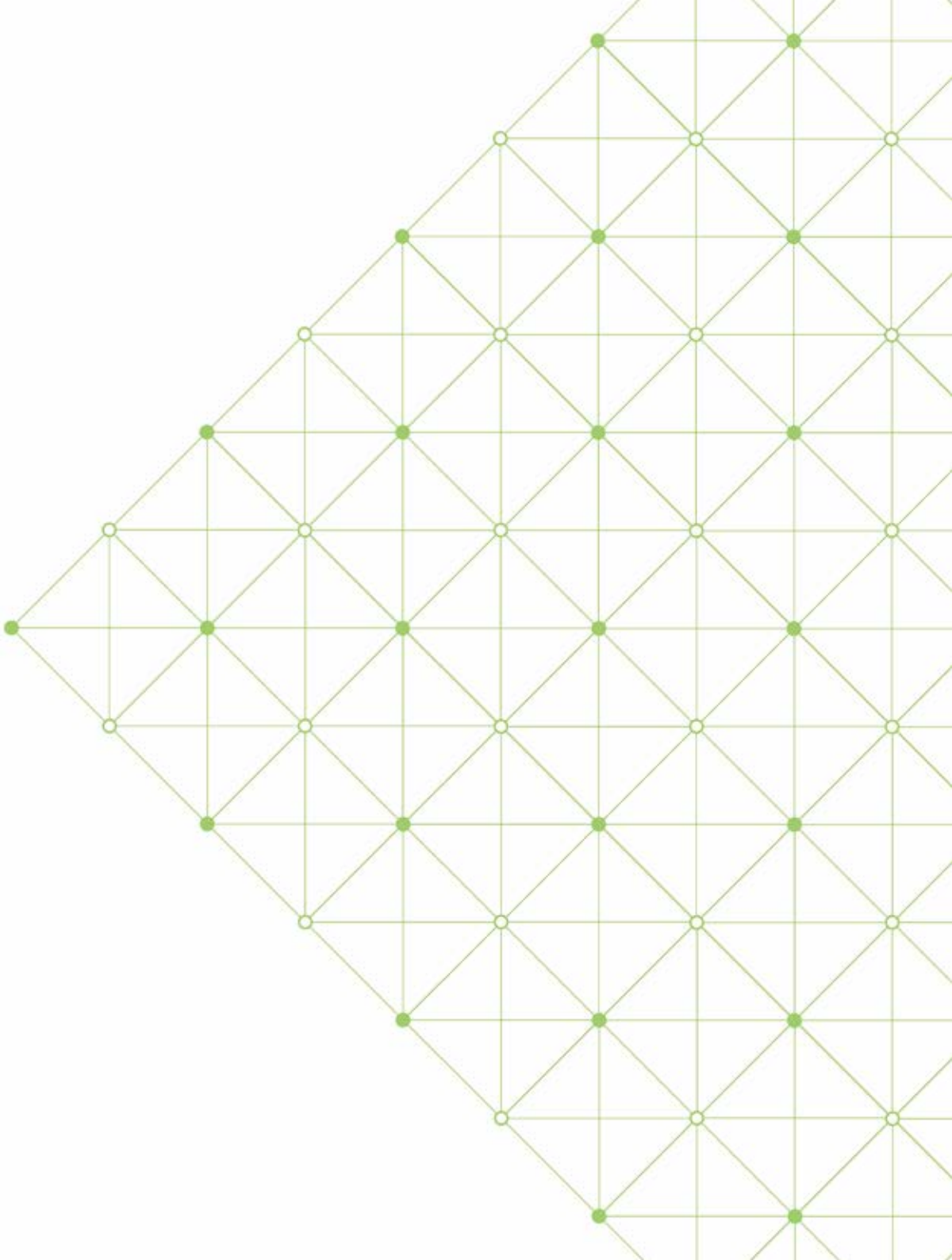
Mensagem 2019: EIXO GESTÃO

EIXO GESTÃO



Diretriz Estratégica 15:

Promover o desenvolvimento e a valorização dos servidores públicos estaduais.



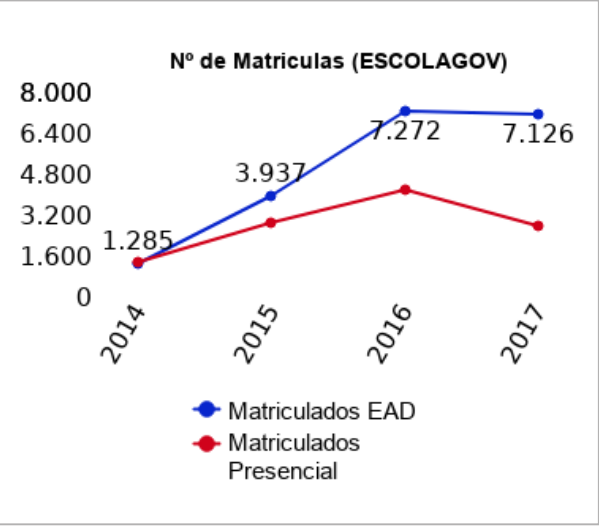
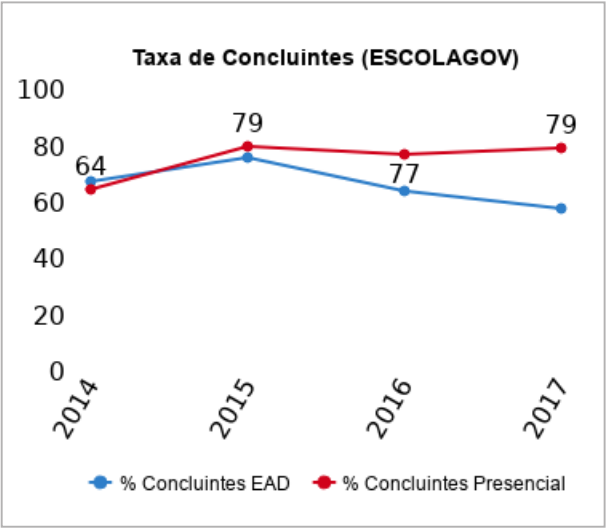
1. Seleção dos indicadores estratégicos

Número de Matrículas em cursos da Escola de Governo (ESCOLAGOV)	Taxa de Concluintes (ESCOLAGOV)	Indicadores do Ciclo de Gestão por Competências (SAD)
O indicador procura entender o número de matrículas presenciais e EAD, com o objetivo de aumentar a amplitude da oferta de cursos da Escola de Governo.	O indicador procura entender a porcentagem dos servidores matriculados em cursos presenciais e à distância que chegaram ao final do curso.	Porcentagem de adesão ao Ciclo; Porcentagem de 1º acompanhamento com menos de 100 caracteres; Porcentagem de PGDIs com menos de 4 entregas.

2. Análise de Gestão

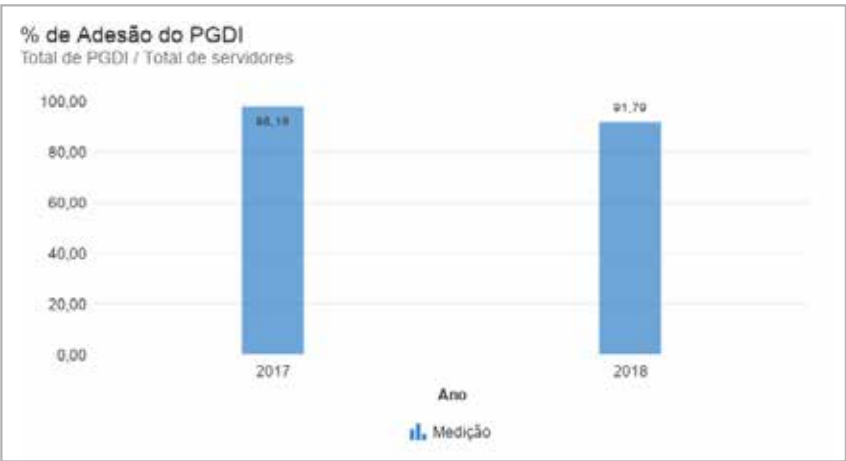
Ainda são **poucos os indicadores relacionados aos servidores**, o que demonstra que há um caminho a percorrer para entender a realidade do servidor de MS. Questões como satisfação, absenteísmo e saúde são indicadores a serem explorados na próxima gestão.

Os indicadores da **Escola de Governo**, por outro lado, estão positivos. Houve **aumento considerável no número de alunos** nos cursos ofertados pela ESCOLAGOV. Além disso, não houve maior desistência, como seria de esperar, mas sim, **aumento na taxa de conclusão dos cursos**.



Os indicadores da **Gestão por Competências** foram criados para monitorar o ciclo de gestão, entendendo qual a abrangência e o comprometimento dos líderes e dos liderados com a realização das diferentes etapas do processo. Os indicadores demonstram que houve **pequena queda no desempenho do ciclo** entre 2017 e 2018.

Os **próximos passos** devem considerar a criação de **indicadores de resultados** do ciclo, relacionados à **satisfação, ao desenvolvimento e à valorização** dos servidores.



3. Resumo dos principais projetos da gestão

GESTÃO POR COMPETÊNCIA

Descrição do Projeto: Desenvolvimento de técnica de mapeamento das competências para o executivo estadual; Elaboração do formulário para planejamento das entregas dos servidores denominado Plano de Gestão de Desempenho Individual (PGDI); e Elaboração de formulário de avaliação de competências.

Período de vigência: 2015 a 2018.

Recursos investidos: não informado.

Principais entregas: Elaboração e publicação dos mapas de competências de todas as unidades gestoras do poder executivo estadual; Ciclo de gestão de desempenho implantado em todo o poder executivo estadual - 32 órgãos participantes; Alinhamento da legislação de avaliação de desempenho e promoção; Envolvimento dos sindicatos durante todo processo; Capacitação dos servidores para participar da Gestão por Competência; Alinhamento dos cursos da escola de governo às ações de desenvolvimento do PGDI.



GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Descrição do Projeto: Simplificação do processo de aposentadoria: Diagnóstico e Proposições de ações para melhoria da Gestão Previdenciária no MS.

Período de vigência: 2015 a 2016

Recursos investidos: custeio

Principais entregas: Redução em 10% no tempo de execução do processo dentro da AGEPREV; Censo Previdenciário - 287 servidores com recebimentos bloqueados; **Previsão de economia mensal para o Estado: R\$ 689.945,05**; Servidores com pagamento bloqueado tiveram até março de 2017 para regularização; Avaliação e revisão das normas e procedimentos - análise de conformidade na concessão dos benefícios previdenciários.

Mais rapidez no processo de aposentadoria em Campo Grande:

- Da abertura à publicação: de 194 (2014) para 150 (2015) dias.
- Da entrada à saída da AGEPREV: de 45 (2014) para 31 (2015) dias.

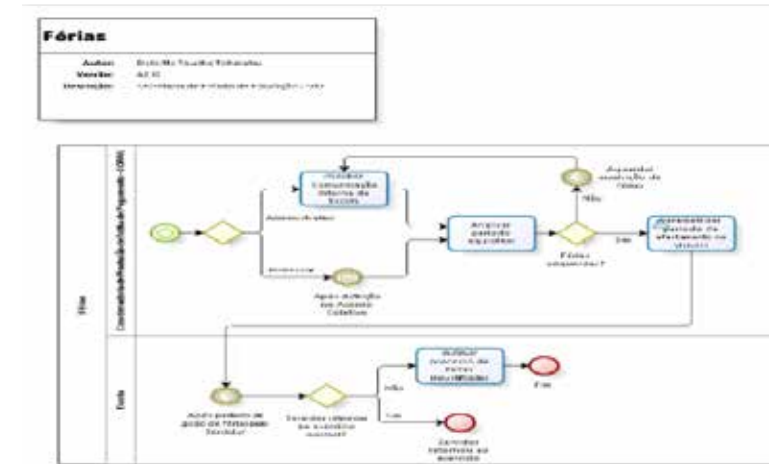
SIMPLIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS E DA FOLHA DE PAGAMENTO.

Descrição do Projeto: Realizada a auditoria da folha de pagamento e o mapeamento de processos de Recursos Humanos, a SAD iniciou a **modernização de 12 processos com articulação em todos os órgãos.**

Período de vigência: 2015 a 2018

Recursos investidos: R\$ 1.593.989,97

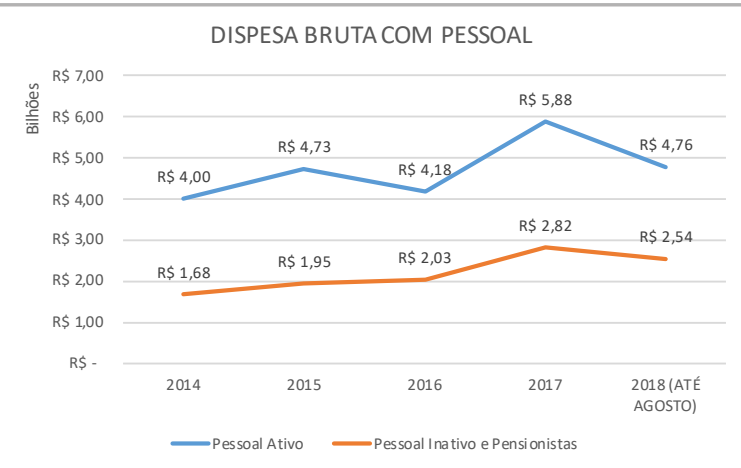
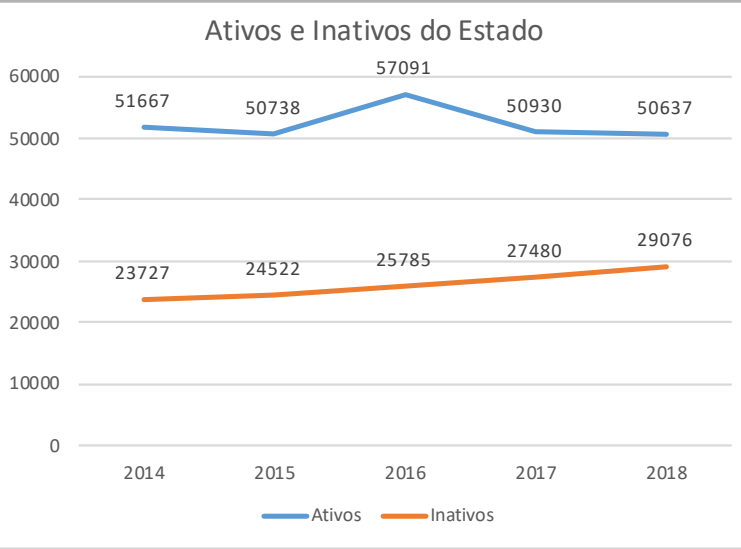
Principais entregas: Mapa de servidores que atuam em serviços de recursos humanos. Mapa de macroprocessos; **50 fluxos de processos foram modelados** pela consultoria com recomendações acerca de cada processo. Diagnóstico dos processos de gestão da vida funcional; Remodelagem de processos; **Redução de tempo de pelo menos 17 processos** que não necessitam de assinatura do Governador; 12 processos deixaram de passar pelo jurídico da SAD.



5. Resumo dos gastos da gestão com a diretriz

A **Despesa Bruta** com pessoal foi retirada do **Relatório de Gestão Fiscal** (Portal da Transparência), enquanto o **número** de servidores foi uma média do número mensal publicado no **Portal de Informações de Pessoal** (SAD).

Houve um **aumento considerável no número de inativos do Estado**, que incorreu em 23% a mais nas despesas com inativos. **Na parte dos ativos, houve uma diminuição de 2%** no número total, se comparado com 2014. Porém, é importante destacar **o aumento de 6,4 mil servidores no ano de 2016** com as convocações para os quadros de professores, normalizada no ano de 2017.



Ainda com a normalização do número de servidores em 2017, foi registrado um salto de 1,7 bilhão de reais na folha de ativos e 0,8 bilhão na folha de inativos, totalizando um aumento de 2,5 bilhão somente no ano.

Para 2018 os relatórios contábeis de gasto de pessoal são publicados somente em 30 de janeiro, data posterior à elaboração deste documento.

Diretriz Estratégica 16:

Desenvolver um modelo de gestão participativa, desburocratizada, moderna, transparente e com foco em resultados.

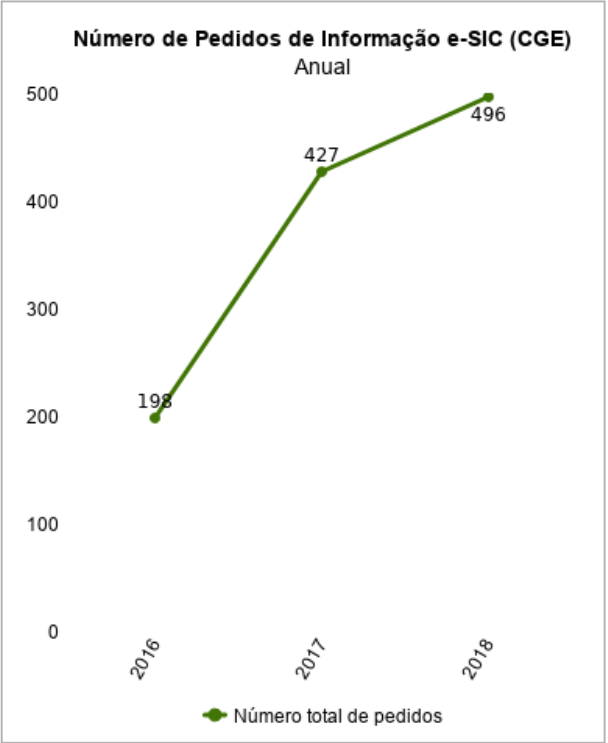
1. Seleção dos indicadores estratégicos

Número de pedidos de informação (CGE)	Nota da Transparência (CGU)	Desempenho das Secretarias no Contrato de Gestão (SEGOV)
Soma do número de pedidos de informações no Sistema e-SIC ao longo do ano vigente.	Mede a transparência pública em estados e municípios brasileiros. É a Escala Brasil Transparente (EBT), metodologia criada pela Controladoria-Geral da União para avaliar o grau de cumprimento às normas de Lei de Acesso (Lei 12.527/2011).	Média global referente às notas das secretarias em indicadores e iniciativas no Contrato de Gestão.

2. Análise de Gestão

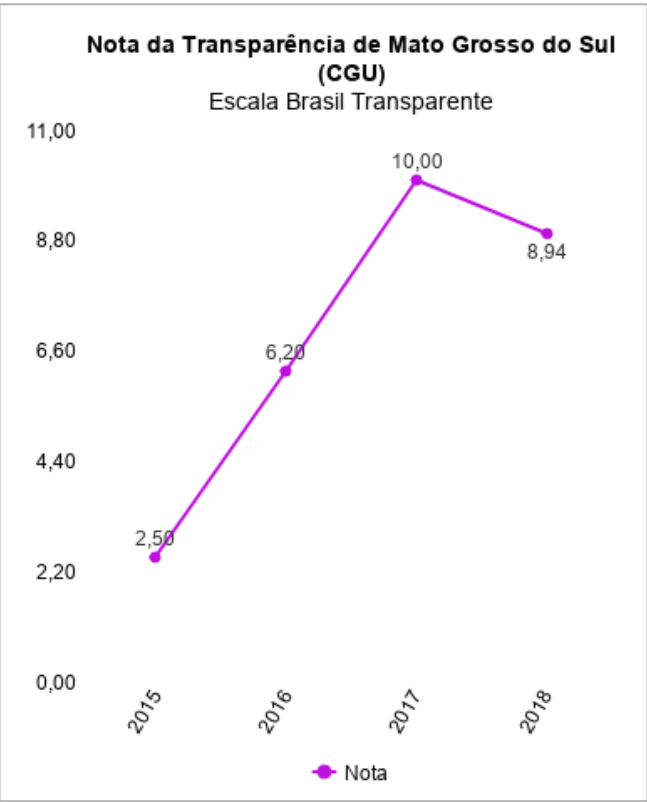
O número de pedidos de Informação pela e-SIC é um **bom indicador de gestão participativa e de transparência**, pois mostra o quanto a cidadã e o cidadão estão indo atrás de informações do Estado e o quanto eles acham legítimos os meios pelos quais o Estado disponibiliza as informações.

Percebe-se que **houve um aumento significativo entre 2016 e 2018** nos pedidos de informações pelo e-SIC, mais do que dobrando a quantidade de pedidos.



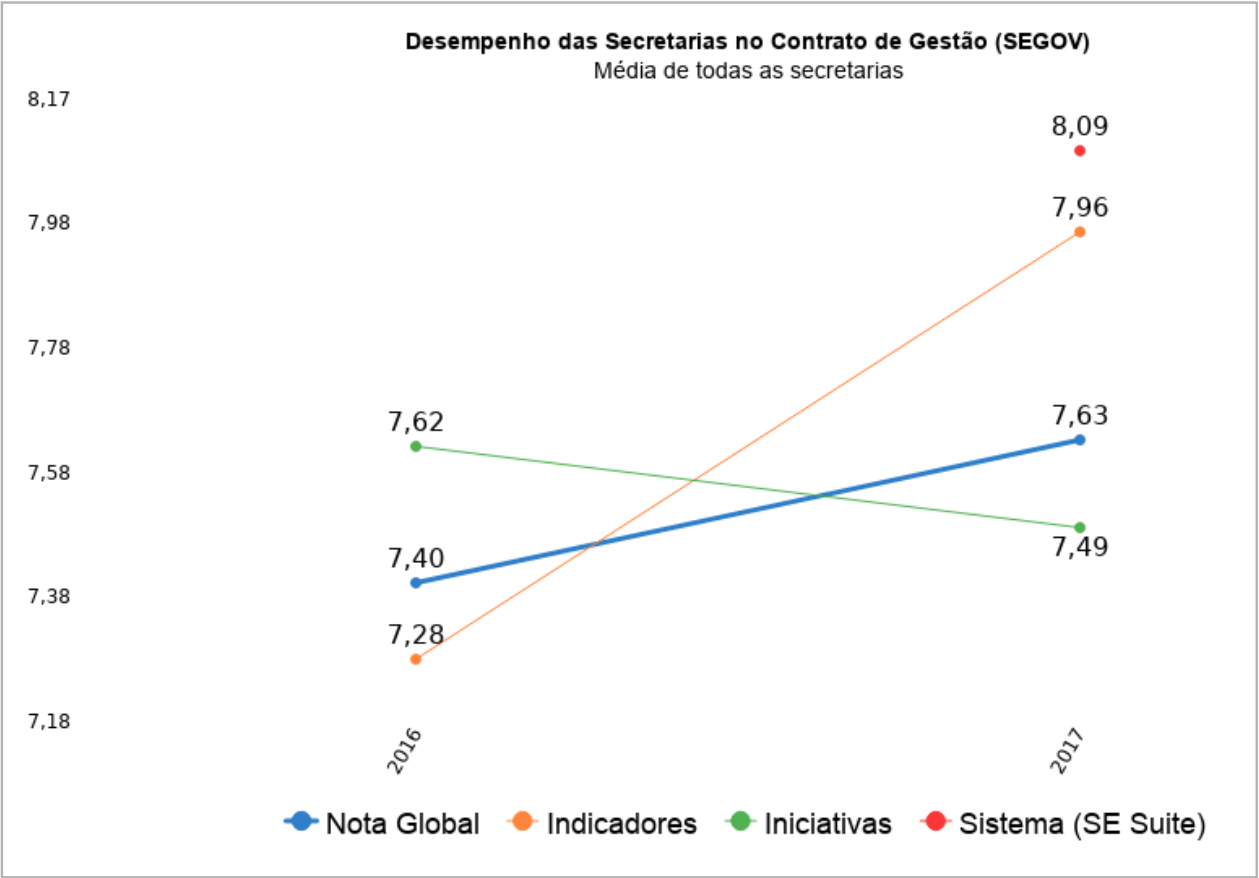
Criado pela CGU e Composto de quesitos que cobrem aspectos da regulamentação do acesso à informação e a existência e funcionamento do **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)**, a nota de Transparência de Mato Grosso do Sul é um bom indicador de transparência do Estado.

Entre 2015 e 2017 houve expressivo aumento na nota do Estado, atingindo a **pontuação máxima em 2017**. Em 2018, houve uma **mudança na metodologia** de composição da nota para contemplar não só a transparência passiva, mas também a transparência ativa, ou seja, a publicação de informações na internet. Nesse sentido, **caiu a pontuação do Estado** e o MS passou de primeiro lugar no ranking dos estados, posição que era compartilhada com outros 12 estados, para sexto.



O desempenho da secretarias no Contrato de Gestão sinaliza o quanto o Estado está conseguindo entregar em relação àquilo que é planejado e estratégico. É importante ressaltar que apesar deste indicador ter polaridade positiva (quanto maior melhor), atingir a nota máxima pode ser um sinal ruim tendo em vista que as iniciativas e metas podem ter sido sub-dimensionadas.

Tendo isso em mente, pode-se afirmar que o **Estado teve um bom desempenho no cumprimento da agenda estratégica** tanto em 2016 como em 2017, com uma melhora de um ano para o outro.



3. Resumo dos principais projetos da gestão

CONSOLIDAR MODELO DE GESTÃO ORIENTADO PARA RESULTADOS

Descrição do Projeto: Busca-se intensificar as ações e atividades estratégicas do Estado, direcionando a **tomada de decisão das lideranças e fomentando a cultura de gestão do Estado**. O ciclo de monitoramento leva à identificação, ao monitoramento e à avaliação de iniciativas que venham compor o contrato de gestão e a **carteira estratégica de projetos do Estado**.

Período de vigência: a partir de 2015

Recursos investidos: R\$ 1.442.070,00



Principais entregas: Transparência nas ações do Estado e prestação de contas à sociedade; Melhoria da gestão pública estadual; Consolidação da gestão gerencial: **Planejamento, monitoramento, avaliação e proposição de ações corretivas**; Aprimoramento da avaliação dos resultados pactuados; Definição de indicadores qualitativos.

IMPLEMENTAR O SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA NO GOVERNO

Descrição do Projeto: Implementação do sistema de **gestão integrada SE Suíte** que abrange as diversas áreas da gestão organizacional pública para melhor atender todas as necessidades de gestão do Estado do MS. O sistema é composto por **módulos específicos**, tais como gestão estratégica, de projeto, de processos, documentos e por competências.

Período de vigência: 2016 a 2017

Recursos investidos: R\$ 1.500.600,00



Principais entregas: Módulos implementados: COM (estratégia); PPM (projetos); HDM (gestão por Competências); BPM (processos); ECM (documentos).

ESTRUTURAÇÃO DA OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO

Descrição do Projeto: objetiva a estruturação da **sis-temática de Ouvidoria** no âmbito do poder Executivo Estadual; e a implementação de um canal de **comunicação entre os cidadãos e a Administração Pública Estadual**, por meio das manifestações de ouvidoria (denúncia, reclamação, sugestão, solicitação e elogio), colaborando como ferramenta de gestão pública, visando aproximá-los do Poder Público e mitigando as falhas a que o Estado está sujeito.

Período de vigência: 2017 a 2018

Recursos investidos: Apenas custeio

Principais entregas: Adesão ao sistema eletrônico **(e-OUV)** para o registro e o tratamento das manifestações de ouvidoria (denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios) enviadas por cidadãos a órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual; e Estruturação de Unidades Seccionais e Setoriais de Ouvidoria.

ESTRUTURAÇÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DO ESTADO (CRG)

Descrição do Projeto: O principal objetivo foi o de consolidar as atividades relativas à correição no poder executivo estadual, assim como garantir a adoção de sistemas oficiais para auxílio nas ações realizadas pela Corregedoria.

Período de vigência: 2017 a 2018

Recursos investidos: Apenas custeio

Principais entregas: Regulamentação e implementação da adesão ao Sistema Integrado de registro do CEIS e CNEP, Sistema Integrado que cadastra empresas inidôneas e punidas, no âmbito da Lei de Licitações e da Lei Anticorrupção; Implementação do CGE PAD como sistema de controle de andamento de processos; Abertura de 2 PAR's (Processo de Apuração de Responsabilidade) e 6 PAD's (Processo Administrativo Disciplinar). Atualmente, apenas 6 Estados e o Distrito Federal realizam aberturas de PAR no Brasil.

CONTROLADORIA NA ESCOLA

Descrição do Projeto: Projeto de Controle Social organizado pela CGE cujo objetivo é incentivar e propiciar, de maneira lúdica e pedagógica, a **participação efetiva e direta dos estudantes na organização das políticas públicas.**

Período de vigência: 2018

Recursos investidos: R\$ 15.000 - Fundo de Cultura de Mato Grosso do Sul.

Principais entregas: Peça Teatral sobre a temática de cidadania, controle social e protagonismo estudantil; Auditorias Cívicas sobre as condições de infraestrutura; projetos de resolução de problemas organizados pelos estudantes e monitorado pela Ouvidoria-Geral.



Escolas participantes do projeto: Escola Estadual Maestro Heitor Villa Lobos; Escola Estadual José Antônio Pereira; Escola Estadual Padre João Greiner; Escola Estadual Professor Carlos Henrique Schrader; Escola Estadual Sebastião Santana de Oliveira.

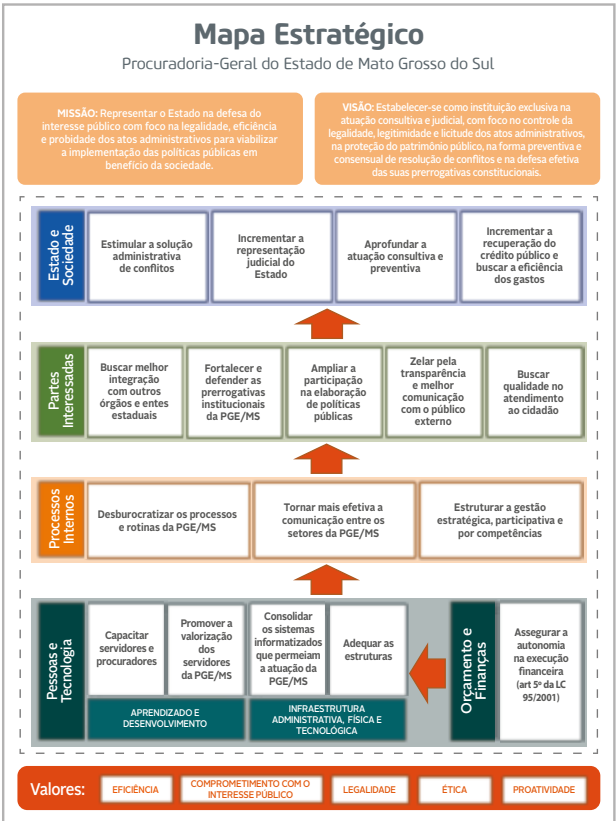
NÚCLEO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA PGE – NGE/PGE

Descrição do Projeto: O projeto visa a implementação do Núcleo de Gestão Estratégica da PGE/MS, órgão vinculado ao gabinete da PGE/MS e responsável pelo desenvolvimento, coordenação e operacionalização da gestão estratégica da instituição.

Período de vigência: 2018

Recursos investidos: custeio

Principais entregas: Elaboração do Book da instituição demonstrando, de forma pormenorizada, as iniciativas estratégicas de 2018 a 2023. Mapa estratégico contendo as diretrizes de atuação da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul.



EMIÇÃO DE BILHETE DE PASSAGEM ELETRÔNICO

Descrição do Projeto: Implantar o bilhete de passagem eletrônico de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de passageiros.

Período de vigência: 2017

Recursos investidos: Apenas custeio



Principais entregas: Em setembro/2017 foi o primeiro Estado a disponibilizar o sistema em produção. Toda a sistemática está pronta e disponível para gerar os bilhetes eletrônicos. Módulo implementado no ICMS Transparente e relatórios gerenciais. cinco empresas já emitindo bilhetes eletrônicos de forma experimental, iniciado pela empresa Gontijo de Transportes.

CADASTRO DA AGROPECUÁRIA – BAIXA AUTOMÁTICA

Descrição do Projeto: Implementar a baixa automática de contribuintes da agropecuária (CAP)

Período de vigência: 2016 e 2017

Recursos investidos: Apenas custeio

Principais entregas: Sistemática de baixa automática implantada. Contribuintes do setor agropecuário.



ICMS TRANSPARENTE

Descrição do Projeto: Disponibilizar a funcionalidade de abertura de processos via portal ICMS Transparente

Período de vigência: 2017

Recursos investidos: Apenas custeio

Principais entregas: Portal ICMS Transparente com a funcionalidade disponibilizada



DOCUMENTO FISCAL ELETRÔNICO

Descrição do Projeto: Implementar o documento fiscal eletrônico do varejo

Período de vigência: 2017

Recursos investidos: Apenas custeio

Principais entregas: Legislação publicada. Portal ICMS Transparente com a funcionalidade disponibilizada.



INTEGRAÇÃO DE DADOS

Descrição do Projeto: Realizar a integração de dados e conteúdo para tomada de decisão.

Período de vigência: 2017

Recursos investidos: Apenas custeio

Principais entregas: Estruturação de um servidor de dados consolidados para Relatórios e Tomadas de Decisões realizadas; Processo de controle de qualidade de dados no cadastro de contribuintes e na arrecadação implementado; Plataforma de Data Discovery, treinamento e institucionalização de estrutura de suporte técnico implantados; Modelo de malha fiscal do Estado, com a adoção de novas tecnologias de “big data” e “data analytics”, revisado.

NOVO SISTEMA DE COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Descrição do Projeto: Disponibilizar novo sistema de cobrança do crédito

Período de vigência: 2016 a 2017

Recursos investidos: Apenas custeio

Principais entregas: Central de Cobrança já em operação; Implantação do Módulo de Pesquisa de Processos no Novo Sistema Crédito Tributário – CRD; Implantação do Módulo do Extrato de Débitos Fiscais; Implantação do Módulo de Cálculos dos Processos (ALIM, TTD; PPD); Implantação do Módulo de Denúncia Espontânea; Integração com Sistema Contencioso – Processos



IMPLANTAR O PROJETO DE VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS NA SEFAZ/MS

Descrição do Projeto: Implantar o projeto de virtualização de processos na SEFAZ/MS.

Período de vigência: 2017

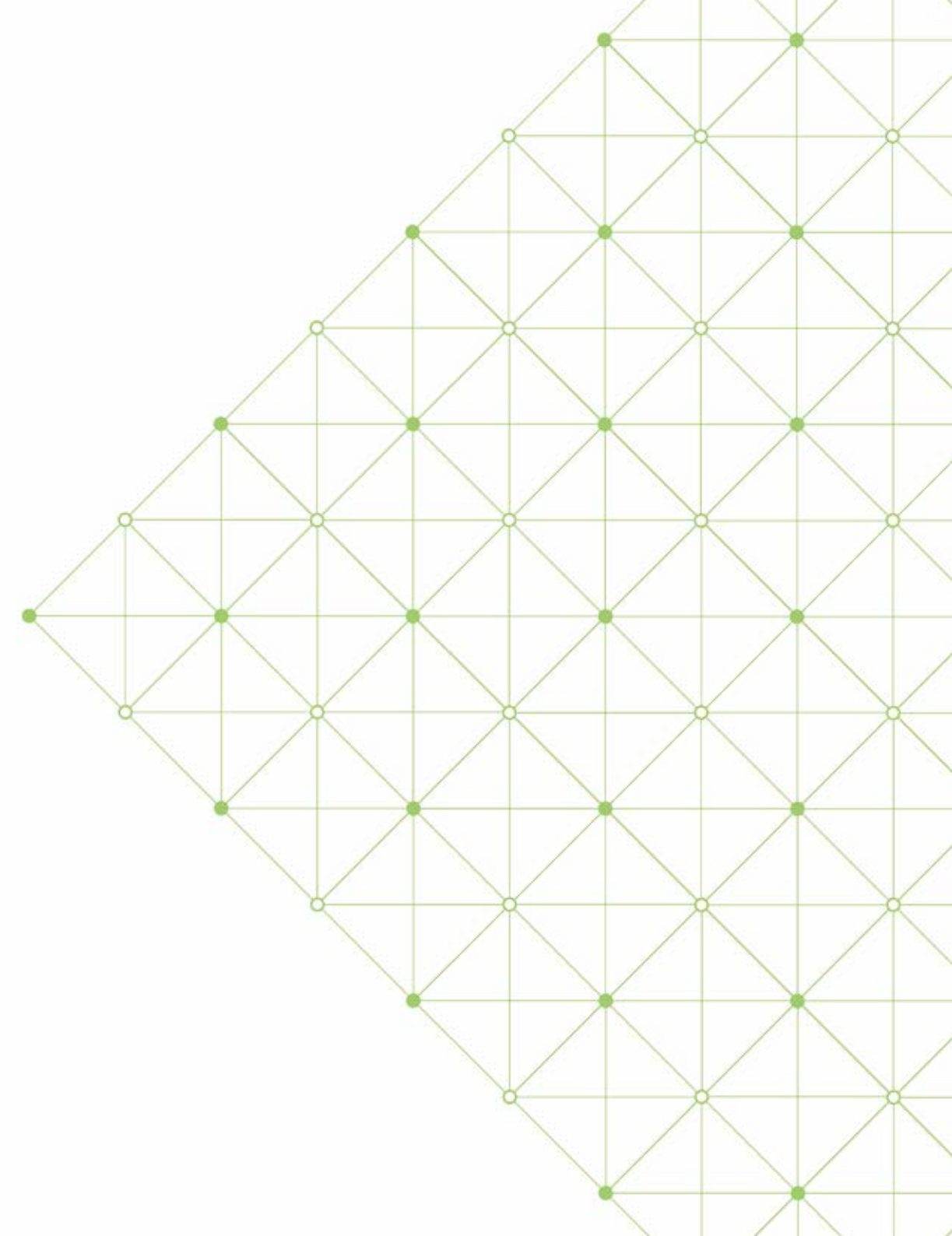
Recursos investidos: Apenas custeio

Principais entregas: Processos em ambiente de homologação; Consultas em operação e Contenciosos Fiscal; Fluxo de tramitação do Processo de Consulta Tributária; Disponibilização da Consulta Tributária de forma virtual em ambiente de Produção; Fluxo atualizado das atividades relacionadas com o Processo Contencioso Digital; Disponibilização do Processo Contencioso Digital adequado às diretrizes de Virtualização adotadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.



Diretriz Estratégica 17:

Fortalecer a articulação institucional e política, destacando Mato Grosso do Sul no cenário nacional e internacional.

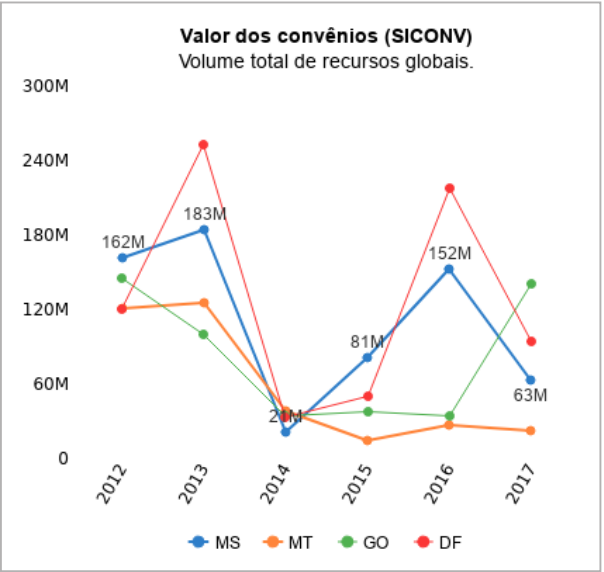
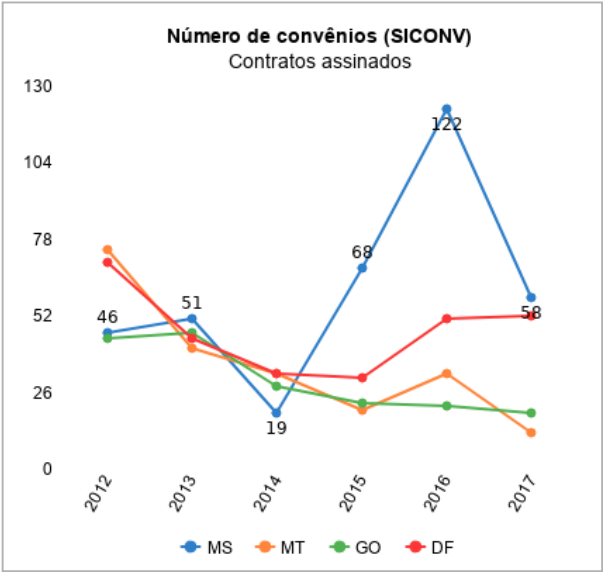


1. Seleção dos indicadores estratégicos

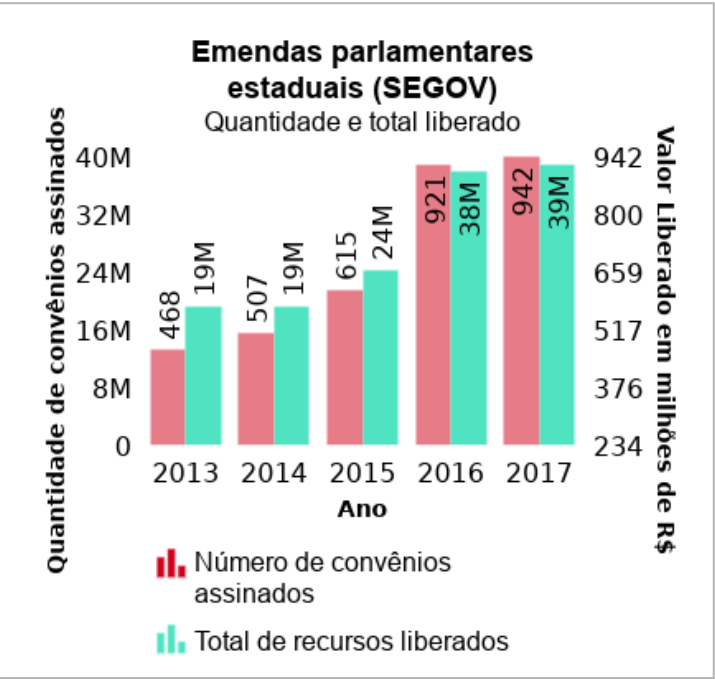
Convênios: Valor e Número de Convênios (SICONV)	Convênios: Valor e Número de Emendas Parlamentares Estaduais (SEGOV)	Colocação no Ranking de Competitividade (CLP)	Colocação no Desafio dos Estados (MACROPLAN)
Número e volume total dos recursos globais mediante captação via emendas parlamentares, nível federal.	Quantidade de convênios assinados mediante emendas parlamentares estaduais para indicar o volume de distribuição de recursos.	Nota geral do Estado de Mato Grosso do Sul no Ranking de Competitividade do CLP.	Nota geral do Estado de Mato Grosso do Sul no Desafio dos Estados da MACROPLAN.

2. Análise de Gestão

As fontes alternativas de recursos são essenciais. A fonte 100, a de recursos próprios do governo, deve ser menos impactada diante de desembolsos e contingências programadas. Logo, o SI-CONV representa uma excelente alternativa de captação de recursos para realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento. O gráfico aponta a liderança de MS na região Centro-Oeste, em número de contratos assinados, no período 2015-2017. O acumulado, no mesmo período, corresponde ao montante aprovado de 296,2 milhões de reais.

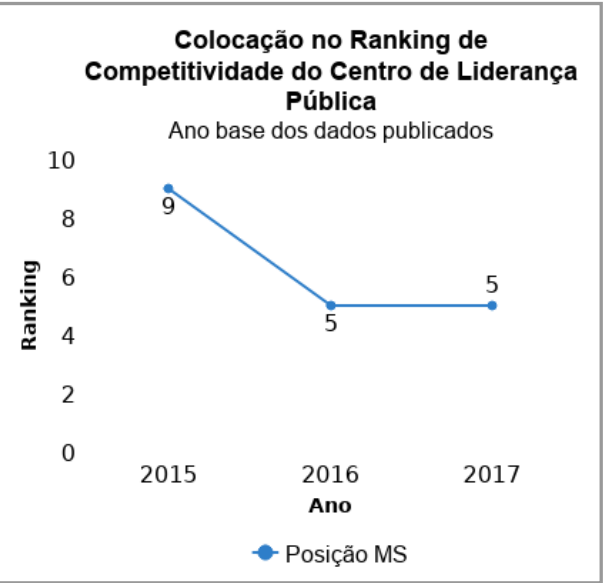
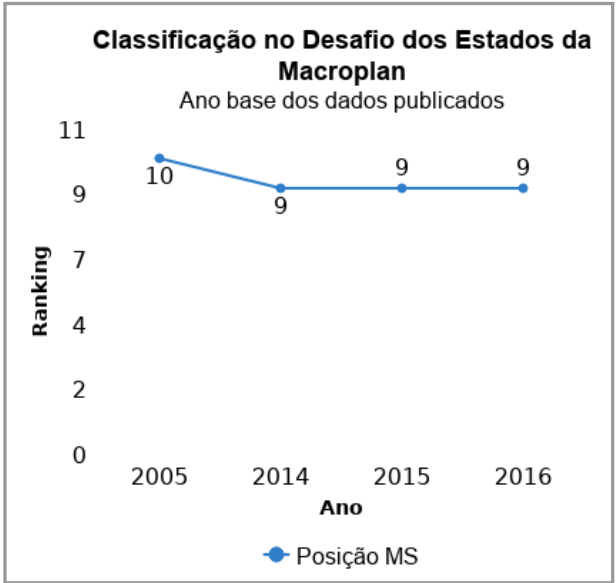


No que se diz respeito a emendas parlamentares do Estado de MS, o balanço 2015-2017, apresentou **53% de aumento em número de convênios assinados**, por consequência, refletido diretamente nos valores liberados, se elevando de 24,2 para 38,7 milhões (60% de incremento). No acumulado do período, foram mais de R\$ 100 milhões liberados em emendas.



Os rankings CLP e Macroplan medem o **desempenho dos Estados em indicadores** sociais, econômicos, ambientais, infraestrutura, segurança, educação, entre outros.

O Mato Grosso do Sul perdeu duas posições no Ranking de Competitividade do CLP, passando de 5º para 7º lugar. Já no Desafio dos Estados da **Macroplan, o Estado se manteve na 9ª posição.**



3. Resumo dos principais projetos da gestão

ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Descrição do Projeto: promover a ampliação da rede de controle interno no poder executivo do Estado, bem como a disseminação de metodologias e principais atividades por meio da **implementação das unidades setoriais e seccionais em atendimento à LC 230**.

Período de vigência: 2017

Recursos investidos: Apenas custeio

Principais entregas: Implementação de **11 Unidades Setoriais** e de **11 Unidades Seccionais** (duas ainda não foram publicadas); e Atualização das Normas presentes no Manual de Auditoria da Controladoria-Geral.

POLÍTICAS INTEGRADAS - CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL

Descrição do Projeto: Atuar conjuntamente ao Consórcio Brasil Central (MS, MT, TO, RO, GO, MA e DF) para cooperação técnica, articulação institucional e realização de projetos conjuntos.

Período de vigência: a partir de 2015

Recursos investidos: Aportes anuais no valor de R\$ 1.900,000 por Estado.

Principais entregas:

1. Articulação Institucional: Convalidação de Benefícios Fiscais; Programa de Qualificação dos Gestores e Capacitação Técnica das Equipes Estaduais. Programa de Capacitação dos Conselheiros; Realização de Seminários.

2. Projetos Conjuntos: Programa de Tutoria Pedagógica Itaú Social; Compra Compartilhada de Medicamentos; Projeto de Promoção Integrada do Turismo do Brasil Central; Criação do Mercado Comum do Brasil Central; Programa de Fomento ao Brasil Rural Brc; Projeto de Unificação das Exportações; Projeto de Diversificação da Pauta Exportadora; Projeto Aliança Municipal pela Competitividade.



CAPACITAR E APOIAR A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS VIA SICONV

Descrição do Projeto: Capacitar os Servidores Públicos do Governo do Estado e municípios, em parceria com a ASSOMASUL, SFA/MS e SEBRAE/MS, na operacionalização do SICONV. Objetivo de subsidiar os Servidores Públicos na busca de informações relevantes que possam contribuir com a Gestão de Projetos, objetivando o incremento de recursos financeiros para a execução de ações que visem a melhoria da qualidade de vida dos sul-mato-grossenses.

Período de vigência: 2015 a 2018

Recursos investidos: Apenas custeio

Principais entregas: 633 técnicos capacitados

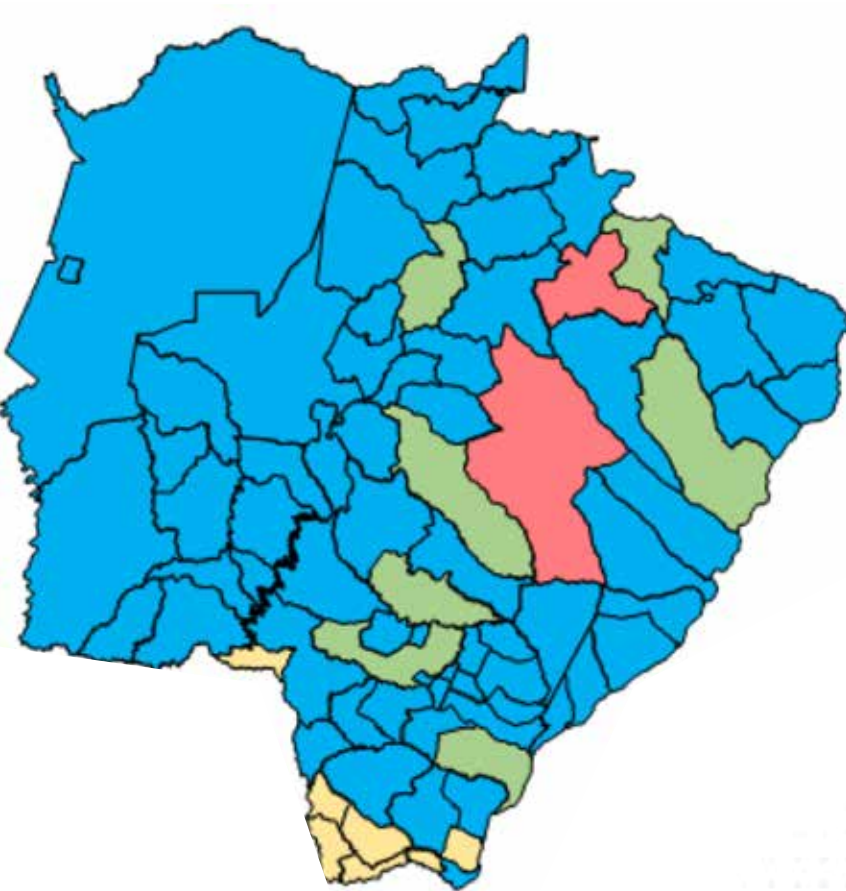


4. Indicadores municipalizados

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (2016)

O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local.

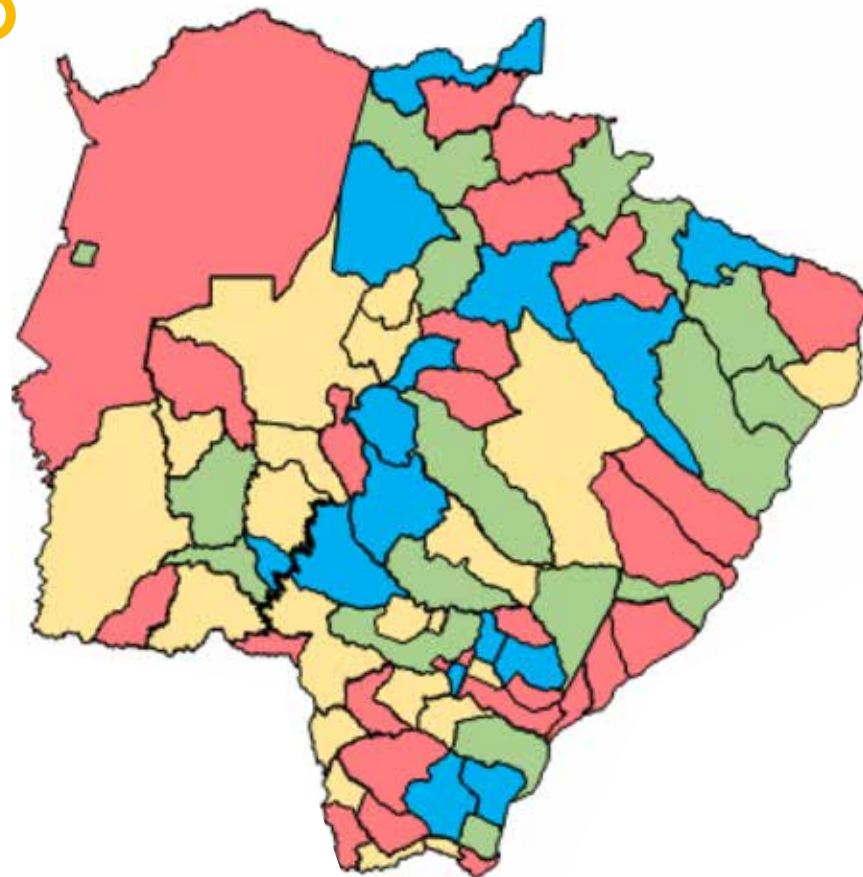
Alto desenvolvimento: resultados superiores a 0,8 pontos.	Desenvolvimento moderado: resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 pontos.
Desenvolvimento regular: resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 pontos.	Baixo desenvolvimento: resultados inferiores a 0,4 pontos.



ÍNDICE DE GESTÃO MUNICIPAL (2017)

O Índice CFA de Governança Municipal – IGM consiste em uma métrica da governança pública nos municípios brasileiros a partir de três dimensões: Finanças, Gestão e Desempenho.

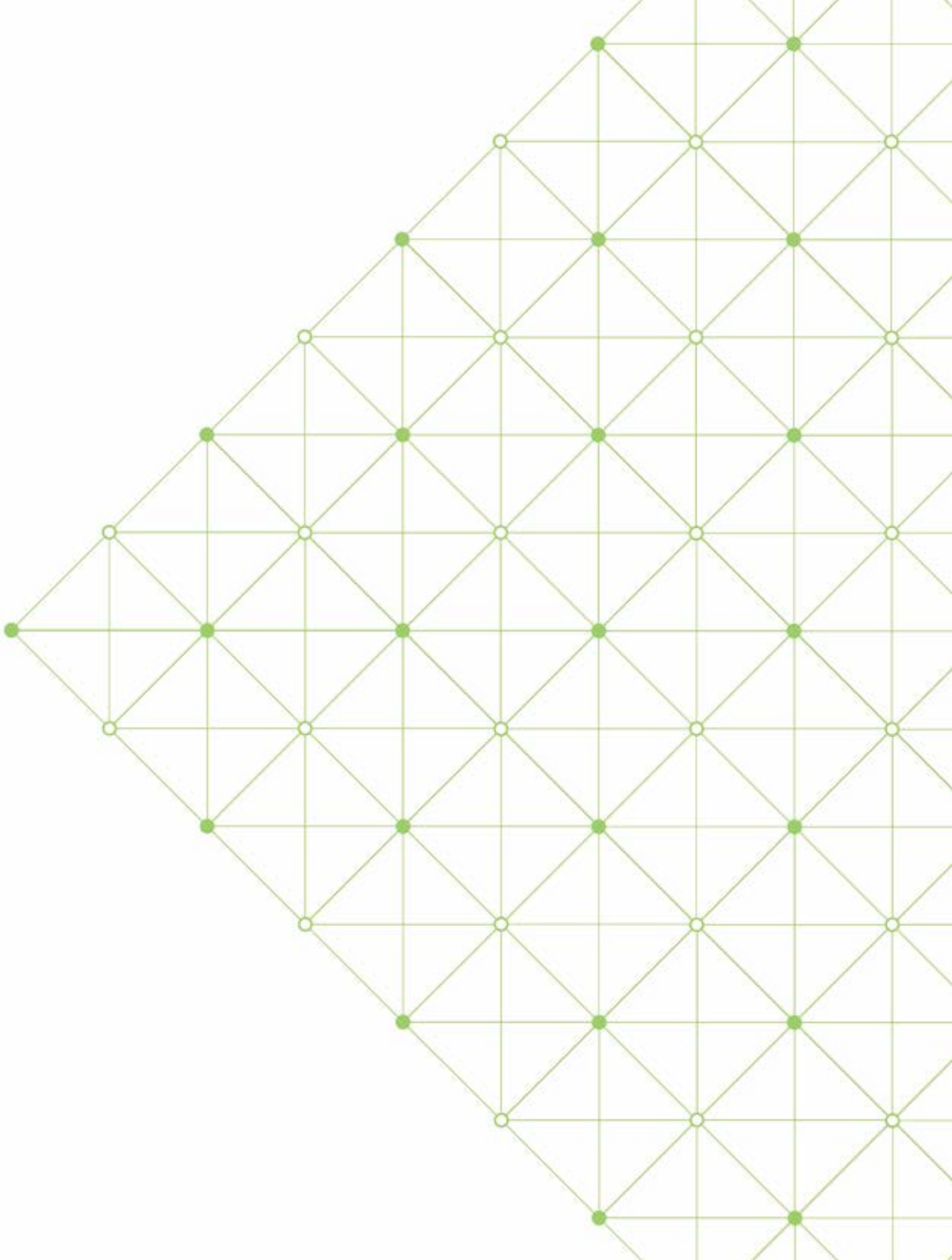
Elaborado a partir de dados secundários, e considera áreas como saúde, educação, planejamento urbano, articulação institucional, gestão fiscal, habitação, recursos humanos, violência e outras.



Melhores índices de desenvolvimento 17 municípios
Índices positivos de desenvolvimento 15 municípios
Índices moderados de desenvolvimento 21 municípios
Piores índices de desenvolvimento 26 municípios

Diretriz Estratégica 18:

Garantir a boa gestão dos recursos públicos



1. Seleção dos indicadores estratégicos

PAF - Dívida/Receita Corrente Líquida (STN)	PAF - Resultado Primário (STN)	PAF - Despesa de Pessoal (STN)
O percentual de endividamento compõe o Programa de Ajuste Fiscal - PAF tem objetivo de corrigir nos entes federados o endividamento excessivo. O balizador do programa é ajustar o endividamento do Estado ao teto da Lei de Responsabilidade Fiscal.	O Resultado Primário compõe os objetivos de equilíbrio fiscal do Programa de Ajuste Fiscal - PAF. Ele representa a disponibilidade de caixa dos entes governamentais para o pagamento de juros das dívidas.	A evolução do gasto com pessoal é um dos principais fatores que o Programa de Ajuste Fiscal - PAF tem objetivo de corrigir nos entes federados. O balizador do programa é ajustar à Lei de Responsabilidade Fiscal.

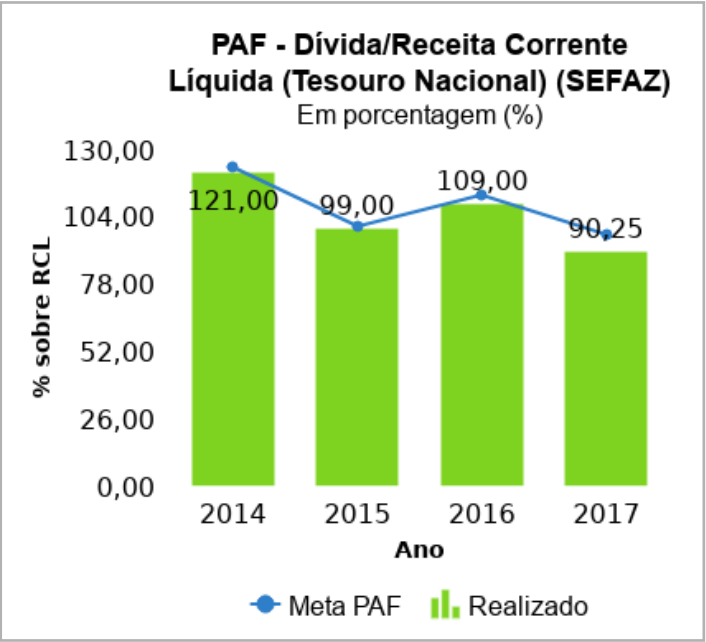
2. Análise de Gestão

Como pode ser observado no gráfico ao lado, no que diz respeito ao endividamento, Mato Grosso do Sul tem um bom resultado, sempre cumprindo as metas do PAF.

Em 2014, o Estado havia ultrapassado o teto limite de 120% da Receita Corrente Líquida - RCL estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

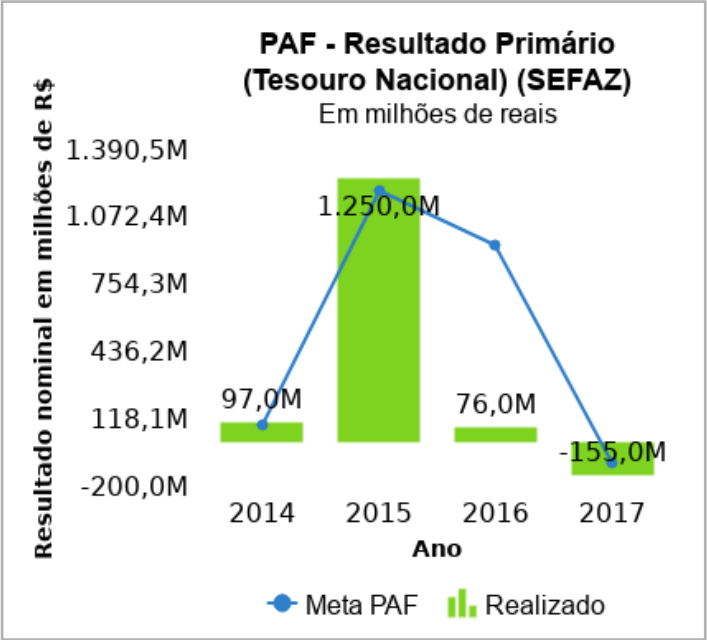
Contudo, a partir das ações de renegociação da dívida com a União realizadas pela PGE, o comprometimento com dívidas de MS caiu para a margem de 90,25% da RCL em 2017.

Para melhor compreender a saúde fiscal do Estado é necessário analisar juntamente do Resultado Primário e do Gasto com Pessoal.



Em se tratando do Resultado Primário, Mato Grosso do Sul não obteve bons resultados. Visto a tendência de retração do resultado desde 2014, o Estado registrou o primeiro déficit em 2017, totalizando R\$ 155 milhões negativo.

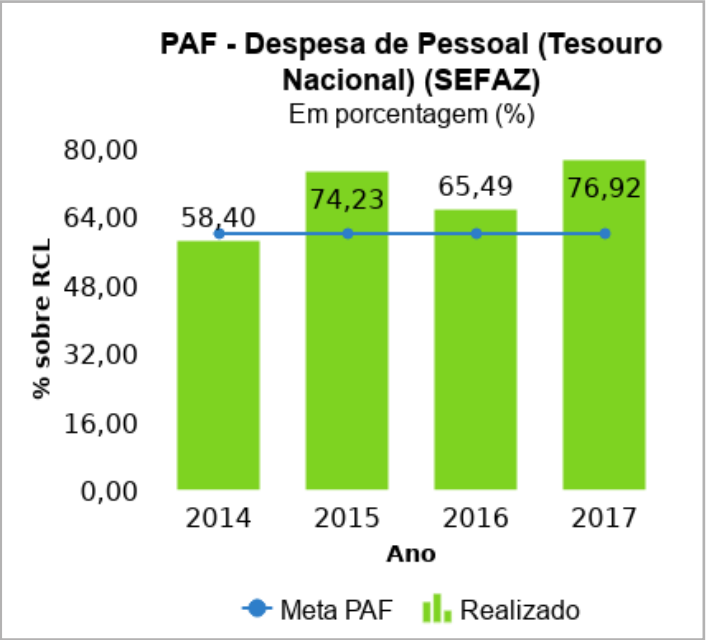
Além disso, o gráfico mostra um resultado dispare à tendência em 2015. O superávit de R\$ 1,25 bilhões foi alcançado através da liberação de 70% do saldo de depósitos judiciais.



Para cálculo do comprometimento com pessoal do PAF, é considerada a metodologia proposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal para o total de todos os Poderes. Nesse sentido, conforme análise do Tesouro Nacional, o Estado de Mato Grosso do Sul não cumpre com a legislação vigente, que determina o teto de 60% da Receita Corrente Líquida comprometida com folha de pagamento.

Entretanto, segundo análise apresentada pelo Governo do Estado em outubro de 2018, o comprometimento da RCL com pessoal de 52,2% em 2016, aumentou para 59,8% em 2017, ainda dentro dos limites da LRF.

Considerando o caráter de crescimento da despesa no ano de 2017, associado ao aumento no teto promovido pela LC 13.752/2018, a tendência é de ainda maior restrição da margem de manobra do gasto público.



3. Resumo dos principais projetos da gestão

ESTRUTURAÇÃO DE AÇÕES DO OBSERVATÓRIO DA DESPESA PÚBLICA (ODP)

Descrição do Projeto: Estruturar as atividades do ODP Mato Grosso do Sul e realizar as suas primeiras ações de expansão para outros municípios.

Período de vigência: a partir de 2017

Recursos investidos: Apenas custeio

Principais entregas:

Tema Compras: análise de 1.738 fornecedores, 15.948 processos de 48 Órgãos do Poder Executivo Estadual;

Tema servidores: análise de 61.149 matrículas de servidores;

Unidades Franqueadas: Unidades ODP em dois municípios – integração no modelo de franquia da CGU, com intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, para incrementar as ações de prevenção, de combate à corrupção e de monitoramento das despesas públicas.

IMPLANTAR A CÂMARA ADMINISTRATIVA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS - CASC/PGE

Descrição do Projeto: Criação e implantação da Câmara Administrativa de Solução de Conflitos (CASC) na Procuradoria-Geral do Estado para dirimir conflitos administrativamente com redução de custos, tempo e demandas judiciais.

Período de vigência: implantação em 2017 com operações a partir de 2018

Recursos investidos: Apenas custeio

Principais entregas: Economia aos cofres públicos de aproximadamente R\$ 2.000.000,00 em dois meses de atuação. Encontra-se em tramitação **41 processos** de acordos diretos em precatórios relativos aos exercícios de 2011, 2012 e 2013, que devem resultar em economia de 40% do valor atualizado dos respectivos precatórios.

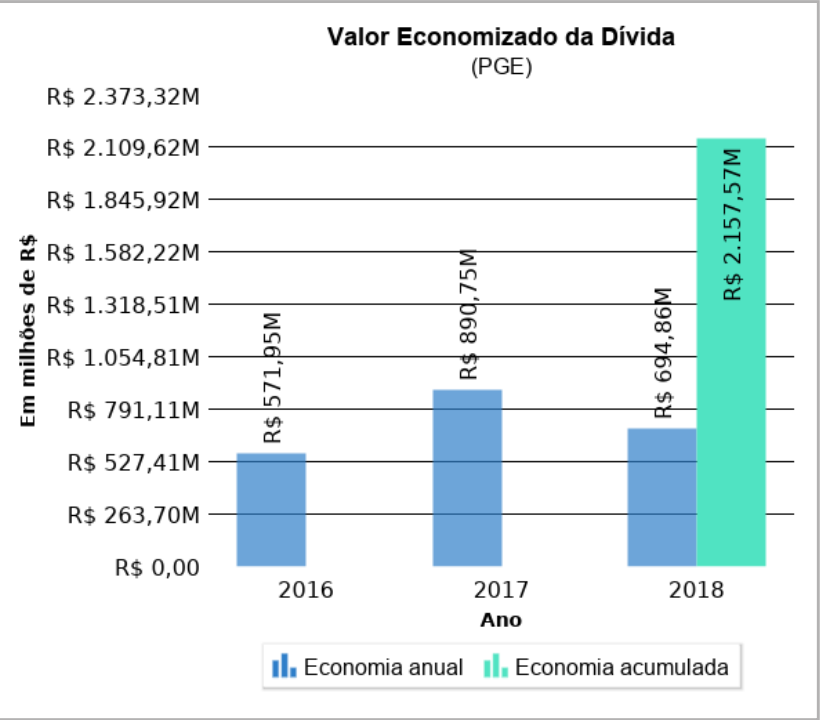
REESTRUTURAR O RESÍDUO DA DÍVIDA

Descrição do Projeto: Sanear as dívidas do Estado com a União, com alongamento de prazo para pagamento e redução do valor nominal da parcela a ser paga. É importante para o Ajuste Fiscal do Estado.

Período de vigência: a partir de 2016

Recursos investidos: Apenas custeio

Principais entregas: Dilação do prazo para pagamento e a diminuição do valor da parcela. Após o ajuizamento de ação do Estado contra a União pela PGE, a União alterou as bases do Contrato da Dívida (repactuação) de forma que, a economia até novembro de 2018 já superou os 2 bilhões de reais.



AÇÕES CONJUNTAS ODP.MS E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

Descrição do Projeto: O projeto resulta do empreendimento de ações conjuntas entre o Observatório de Despesa Pública (ODP) do Mato Grosso do Sul e a Auditoria-Geral do Estado, no que diz respeito à verificação e suspensão de pagamentos indevidos no âmbito do Estado.

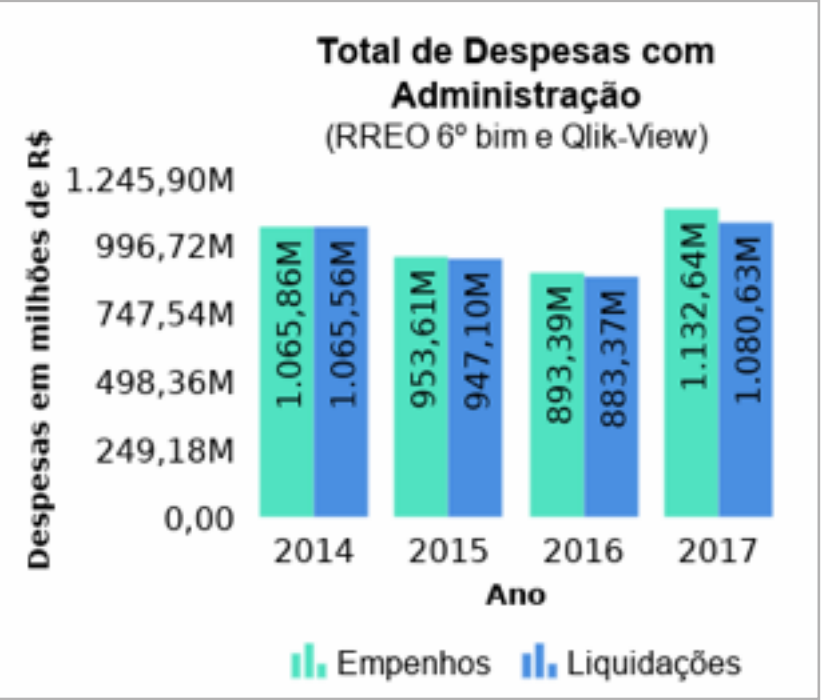
Período de vigência: 2017

Recursos investidos: Apenas custeio

Principais entregas:
Economia de R\$ 36 milhões;
Ressarcimento de R\$ 1,90 milhão para o Tesouro do Estado.

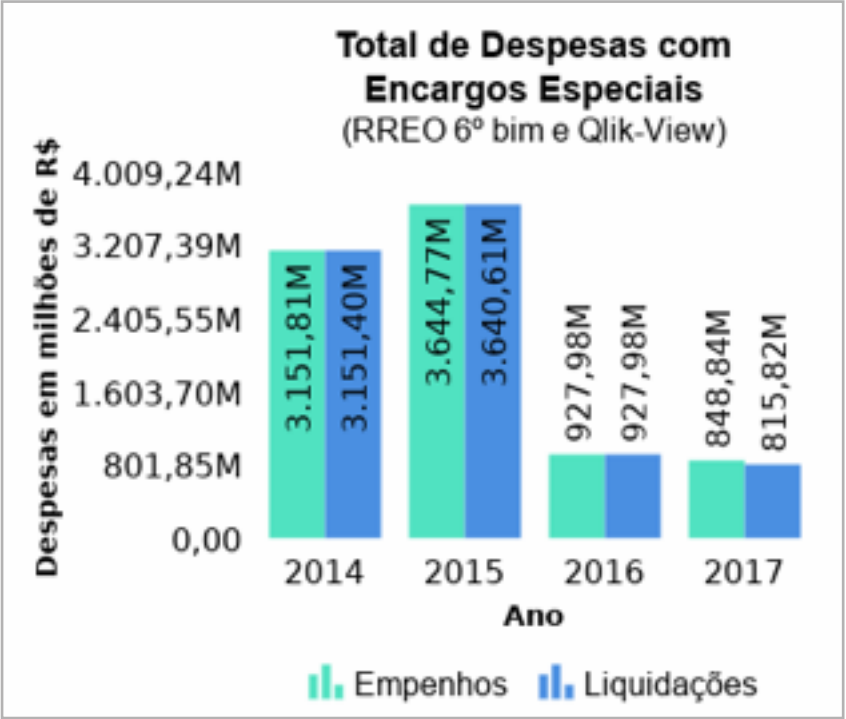
5. Resumo dos gastos da gestão com a diretriz

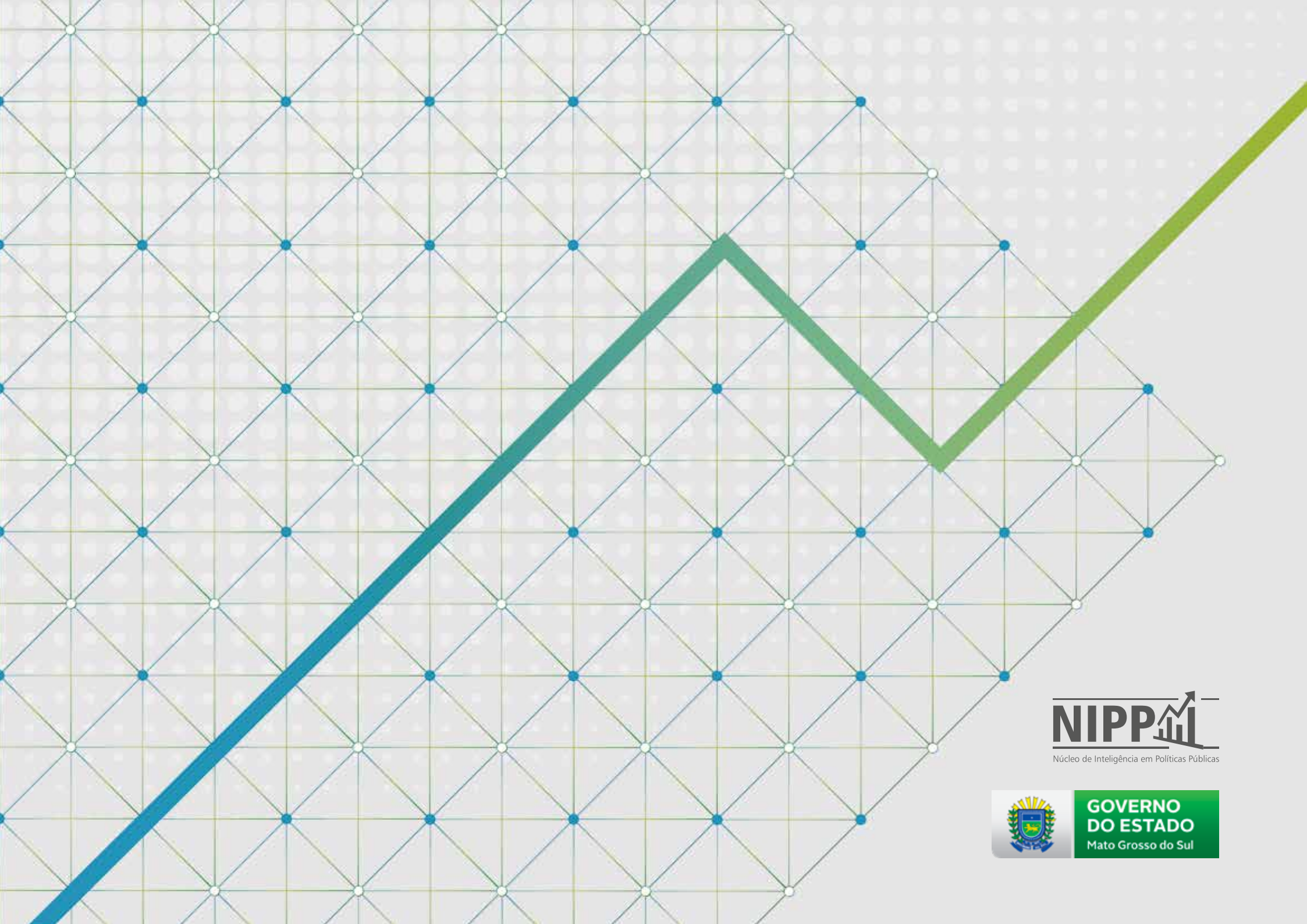
Das despesas que compõem a função administração – Adminsitração Geral; Administração Financeira e Controle Interno, a maior parte dos gastos se concentram na ação de manutenção das atividades da SEFAZ. O outro terço das despesas com essa função se distribui nas ações de manutenção das demais secretarias.



Das despesas que compõem a função Encargos Especiais – Refinanciamento da dívida interna; serviço da dívida interna e externa; outras transferências; e outros encargos especiais, observa-se que houve redução significativa.

A principal redução nesta função foi devido à renegociação da dívida com a União que gerou redução de alíquotas e taxas.





NIPPA 
Núcleo de Inteligência em Políticas Públicas



**GOVERNO
DO ESTADO**
Mato Grosso do Sul